



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 060

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PL ..... Mauro Moraes  
PPS ..... Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

**DIÁRIO Nº 060****SUMÁRIO****Mesa Executiva ..... 02****Presenças ..... 02****Abertura da Sessão Ordinária ..... 03****Expediente:**

Indicação ..... 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 03

**Grande Expediente (Reservado aos  
Ganhadores do Prêmio “Bem Eficiente  
2005” - 9ª Edição):**Dep. Hermas Brandão (Presidente  
da Assembléia)..... 07Padre Valdeci Marcelino (Diretor  
do Pequeno Cotelengo)..... 08

Dep. Ângelo Vanhoni..... 09

Pref. José Baka Filho (Presidente  
da AMUTUR)..... 10**Pequeno Expediente:**

Dep. Luiz Nishimori ..... 12

Dep. Waldir Leite ..... 12

Dep. André Vargas ..... 13

Dep. Barbosa Neto ..... 14

Dep. Natálio Stica ..... 14

**Horário das Lideranças:****Liderança do PT:**

Dep. Natálio Stica ..... 16

**Liderança do PDT:**

Dep. Neivo Beraldin..... 18

**Liderança do PPS:**

Dep. Waldir Leite ..... 18

**Liderança do PFL:**

Dep. Elio Rusch ..... 19

**Liderança do PSB:**

Dep. Reni Pereira ..... 20

**Liderança do PL:**

Dep. Pastor Edson Praczyk ..... 21

**Liderança do PMDB:**

Dep. Artagão Júnior ..... 22

**Liderança do Governo:**

Dep. Hermes Fonseca..... 22

**Liderança da Oposição:**

Dep. Barbosa Neto.....24

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....25

**Discussão / Votação:**

3ª Discussão .....26

2ª Discussão .....26

1ª Discussão .....54

Discussão Única (Proposições)..57

Requerimentos .....62

**Encerramento da Sessão Ordinária .....62****Publicações:**

Despacho da Diretoria Geral .....63

**Atas de Comissões:**

Comissão de Redação .....63

Com. de Ecolog. e Meio Amb. ..63

Comissão de Orçamento .....63

**059ª SESSÃO ORDINÁRIA****3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE JUNHO DE 2005***(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock,

Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, Cleiton Kielse, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro e Nelson Justus (05). Achando-se em viagem representativa os Srs. Deputados: Padre Paulo Campos e Ratinho Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

### ***Abertura da Sessão Ordinária:***

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Indicação***

INDICAÇÃO Nº 025/2005

É de notório conhecimento que nos dias de visitas aos detentos nos estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná, esposas e demais familiares do sexo feminino devem passar por uma modalidade de vistoria conhecida como agachamento frontal.

Sendo imperioso reconhecer como necessária a adoção de todas as providências, a exemplo desta, voltadas a evitar o ingresso no estabelecimento prisional de artefatos que coloquem em risco a segurança do ergástulo, é também indispensável que a integridade moral dos menores que acompanham suas avós, mães e irmãs nos dias de visita seja preservada, poupando-os de vê-las submetidas a esta forma vexatória de revista.

Assim, esta proposição destina-se a recomendar que tal prática de revista seja realizada apenas pelo efetivo policial feminino, em local reservado, integralmente apartado da presença de menores.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

## ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 1833

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para a votação da Proposição de Veto nº 041/2005, relativa ao Projeto de Lei nº 450/2004, item 08 constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1818

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 07 a 10 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 08, 09 e 10 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 378/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado no âmbito do Estado do Paraná o Conselho Estadual de Combate aos Crimes cometidos pela Rede Mundial de Computadores.

Art. 2º O Conselho Estadual de Combate aos Crimes cometidos pela Rede Mundial de Computadores tem como objetivo primordial implantar uma política adequada que permita combater e investigar de maneira efetiva a autoria de crimes cometidos por intermédio da rede mundial de computadores, propondo, para tanto:

I - criação de delegacias de polícia especializadas no combate a esses crimes;

II - encaminhamento e oferecimento de cursos de especialização para os servidores competentes para a investigação dos crimes cometidos pela internet.

§ 1º Entende-se por internet, a rede mundial de computadores interligados cujo intuito seja a comunicação e/ou propagação de informações gerais.

Art. 3º O Conselho Estadual de Combate aos Crimes cometidos pela rede mundial de computadores, terá em sua composição, a presença de no mínimo:

- a) Secretário de Estado da Justiça e Cidadania;
- b) Secretário de Estado da Segurança Pública;
- c) representante do Conselho Tutelar;
- d) 2 (dois) representantes da sociedade, sendo um

Agente do Ministério Público e outro advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, com atuação na área dos direitos humanos.

Art. 4º O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, regulamentará a presente lei que entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) MARCOS ISFER

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o intuito de incentivar e fortalecer o combate aos crimes cibernéticos, ou seja, aqueles que são cometidos através ou por intermédio da rede mundial de computadores, internet.

Com o avanço da tecnologia e o desenvolvimento dos meios de comunicação cresceu também o número de pessoas que os usam para o cometimento de delitos. A gama de delitos cometidos pela internet é a mais variada possível, existindo exemplos de crimes contra o patrimônio (extorsão, estelionato), crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação), crimes contra liberdade individual (ameaça), crimes contra propriedade imaterial, crimes contra a paz pública (apologia de crime ou criminoso), crimes de contra a fé pública, sem mencionar, ainda os crimes contra o consumidor (Lei Federal nº 8.078/90) e até mesmo contra o sistema financeiro (Lei Federal 8.137/90). As pesquisas demonstram, também que, no Brasil, as fraudes financeiras que utilizam a internet e correios eletrônicos já superam, em valores financeiros, os prejuízos de assalto a Banco.

Ademais, ressaltamos a importância do combate aos crimes previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, crimes de pedofilia e de divulgação de imagens pornográficas com crianças e/ou adolescentes em sítios na internet. Importante observar que, segundo o último levantamento da Polícia Federal, constatou-se 2/3 (dois terços) dos responsáveis pela criação de páginas de pedofilia na internet - já detectadas por investigações policiais brasileiras e do exterior - têm origem brasileira. Esses crimes têm de ser combatidos com maior eficiência em todo o Estado do Paraná.

A legislação federal, bem como a estadual devem estar em consonância com os tratados internacionais, especialmente com a Convenção sobre Crimes Cibernéticos - European Treaty Series - ETS 185, para o combate desses crimes.

O princípio de ubiquidade adotado pela legislação penal brasileira dispõe que todos os locais onde foram realizados atos constitutivos de um crime devem ser considerados locais do crime. Em razão desse princípio resta clara a necessidade de criação de divisões policiais especializadas no combate dessa modalidade de crime; a Administração Pública Estadual tem o dever de fomentar a instrução dos servidores policiais e de fornecer meios materiais para o efetivo combate, para auxiliar tanto a esfera federal como por estar cooperando com os países signatários do ETS 185.

Outrossim, devemos ressaltar o caráter ágil que os crimes cibernéticos apresentam, sendo que qualquer informação criminosa é propaganda com velocidade virtual espantosa e causa danos irreparáveis às vítimas. Somente uma força policial preparada e devidamente instrumentada poderá combater esses crimes.

A orientação no Governo Federal para combater aos crimes cibernéticos tem como pressuposto a existência de grupos técnicos formados por policiais especializados na investigação desses crimes, estruturados e organizados em cada um dos países participantes. Resta aos Estados cooperar e também criar unidades especializadas no sentido de melhor instruir com colheitas de provas descobertas dos autores desses crimes.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possam aprovar a presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 379/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído incentivo fiscal para as pessoas jurídicas domiciliadas no Estado, que investirem percentual de seu faturamento em obras ou em benefício de organizações não governamentais que, comprovadamente, atuem em defesa do meio ambiente, e que tenham suas ações voltadas predominantemente para o uso e proteção da água em todas as suas modalidades.

§ 1º O incentivo fiscal de que trata esta lei corresponderá ao recebimento, por parte da pessoa jurídica que atenda os requisitos referidos no *caput* deste artigo, de certificados expedidos pelo Poder Público, correspondentes ao valor do incentivo, na forma a ser fixada em decreto do Poder Executivo.

§ 2º Os portadores dos certificados poderão utilizá-los para pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor devido.

§ 3º Anualmente, a Assembléia Legislativa fixará o montante global a ser utilizado como incentivo respeitados os limites, mínimo e máximo, de 0,1% (um décimo por cento) e 0,5% (meio por cento), respectivamente, da receita proveniente do referido tributo.

§ 4º Os benefícios de que trata esta lei deverão ser previstos pelo Poder Executivo, na elaboração do projeto de lei orçamentária anual.

Art. 2º O direito ao benefício de que trata esta lei depende de prévia inscrição junto à Secretaria do Meio Ambiente, que manterá um cadastro atualizado dos inscritos, com informações por eles prestadas, acompanhadas dos devidos documentos comprobatórios.

Art. 3º O Poder Executivo fixará o limite máximo do incentivado a ser concedido, em cada exercício financeiro, por beneficiário.

Art. 4º Os certificados de que trata o parágrafo 1º do artigo 1º desta lei terão prazo de validade, para sua utilização, de 1 (um) ano, a contar de sua expedição, com os seus valores corrigidos pelos mesmos índices aplicáveis na correção do tributo.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados de sua publicação.

Art. 6º As despesas com a execução desta lei correrão à conta consignada no orçamento do Estado, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei procura estabelecer incentivo para que empresas sediadas no Estado do Paraná invistam na melhoria do sistema de captação, distribuição, recursos, tratamento de esgoto, e, principalmente, na preservação dos mananciais e nascentes de água, de forma a contribuir, de maneira efetiva e em conjunto, com os Poderes Públicos quanto ao correto uso e preservação da água, bem essencial para a vida e sobrevivência dos seres.

PROJETO DE LEI Nº 380/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a ADESJI - Agência de Desenvolvimento de São João do Ivaí/PR, com sede e foro no Município.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, justifica-se por tal proposição, pelos relevantes trabalhos que vem desenvolvendo nos seus 03 anos de existência.

Fundada em 21.10.2002, com sede e foro na cidade de São João do Ivaí/PR, entidade sem fins lucrativos e tem por objetivo a finalidade de apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, através das atividades de educação profissional, especial e ambiental, conforme o seu estatuto anexo.

PROJETO DE LEI Nº 381/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica denominada de Rodovia Doutor Joaquim Vicente de Castro, o trecho da PR-082 que liga o Município de Fênix ao entroncamento de São João do Ivaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Doutor Joaquim Vicente de Castro, paranaense, nasceu na cidade de Ponta Grossa, no dia 30 de agosto de 1897. Detentor de uma das mais ricas e bem sucedidas biografias paranaense e brasileira.

Homem inteligente e culto, de grande visão, soube combinar a condição intelectual com vida cheia de empreendimentos, conforme bem demonstra o histórico que em anexo apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 382/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 14.525, de 26 de outubro de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de lacre higiênico na parte de fora das latas e garrafas que contêm bebidas de toda a espécie.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Com a promulgação da Lei nº 14.525, de 26 de outubro de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de lacre higiênico na parte de fora das latas e garrafas que contêm bebidas de toda a espécie, causou enormes preocupações e dificuldades para as indústrias de bebidas em geral.

O rigoroso texto legal obriga os fabricantes e fornecedores adaptarem-se às disposições da lei, no prazo de 180 dias, impondo multas e recolhimento das latas e garrafas, no caso de não cumprimento da norma.

Segundo o Dr. Eneo Alves da Silva Júnior, Dr. em Microbiologia Aplicada aos Alimentos pelo Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo - USP, “a falta de um histórico de ocorrências clínicas com o uso das latas de bebidas e a existência de condições adequadas para os microorganismos decorrentes da proteção plástica, podemos entender que é totalmente desnecessário e até prejudicial a colocação de selo protetor nas latas de bebidas.”

Neste sentido, é importante conotar que, até que há um pronunciamento cabal dos órgãos competentes, federais e estaduais, não há qualquer indício de malefício no não uso de tais vedações; pelo contrário, há comentários que o uso propicia a proliferação bacteriana, colocando risco aos consumidores usuários.

Também convém salientar que a indústria, em virtude da determinação da lei atacada, vem promovendo desemprego, sendo que o setor, hoje gera mais de 5.000 empregos diretos e muito mais de 10.000 indiretos.

O Sindicato das Indústrias de Bebidas em Geral, do Vinho e Águas Minerais do Estado do Paraná, vem alertar aos representantes do povo, que o setor vem cumprindo rigorosamente a legislação federal, tida como uma das mais rígidas do mundo.

Por fim, lembramos aos nobres Pares desta Casa, que a lei em revogação, obrigará às empresas do ramo, grande parte de médio porte, ao investimento de mais de R\$ 900.000.000 (novecentos mil reais) para adequação aos ditames da norma, situação que inviabiliza a atividade, pois poucas têm a capacidade de tal investimento, visto como desnecessário, pois a qualidade dos produtos e a constante fiscalização sofrida, garantem não só higiene, mas todo o caráter necessário ao padrão internacional.

Para finalizar conclamamos todos os Parlamentares a repararem falha acometida na legislação, revogando o dispositivo em epígrafe, como medida preventiva e cautelar, até que se comprove a verdadeira necessidade de tal obrigação.

#### PROJETO DE LEI Nº 383/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º O Programa Justiça Para Todos destina-se a proporcionar à população carente do Estado do Paraná o atendimento judiciário gratuito em lides que versem sobre direito de família e direitos de outra natureza, instituindo acordo de colaboração conjunta entre os Poderes Executivo e Judiciário, sendo facultada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, por suas subseções, bem como às instituições de ensino jurídico, públicas ou privadas.

§ 1º O programa tem caráter itinerante, devendo ser executado mediante agendamento prévio em Comarcas designadas conforme o sistema de rodízio.

§ 2º É vedada a preferência de Comarcas, assim como a realização do programa na mesma Comarca sem que as demais tenham sido atendidas.

§ 3º As matérias estranhas à disciplina do direito de família serão limitadas à competência prevista para os Juizados Especiais Estaduais e Federais, quando assumirem caráter contencioso.

Art. 2º Incumbe ao Poder Judiciário do Paraná, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, designar um Magistrado com atuação em 1º grau de jurisdição para coordenar a execução do programa.

Art. 3º Ao Magistrado designado Coordenador incumbirão as seguintes competências:

I - requisitar, mediante agendamento antecipado de prazo razoável, os serviços de servidores do Poder Judiciário com atuação na Comarca onde se realizará o programa, designando as respectivas atribuições;

II - requisitar ao Poder Executivo estadual ou ao do(s) Município(s) atendido(s) pela Comarca em que se realizará o programa, a disponibilidade de espaço físico em próprios públicos para a realização do programa;

III - solicitar ao Procurador Geral da Justiça a designação de membro(s) do Ministério Público do Paraná, com atuação na Comarca, para atuar(em) na execução do programa;

IV - agendar com a Defensoria Pública do Estado do Paraná a disponibilização de defensor(es) para atuar(em) na execução do programa, no exercício das atribuições próprias do cargo;

V - em caráter supletivo à atuação reservada à Defensoria Pública do Estado do Paraná, requisitar à subseção da Ordem dos Advogados do Brasil da Comarca em que será realizado o Programa a nomeação de advogados dativos;

VI - solicitar às instituições de ensino superior, sediadas nas proximidades da Comarca designada para execução do Programa, a disponibilização de acadêmicos dos cursos de Direito, Serviço Social e Psicologia para acompanharem, com eventual auxílio, as atividades de execução do Programa;

VII - contatar o Juiz Diretor do Fórum visando designar as Comarcas em que será executado o programa mediante o sistema de rodízio, de modo a atender apropriadamente as diversas regiões do Estado, em atenção ao caráter itinerante do Programa;

VIII - zelar pela ampla divulgação, através de variados meios de comunicação social, da data, horário e local de realização do Programa, bem assim das matérias que serão tratadas no programa;

IX - comunicar às demais entidades do Poder Público, tais como a Ouvidoria Pública e os órgãos de defesa do consumidor, disponibilizando-lhes participação na execução do programa.

X - celebrar convênios, mediante prévia comunicação e expressa autorização do Presidente do Tribunal de

Justiça do Paraná, com outras instituições do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal que demonstrem interesse em incrementar a execução do programa e a disponibilidade de serviços prestados;

XI - coordenar os trabalhos de emissão de senha, cadastro de ações e arquivo de autos, devendo, neste último caso, designar local para tal fim.

Art. 4º O Poder Executivo será comunicado das datas e locais de execução do Programa mediante ofício, instruído com a escala, remetido pelo Juiz Coordenador ao Secretário da Justiça do Paraná.

Parágrafo Único - Tão logo comunicado do agendamento e do local de execução do programa, o Poder Executivo Estadual, observada sua disponibilidade, propiciará ao programa o apoio logístico que se mostrar necessário.

Art. 5º O Programa Justiça Para Todos buscará realizar convênios com a Justiça Federal comum e com a Justiça Federal do Trabalho, com a Procuradoria Geral e com a Defensoria Pública da União, no intuito de incrementar a variedade de serviços prestados mediante a disponibilização de procedimentos de solução de lides trabalhistas e daquelas cuja atribuição é reservada ao tratamento dos Juizados Especiais Federais.

Art. 4º O atendimento realizado na execução do Programa Justiça Para Todos é gratuito, sendo vedada a cobrança de custas, taxas ou emolumentos de qualquer natureza.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existirem, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretarias dedicadas à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de

instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”<sup>1</sup>

Ainda no que atine à competência legislativa, insta consignar que esta Casa de Leis recentemente editou normativa voltada a obrigar alunos da rede pública estadual a apresentarem cédula de identificação civil no ato da matrícula.

É de se ressaltar ainda que o presente projeto, além de instituir a colaboração da Secretaria da Educação com a da Segurança Pública, tornando mais eficiente e direta a prestação dos serviços públicos estaduais, vem ao encontro da determinação legal já instaurada, facilitando tanto o processo de matrícula como, a um só tempo, o de expedição da cédula de identificação.

O arraigamento da prática, amparada nesta lei em projeto, de expedir cédula de identificação civil aos alunos da rede pública estadual de ensino, insta considerar, tem ainda o efeito de incutir no discente o hábito de ver em sua escola não apenas um local de aprendizado, mas uma instituição que o prepara para a vida participativa em comunidade, constituindo-se em verdadeira porta de entrada para a cidadania.

### ***Grande Expediente:***

#### ***Deputado Hermas Brandão (Presidente da Assembléia)***

##### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Conforme requerimento aprovado por unanimidade nesta Casa, o Grande Expediente de hoje será destinado ao pronunciamento dos ganhadores do Prêmio Bem Eficiente 2005 - 9ª Edição.

Vamos antecipar o Grande ao Pequeno Expediente para que possamos liberar os nossos homenageados.

(Lê):

É uma honra para esta Casa de Leis homenagear cinco entidades que fazem diferença real e positiva na vida dos paranaenses.

Falo aqui da Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, que oferece atenção e carinho a 84 portadores de deficiência mental severa em Curitiba.

Do Socorro aos Necessitados, que, fundado em 1921, mantém um lar para idosos, além de creche e projeto de assistência para crianças oriundas de famílias carentes, num total de 240 pessoas em nossa Capital.

Do Hospital Pequeno Príncipe, entidade sem fins lucrativos que é referência, não apenas em nossa cidade, no tratamento de crianças e hoje mantém 345 leitos e oferece 32 especialidades.

Do Pequeno Cotelengo do Paraná, obra social administrada por religiosos da Divina Providência desde

1.STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.

1965, que hoje dá atenção e tratamento a 240 crianças, adolescentes e adultos que possuem algum gênero de deficiência física e mental.

E da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rolândia, no Norte do Paraná, que, fundada há 34 anos, hoje abriga 332 alunos, tanto crianças quanto idosos.

Sejam todos bem vindos ao Poder Legislativo do Paraná!

O prêmio Bem Eficiente, recebido nesta nona edição pelas cinco entidades paranaenses, é o reconhecimento nacional pelo mérito de pessoas e instituições que acreditam poder mudar a realidade agindo junto a quem mais precisa.

Chamo a atenção de todos para o fato de que são, no total, apenas cinquenta os premiados em todo o País.

Esse é um belo trabalho organizado pela Kanitz e Associados, com apoio de grupos privados. O objetivo é um só: promover as entidades sérias que realizam atividades de promoção humana.

E são muitas em nosso país.

O Padre Valdeci Marcelino, Diretor do Pequeno Cotelengo, vai aqui nos contar um pouco dessa história de amor ao próximo.

A ele passo a palavra e, em nome do Parlamento, digo muito obrigado!

### ***Padre Valdeci Marcelino (Diretor do Pequeno Cotelengo)***

O SR. VALDECI MARCELINO

Nobres Deputados, Presidente da Mesa: é um prazer muito grande nós, como instituições, estarmos hoje aqui presentes.

O nono Prêmio Bem Eficiente, dedicado àquelas instituições que de verdade realizaram e merecem, fazem um trabalho bom; um trabalho onde com certeza, nós e a nossa sociedade precisamos.

Estarmos recebendo o nono Prêmio Bem Eficiente, a AFECE - Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, com seus representantes, o Osmar e a Sra. Nilda; também a APAE de Rolândia aqui presente, hoje na pessoa da Sra. Neiva; o Pequeno Cotelengo; o Hospital Pequeno Príncipe, da Sra. Edi Gonçalves e também o Socorro aos Necessitados representado aqui pelo Sr. Antônio Carlos.

A importância desse prêmio é dizer que das cinquenta melhores entidades do Brasil, cinco são do Paraná. Dez por cento são daqui. Muita gente nem tem consciência do que é esse prêmio. Muitos de nós talvez não tenhamos muito conhecimento. E vamos tentar expor o que é esse prêmio tão importante para cinco entidades realmente sérias, filantrópicas, entidades que fazem um trabalho muito bonito na nossa sociedade.

Não são só essas cinco entidades que fazem trabalhos filantrópicos e maravilhosos no nosso Estado. Claro, com certeza muitas outras e muito bem representadas,

Graças a Deus as cinco foram agraciadas com esse prêmio no dia 03 de maio de 2005, recebendo em São Paulo. Digamos que o Prêmio Bem Eficiente é a ISO do terceiro setor, que dá credibilidade às entidades. Um prêmio que mostra de verdade que no Paraná as entidades são corretas, e são vistas com transparência, qual impacto social elas tiveram. A importância desse prêmio, mostra à sociedade que são entidades sérias e que merecem a confiança do Poder Público e do Poder Civil. As entidades aqui, hoje cinco, Rolândia e quatro de Curitiba, mostram de verdade que nós precisamos, não é de esmola não, precisamos de ajuda. Ajuda para continuarmos a manter nossas instituições. Para a Sra. Nilda lá, na AFECE, com os seus oitenta e seis educandos.

Para nós do Pequeno Cotelengo, que temos duzentos e quarenta portadores de deficiência física, portadores de necessidades especiais. Para que a APAE de Rolândia, com as 360 pessoas que atende, possa continuar o trabalho magnífico que faz. Para que o Hospital Pequeno Príncipe continue atendendo a tanta gente. Quantos de nós já não usamos o Hospital Pequeno Príncipe? Quantos já não foram naquele hospital porque necessitavam? Quantas pessoas estão sendo atendidas - idosos e crianças.

Estamos dizendo que o Prêmio Bem Eficiente, organizado pela Kanitz & Associados, tem um objetivo bem claro: reconhecer publicamente as entidades sem fins lucrativos e que elas são transparentes. Ao mesmo tempo esse IX prêmio quer mostrar o trabalho de cada entidade, mostrar que são porque trabalham, ajudam as comunidades e são eficientes também porque nesta Casa têm pessoas que ajudam aprovando leis que beneficiam as nossas entidades. Todas as cinco têm um pezinho aqui dentro e, de uma maneira ou de outra, recebem ajuda. Nós, de vez em quando, estamos batendo à porta de vocês, nobres Deputados, pedindo cobrando e, às vezes, o Poder Público nos cobra. Mas podem ter certeza que é uma troca.

Podemos fazer parte do IX Prêmio Bem Eficiente e estamos felizes. Felizes porque temos credibilidade. O IX Prêmio Eficiente nos mostra que as nossas entidades estão no caminho certo, são eficientes porque trabalham, são transparentes porque precisam ser. As nossas entidades são fortes, de quarenta, setenta, vinte anos de trabalho no Paraná. São entidades que querem continuar atuando.

Vamos aproveitar muito. Porque esse prêmio, onde tem aqui um símbolo, um sinal, da Bem Eficiente, vai estar nas nossas entidades. Aqui vai ser uma maneira de poderemos chegar nos mercados, naquela lojinha na esquina, naquela grande empresa e pedirmos, não para o Padre Valdeci, não para o Sr. Antônio Carlos, para a Dona Nilda, não. Estamos pedindo para as nossas entidades, porque queremos continuar sendo eficientes e de verdade fazem alguma coisa pela nossa sociedade.

Por isso vou deixar um convite aos nobres Deputados: visitem e conheçam as nossas casas. Cada um de nós - estou falando pelas cinco - receberemos muito bem vocês. Convidaremos para tomar um café, um almoço.



Precisamos cada vez mais do apoio de vocês. Sabemos que o Poder Público, já ajuda bastante, mas também fazemos alguma coisa, com certeza. É uma troca e uma troca boa e precisamos da ajuda de vocês! Conheçam nossas entidades e, com certeza, estaremos agradecendo pela ajuda, e ao mesmo tempo, diremos que nossas entidades merecem.

Se colocarmos um pouquinho aqui do número de pessoas que são atendidas, mais ou menos, chegam a mais de mil pessoas. Cinco entidades do Paraná, o que para nós é importante! De trezentas e cinquenta e cinco entidades, cinquenta foram escolhidas e cinco são do Paraná, deste Estado tão rico e tão poderoso. E que bom que podemos fazer parte disso!

E, por último, agradecemos a todos os nossos colaboradores, aquelas pessoas que nos ajudaram a fazer com que o Prêmio Bem Eficiente chegasse até nossas casas, aos nossos lares! Pequeno Cotelengo, AFECE, Socorro aos Necessitados, APAE de Rolândia e o Pequeno Príncipe têm certeza que esses prêmios só foram recebidos, porque tivemos grandes empresas, grandes amigos e colaboradores, tivemos pessoas que foram lá na nossa casa e limparam o chão para ela ficar bonitinha, tivemos empresários que foram lá e fizeram a sua dedução do imposto de renda e passaram para nossas entidades. E é por isso que queremos agradecer!

O Prêmio Bem Eficiente não é só para as entidades, mas é para o Estado do Paraná, que pode dizer: que coisa bonita! Cinco entidades entre cinquenta são do Paraná, ou seja, 10%.

Nobres Deputados, mais uma vez insisto que conheçam as entidades! E não só as nossa cinco, mas outras que temos em nosso Município e em nosso Estado.

Queremos agradecer de coração a oportunidade de podermos falar do Prêmio Bem Eficiente, que para nós foi um prazer muito grande recebê-lo e também, por que não, estarmos aqui neste momento.

Muito obrigado e que Deus abençoe esta Casa e a todas as nossas entidades!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Assembléia quer oferecer às entidades que honraram o nosso Estado, um pequeno mimo, como lembrança da vinda de vocês a esta Casa. Esse mimo, que é a pinha, representa o nosso Estado e vocês também, com a conquista desse prêmio, representam a história do Paraná.

Convido inicialmente o representante da AFECE para receber esta pequena homenagem.

Convido a Deputada Elza para fazer a entrega.

#### (**É entregue a Pinha**)

Convido o representante da APAE de Rolândia para receber das mãos da Deputada Cida Borghetti.

#### (**É entregue a Pinha**)

Convido o representante ao Socorro do Necessitados a receber este pequeno mimo. Deputado André Vargas para proceder a entrega.

#### (**Procede-se a entrega**)

Convido o representante do Hospital Pequeno Príncipe para receber o mimo que a Assembléia oferece hoje às entidades. Deputado Duílio Genari, que é o mais antigo Parlamentar, decano dos Deputados, a fazer esta entrega.

#### (**Procede-se a entrega**)

Convido o representante do Pequeno Cotelengo, Padre Valdeci.

#### (**Procede-se a entrega**)

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

### ***Deputado Ângelo Vanhoni (PT)***

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, queridos visitantes, homenageados, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Para nós da Assembléia Legislativa é uma satisfação muito grande, de alguma forma expressar o que a sociedade paranaense já reconhece no trabalho dessas entidades, a nível estadual.

Nós que somos curitibanos e daqui da região metropolitana, conhecemos muito bem o abnegado e esplêndido trabalho que o Pequeno Cotelengo faz aos portadores de necessidade especial, não somente daqui, mas também de toda a região metropolitana. Lá no Pequeno Cotelengo, portadores de necessidade especial de todos os municípios da região metropolitana acorrem para terem um pouco de educação, um pouco de conforto, um pouco de conhecimento e mais ainda, também ter cuidado médicos e odontológicos prestados através da Secretaria Municipal de Saúde, do nosso município.

O Pequeno Príncipe é um hospital reconhecido não apenas por nós paranaenses no seu atendimento ao SUS, em especial aos pequeninos, às crianças em doenças de difícil tratamento como o câncer, 70% de todos os atendimentos feitos pelo Pequeno Príncipe são feitos pelo SUS, isto é, um atendimento de altíssima qualidade, de conhecimento técnico, de conhecimento médico sendo prestado de forma gratuita na capital do Estado que é a nossa querida Curitiba.

O Socorro aos Necessitados, essa entidade que há muitos anos vem amparando aqueles que na sociedade em que vivemos, que tem uma determinada idade e com dificuldade na condição material de vida, são desamparados e excluídos e abandonados pelas suas famílias.

Tanto a AFECE como a APAE de Rolândia e a escola Marçal merecem todo o nosso carinho e nosso respeito.

Recebam este pequeno mimo que a Assembléia Legislativa traz a essas entidades, como reconhecimento, não apenas dos 54 Deputados estaduais mas, como reconhecimento de uma instituição que representa os nove milhões de habitantes do Estado do Paraná, reconhecimento público do trabalho abnegado, eficiente que vocês vêm fazendo contra uma discriminação, muitas vezes por culpa do destino, outras por culpa da falta de conhecimento e avanço tecnológico, uma discriminação que é imposta a irmãos e irmãs nossos. Será com a discriminação positiva, com o trabalho abnegado que entidades como a que vocês representam, poderemos valer aquilo que todos nós sonhamos que é construir uma sociedade sem discriminação e com igualdade de oportunidades para todas as pessoas, sejam crianças, sejam pessoas na terceira idade, portadores de necessidades especiais, vítimas de qualquer doença congênita, de paralisia cerebral, síndrome de down, seja por deficiência visual ou motora.

A Assembléia Legislativa está de portas abertas às entidades, esperando contribuição para que os Deputados possam aprimorar a boa legislação que já existe, mas que, infelizmente, ainda espera das autoridades públicas a real e conseqüente aplicação na nossa sociedade.

Um abraço a vocês e sejam sempre bem-vindos.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Casa se sente honrada com a presença da Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, AFECE, a APAE de Rolândia, ao Pequeno Cotelengo do Paraná, ao Hospital Pequeno Príncipe e Socorro aos Necessitados, pela participação na Sessão do dia de hoje, entidades estas que orgulham o Paraná pelo seu trabalho, pelo respeito e dedicação que têm aos necessitados e às pessoas deficientes.

Muito obrigado.

Suspendo a Sessão por três minutos para os cumprimentos.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, ainda dentro do Grande Expediente, queremos, conforme entendimento de Lideranças, por dez minutos, conceder a palavra ao Prefeito de Paranaguá, José Filho.

**O SR. WALDIR LEITE (PPS) (Pela Ordem)**

Só para comunicar ao Plenário: o Prefeito José Baka Filho é Presidente da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná e fará uma explanação com relação ao turismo no nosso Estado, uma vez que nós estamos prestes a votar o empréstimo que libera vários recursos para o PRODETUR, para ser investido na área de infraestrutura dos municípios turísticos do Paraná.

## ***Prefeito José Baka Filho (Presidente da AMUTUR)***

**O SR. JOSÉ BAKA FILHO**

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado a todos os Deputados por oportunizar esta locução nossa.

Venho falar aqui em nome dos 212 municípios do Paraná que fazem parte da AMUTUR - Associação dos Municípios Turístico do Estado do Paraná.

Com respeito à Casa, farei a leitura de um discurso rápido e tenho certeza que será de bom proveito para todos.

**(Lê):**

“O Brasil finalmente começa a acordar para a importância do turismo. Essa é uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo e que mais geram postos de trabalho. De cada nove empregos existentes no mundo, um é gerado pelo turismo. Só a Torre Eiffel, em Paris, na França, o monumento mais visitado do mundo, recebe, por ano, mais de dois milhões de turistas de todas as partes do planeta. Para se ter uma idéia, a previsão dos órgãos de turismo é que essa atividade será líder na geração de empregos até o final do século 21.

Pelas projeções da Organização Mundial do Turismo, em 2020 serão registradas mais de um bilhão e meio de viagens de turistas internacionais em todo o mundo, que promoverão receitas superiores a dois trilhões de dólares. Isso significa que o setor vai crescer a uma taxa anual média de 4,1%, mais que a previsão média do crescimento da riqueza mundial, que é de 3% ao ano. A Organização Mundial do Turismo prevê, ainda, que o turismo interno será tão importante como o turismo internacional, sendo que o principal crescimento deverá ocorrer justamente nos chamados países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Pelos dados da EMBRATUR, o turismo no Brasil em 2004 gerou uma renda de 25 bilhões de dólares, quase 4% do PIB brasileiro. Nesse período, o Brasil recebeu três milhões e quatrocentos mil visitantes estrangeiros, gerando uma receita de três bilhões e duzentos milhões de dólares.

E o Paraná espera contribuir cada vez mais para o crescimento dos números do turismo no Brasil. Com a liberação do convênio do PRODETUR, fruto de uma difícil ‘gestação’ de seis anos, que soma cem milhões de dólares, o Governo do Paraná tem a chance de dotar de infra-estrutura os municípios que apresentam potencial turístico, seja ele de beleza natural, cultural, gastronômico, histórico-arquitetônico, religioso ou de negócios.

Na qualidade de Presidente da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná - AMUTUR, penso que é necessário haver uma gestão democrática desses recursos. A fim de que o PRODETUR seja a mola propulsora do turismo em várias localidades que até hoje não conseguiram gerar emprego e renda com a atividade turística por pura carência de infra-estrutura adequada. É intenção da nossa entidade atuar como um multiplicador dos

órgãos governamentais, dotando os municípios do Paraná de instrumentos para realizar projetos turísticos adequados aos pré-requisitos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outras entidades de fomento ao turismo, apoiados em estudos de viabilidade adequados a cada microrregião do nosso Estado.

Notícias publicadas na imprensa afirmaram que o município de Foz do Iguaçu, referência turística no Brasil e orgulho do Paraná, receberia a maior fatia dos cem milhões de dólares do PRODETUR, o que caracterizaria uma falta de atenção para com os pequenos municípios paranaenses que precisam desenvolver seu potencial turístico para crescer e abocanhar uma parcela da receita oriunda do turismo que se multiplica a cada dia em todo o mundo.

Felizmente, entretanto, folga-nos saber que, com a visão de homens públicos como o Deputado estadual e ex-Ministro do Turismo, Rafael Greca, que concebeu esse PRODETUR-Sul quando era mandatário da Pasta, os recursos para o turismo do Paraná caminham para a democratização.

Segundo nos garantiu o Deputado Greca, o Governo Requião espera canalizar grande parte desses recursos para os municípios do litoral, da Grande Curitiba e dos Campos Gerais.

E na qualidade de Prefeito de Paranaguá, posso dizer que há projetos criativos e altamente viáveis para desenvolver o turismo em toda a região litorânea do Paraná. E que estamos dispostos a entregar ao Governo do Estado, o quanto antes, o Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo - o PDIT, para garantir os recursos e começar uma nova etapa no turismo das cidades do litoral do nosso Estado.

Cito aqui o Corredor de Turismo que, a exemplo do Corredor de Exportação, modernizará ainda mais o Porto de Paranaguá, dando-lhe uma nova função. Esse Corredor dotará o Porto de toda a infra-estrutura turística necessária para receber os turistas dos grandes transatlânticos, com a construção de um pier dedicado a esse tipo de embarcação, que costuma trazer, cada uma, cerca de dois mil turistas de alto poder aquisitivo.

Com esse ambicioso projeto, Paranaguá se credencia para ser o portão de entrada dos turistas estrangeiros no Paraná pelo mar, assim como Foz do Iguaçu é portão de entrada de turistas estrangeiros no Paraná pelo ar. Queremos ser o distribuidor de turistas do litoral para as outras cidades do nosso Estado.

Sobram boas idéias, em todos os cantos e recantos do Paraná. Idéias viáveis e com pensamento de longo prazo, a fim de perenizar a atividade turística. Citemos o Corredor Fluvial, projeto que visa o aproveitamento e preservação da bacia fluvial paranaense, com a recuperação das matas ciliares, que beneficiará todos os municípios por onde passam os rios Iguaçu, Tibagi, Piquiri, Ivai, Paraná e Paranapanema com turismo ecológico, de pesca e de aventura.

E não podemos nos esquecer de projetos turísticos interessantes como o Caminho do Itupava, antiga trilha dos tropeiros, e o Caminho do Peabiru, dos antigos indígenas, que pretende seguir os rumos do mundialmente famoso Caminho de Santiago de Compostela, no norte da Espanha.

Há ainda projetos turísticos para a Serra da Graciosa, as festas regionais, culturais e de colheita, além dos rodeios e festas religiosas. Enfim, uma série de oportunidades viáveis em 212 municípios paranaenses, esperando por um incentivo, por vezes pequeno, comparado aos benefícios que trarão para as suas comunidades e ao retorno que trarão para a economia do Paraná.

O Litoral quer crescer. Os Campos Gerais querem crescer. O Norte do Paraná quer crescer. E querem fazê-lo desenvolvendo-se turisticamente. De forma sustentável, profissional e responsável. E o farão, com o apoio de Deputados como Rafael Greca de Macedo, que compartilha seu conhecimento sobre o assunto com Prefeitos e Secretários de pequenos e grandes municípios, e como o companheiro Waldir Leite, Parlamentar que dedica sua vida pública para defender os interesses dos municípios do litoral paranaense e que, gentilmente, requereu este tão nobre espaço para que a voz dos municípios turísticos fosse ouvida hoje aqui nesta Casa de Leis.

A AMUTUR deseja colaborar. Além de proporcionar apoio técnico na concepção, elaboração e implementação de planos, programas e projetos, deseja participar ativamente, por meio de seus 212 municípios associados, das decisões a respeito da destinação dos recursos para o turismo. Quer ter voz e vez na Paraná Turismo e na Secretaria de Turismo do Estado, pois, infelizmente, o Conselho Consultivo de Desenvolvimento Turístico do Paraná, do qual somos membros, carece de poder de decisão.

Limpa, geradora de empregos e de riqueza, preservacionista e edificante, a indústria do turismo precisa se multiplicar no Paraná. Que venha o PRODETUR democrático, que venha o PRODETUR-Sul II, beneficiando a Costa Norte do nosso Estado. E que venham projetos, idéias e financiamentos para fazer do Paraná um exemplo para o Brasil também no turismo”.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa agradece a participação, na Sessão de hoje, do Prefeito de Paranaguá, representando os municípios turísticos do Estado do Paraná.

#### O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Apenas para cumprimentar o Prefeito de Paranaguá, em nome do Norte do Paraná, dizer que nós aprovamos integralmente esse projeto que visa o desenvolvimento da nossa região através do turismo que é a indústria que não polui, indústria do futuro e que seja o turismo ecológico, ecoturismo de evento, enfim, qualquer um deles sem dúvida nenhuma agrega valor,

aumenta riqueza e preserva o nosso Estado dentro da sua conservação natural.

Para nós do PDT é uma honra ter um Prefeito como o Prefeito José Baka Filho, que vem prestando um relevante serviço para a população parnanguara e de todo o litoral.

Muito obrigado!

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, Luiz Nishimori.

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Gostaria, antes de o Deputado Luiz Nishimori que representa, além da colônia nipo-brasileira aqui no Paraná, a nossa cidade de Maringá, agradecer o Governador Requião que ontem assinou o decreto das novas contratações para o Hospital Universitário de Maringá, 182 contratações; assim vai atender a demanda e a necessidade na área da saúde, atendendo Maringá e toda a região. Gostaria de deixar esse registro em nome da comunidade de Maringá, também de toda região, a AMUSEP em nome do Prefeito Sílvio Barros, do Presidente da AMUSEP José Roberto Ruiz, Deputado Nishimori e os Deputados que fazem parte da AMUSEP.

Muito obrigado!

### ***Deputado Luiz Nishimori (PSDB)***

O SR. LUIZ NISHIMORI

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna, nesta tarde, com o objetivo de levar ao conhecimento dos nobres Pares desta Casa, que o Prefeito Municipal de Maringá, Sílvio Barros, encontra-se em viagem ao Japão, acompanhado de uma comitiva de trinta empresários, entre eles o Presidente da Associação Comercial de Maringá, Presidente da CODEM, do SEBRAE, da ACEMA, o Presidente da Câmara Municipal de Maringá, e outros empresários.

A comitiva se encontra na cidade de Kakogawa, co-irmã de Maringá há mais de trinta anos, e na província de Hyogo, Estado co-irmão do Paraná - visando aprimorar o relacionamento com o campo da cultura, da arte, do esporte e principalmente da economia.

Além disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Prefeito Sílvio Barros já tem preparado um terreno de doze alqueires para construir o Parque do Japão em Maringá, que abrigará as comemorações da comunidade japonesa com seus festivais de arte, de cultura, o Museu do Imigrante, o Jardim Japonês e o Centro de Convenções para oferecer condições para as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa, que ocorrerá daqui a três anos.

E, um dos objetivos do Prefeito Sílvio Barros é colocar o Parque do Japão no roteiro turístico da Paraná Turismo e da EMBRATUR, incluindo também o parque no roteiro turístico dos japoneses que visitam nosso Brasil.

Com este objetivo, estive acompanhando o Prefeito, quando da apresentação do projeto ao Cônsul do Japão no Paraná e ao próprio Embaixador Japonês no Brasil, dos quais o projeto recebeu total aprovação.

Hoje, Maringá é conhecida internacionalmente pela promoção do Festival Nipo-Brasileiro, considerado o segundo maior evento de grande porte promovido pela ACEMA, há quase quinze anos, e poderá promover muito mais, com a instituição do Parque do Japão. Nesta viagem ao Japão, o Prefeito Sílvio Barros e sua comitiva de empresários, organizam dois seminários, onde serão debatidos projetos para atrair os investimentos para Maringá da aplicação dos recursos dos Dekasseguis, que enviam anualmente para o Brasil.

Segundo dados fornecidos pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 2004, o valor de dois bilhões e duzentos mil dólares, pode ser considerado uma das maiores fontes de entrada de dólares para o Brasil, que corresponde a um valor maior do que os resultados alcançados pelo país com a exportação do café brasileiro, conforme reportagem mostrada recentemente pela Revista Época e pelo Jornal da TV - Globo Repórter.

Por estas razões, quero hoje, deixar nos Anais desta Casa, o registro da grande capacidade administrativa de Sílvio Barros, que como Prefeito de Maringá, está investindo com essa viagem, não só no relacionamento cultural e artístico entre Brasil e Japão, mas com a visão voltada à captação de recursos que permitam investir nessa nova indústria chamada turismo”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito: Deputado Waldir Leite.

### ***Deputado Waldir Leite (PPS)***

O SR. WALDIR LEITE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais uma vez vamos conversar sobre o PRODETUR, já que falamos muito em recursos ontem.

Hoje é travada uma discussão que começou nos municípios do litoral, que versa sobre a unificação do calendário escolar. Para que em todas as escolas do Paraná as aulas se iniciem no dia 1º de março, haveremos de ter muito mais gente explorando as belezas culturais, para que possamos engrandecer o turismo do nosso Estado. Que essa discussão torne-se realidade, pois tem o apoio de vários Prefeitos, inclusive o Prefeito Beto Richa, bem como da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná - AMUTUR, o qual é Presidente o nosso compatriota o prefeito de Paranaguá.

Quando falamos em turismo temos que deixar bem claro que tem várias entradas. E uma delas é o mar, que se faz presente no Paraná através do Porto de Paranaguá.

Não poderíamos deixar de falar que o nosso Porto anda um tanto quanto esquecido e a nossa cidade sofre muito com a irresponsabilidade dos administradores daquela autarquia, que é a maior empresa de Paranaguá.

O nosso atual superintendente, só nesse próximo atual pacote de publicidade o Porto estará gastando 5 milhões de reais. O Porto não cumpre a sua obrigação que é pagar o ISS à cidade. E quando não paga o ISS, ele tira dinheiro daquela população que já vem sendo sacrificada há muito tempo com o desemprego, desde que lá chegou o atual gestor.

São quantias aproximadamente de um milhão de reais que são tiradas das pessoas mais necessitadas. Ou seja, é o recurso que falta para os programas sociais.

Queremos, mais uma vez, pedir ao Governador Roberto Requião quando for novamente a Paranaguá, inaugurar gôndola de supermercado, que autorize o Porto a pagar o ISS que é devido, legal e moral. E assim contemple de verdade aquela população do litoral que já está cansada de tanto sofrimento.

Queremos deixar bem claro o desrespeito que toma conta daquela instituição, quando nem os impostos para a Prefeitura são repassados. Isso prejudica e muito toda a nossa região e população.

Não podemos deixar de esclarecer que o Porto de Paranaguá não participa de nenhuma ação integrada com a Prefeitura, seja em qualquer campo, principalmente no social. Até mesmo o PROVOPAR o Porto prejudica quando não repassa as verbas da sobra da retenção técnica de soja, que hoje versa na ordem de dez milhões de reais. E o Porto responde que não pode devolver a retenção técnica porque está reestruturando o seu corredor de exportação. A maior mentira deslavada que outra vez o rei da mentira, o Sr. Eduardo Requião, fala em Paranaguá.

Dessa forma, todos sofrem com o desrespeito que esse senhor leva até Paranaguá. De forma bisonha o Governador não toma nenhuma providência.

Mais uma vez registramos a total falta de respeito para com o Paraná, já que o Porto de Paranaguá é onde escoam as maiores riquezas do nosso Estado, prejudicando assim toda uma região, todo um Estado, todo um país, principalmente a população de Paranaguá. Que é a que mais sofre com o desrespeito do Sr. Eduardo Requião na administração do Porto de Paranaguá.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado André Vargas.

### ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso da palavra, gostaria de ter estado ontem aqui, mas estava de licença médica, para ponderar algumas questões que no meu entendimento são relevantes.

Estamos acompanhando, a crise nacional, um debate político bastante quente. Qual não foi a minha surpresa quando, lendo os jornais do nosso Estado, o Governador Roberto Requião disse, com todas as letras, que havia, no Paraná, um Deputado que teria ido lá pedir vantagem para apoiar o Governo. Li porque não pude ouvir, parece que foi uma entrevista em um emissora de rádio, em um programa, onde também estava presente o Deputado Jocelinto Canto. Portanto, estão aí já três mandatários: Deputado Jocelito Canto, Governador Roberto Requião e o nosso companheiro Deputado Edson Praczyk.

Ontem, um Deputado ocupou a tribuna no sentido de colocar as suas opiniões. É importante que se coloque que, no dia de hoje, na Folha de São Paulo, em jornais do Estado e em um jornal em específico, na capa, sugere que Deputados do Paraná recebem ou teriam mensalão. Portanto, estamos colocados diante de um dilema. Não poderia eu, com todo respeito que tenho a todos os demais cinquenta e três Parlamentares, a confiança que temos entre nós, deixar de me posicionar, como se nada estivesse acontecendo no Paraná.

Hoje, na Folha de São Paulo, Deputado Edson Praczyk, juntamente com o Deputado Renato Gaúcho, a confirmar, disse que esteve no Palácio e houve uma oferta para o seu apoio ou um prestigiamento. Será que essa dúvida pode continuar pairando sobre as nossas cabeças? Será que nós estamos pouco preocupados não só com a imagem da Assembléia, como também com a imagem de cada um dos Deputados Estaduais que aqui militam?

É claro que cada um tem o seu posicionamento, isso é bom, isso é democrático, mas há na Casa organismos no sentido de restabelecer a verdade. Precisariamos que estivessem os protagonistas desse episódio que, além de Parlamentares, há uma afirmativa do Governador e uma confirmação do Secretário da Comunicação. Confirmação de uma teoria, de uma tese, de uma visão, de uma forma de relação.

Outro dia estive visitando um Município de um Prefeito do meu Partido e ele se queixou que foi falar com o Secretário de Estado, solicitar uma ambulância e teria sido informado que, como se tratava de um Prefeito do PT, ligado ao Deputado André Vargas, não seria possível liberar essa ambulância. Muito se fala sobre ambulância aqui no Estado do Paraná, mas volto a uma questão que é muito mais ampla: a relação com os Parlamentares.

Aqui, quando se vota o orçamento, Deputado Marcos Isfer e Deputado Ademir Bier, os Deputados apõem emenda orçamentária, à luz do dia, com clareza, porque isso está na prerrogativa regimental. Essa deveria ser a relação do Governo com esta Casa, do Governo com o Parlamento, do Legislativo com o Executivo: faz-se emendas Parlamentares. Aliás, há até quem critique que em Brasília se libera emendas Parlamentares. Esta é a

relação, porque está previsto no Regimento. É constitucional. Pode não ser adequado, isso tem que ser revisto. Mas, aqui na Casa o ideal é que a relação do Executivo com o Legislativo se desse via emendas Parlamentares que todos os Deputados apresentaram e que até onde sei, até hoje nada foi liberado. Se fosse, não teríamos conversa fiada como essas que ocupam os nossos jornais e infelizmente ocupa pouco os nossos jornais porque se trata de um governante falando de alguns Deputados. Isso é muito ruim para a democracia e é ruim para este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Antes de nos regozijarmos com a alentadora notícia de que serão contratados mil novos policiais para o Estado do Paraná, nós vemos primeiro essa notícia com uma certa apreensão. Não estamos ainda, totalmente satisfeitos porque queremos saber qual será a formação desses novos policiais militares, como será essa distribuição. Será de forma equânime nas regiões mais necessitadas do Paraná? Como será esse processo de seleção? Quanto tempo eles já estarão atuando? Já que o governo demorou tanto em admitir que havia o baixo efetivo, que nós não queremos acreditar que seja a “toque de caixa” resolvida essa questão.

Então, vamos sim, em respeito a esse processo de seleção, saber que ouvimos muitas vezes daquela tribuna, várias desculpas para a violência em nosso Estado. Fenômeno mundial, a má distribuição de renda, o desajuste social, a banda podre da polícia, o FMI, o Papa, todos foram colocados como culpados pela questão da violência no Paraná, menos os responsáveis que se elegeram para cuidar dessa situação.

Nós não estamos aqui apostando na tese do quanto pior melhor, não. Mas, parece que esta medida do Governador vem em coro aquilo que nós estamos cobrando há vários tempos desta tribuna. É o aumento do efetivo. E graças a Deus e graças ao Governo do Estado, parece que essa possibilidade começa a ser concreta. É o que nós estamos esperando.

Mas, gostaria de deixar aqui o registro de que o bairro mais violento do mundo, segundo a ONU, o Jardim Ângela na grande São Paulo, está comemorando cinquenta dias sem o registro de um único assassinato.

Este bairro, segundo a Organização das Nações Unidas, foi eleito o mais violento do mundo e que há cinquenta dias não tem o registro de um único homicídio e a causa de tudo isso é a polícia comunitária. É essa polícia comunitária que queremos para o Estado do Paraná.

Segurança não pode ser apenas um discurso. Não sou policial, mas aqueles que conhecem um pouco de

segurança pública sabem que é necessária sim, a tecnologia como está sendo bradado pelo Governo do Estado, mas a tecnologia aliada ao homem, aliada à valorização do profissional e é isso que nós estamos fazendo valer nesta tarde, porque computador não prende ninguém. O que prende é o policial valorizado, é o policial com condições até morais para combater a criminalidade. Com uma escala compatível para evitar o stress policial; o reajuste salarial, já que existe há nove anos uma defasagem não corrigida; uma folga decente para minimizar os problemas familiares desses policiais, licenças garantidas por leis, que não estão sendo respeitadas; um curso de reciclagem, aí sim, nós seguiremos o caminho da diminuição dos índices de violência. É uma função espinhosa. O próprio Governador experimentou e viu malfadada essa situação. Nomeou um Secretário incompetente, é bem verdade. Isso é quase em voz uníssona, inclusive dentro desta Casa. O governo leva esse desgaste, por ter um Secretário que não respeita seus subordinados. Gostaríamos, sim, de cumprimentar o Governador tão logo esses mil policiais estiverem na ativa. Queremos que haja respeito ao processo de seleção, já que há a garantia para que eles sejam bons policiais, com preparo físico, psicológico, aperfeiçoamento, disciplina e hierarquia. Esses cursos devem ser feitos na Academia Militar do Guatupê, que é uma indicação aprovada por esta Casa de Leis, através de uma indicação do Deputado Barbosa Neto, no começo do nosso mandato.

Para concluir, Sr. Presidente Pedro Ivo, fizemos uma indicação legislativa sugerindo que fosse instalada, no Norte do Paraná, uma extensão da Academia Militar do Guatupê, para beneficiar os policiais do interior que queiram fazer cursos de aperfeiçoamento, dentro da hierarquia militar, sem ter que se deslocar para esta Capital, aumentando o efetivo do interior e ajudando aqueles policiais, sargentos e outras patentes que não queiram vir à Capital do Estado, por família ou por outras questões.

Cumprindo o nosso dever, estamos aqui na tarde de hoje cumprimentando, em parte ao Governo, mas de forma apreensiva estaremos fiscalizando, para que esses policiais supram a necessidade, que é muito grande, da falta de efetivo no Estado do Paraná. Essa tese corrobora aquilo que eu vinha dizendo com insistência aqui e que, infelizmente, não foi respeitada anteriormente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Natálio Stica.

### ***Deputado Natálio Stica (PT)***

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nossa saudação aos companheiros dos correios que aqui estão, em uma luta da não privatização da empresa que é orgulho do povo brasileiro. Uma empresa séria que hoje

está sendo vítima de acusações, que não sabemos ainda a que leva. Mas temos certeza que é uma das empresas que merece a credibilidade do povo brasileiro, já garantido isso em pesquisas.

Nosso abraço e nossa solidariedade à não privatização dessa empresa pública, que é orgulho do povo brasileiro.

**(Aplausos)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, porque ontem estava no Rio de Janeiro, na PETROBRAS, defendendo os interesses do Estado do Paraná. Quero que isso fique muito claro, porque li em um jornal, que eu estava defendendo interesses da PETROBRAS, porque sou petroleiro. Quem sou eu para defender interesses dessa empresa. Eu estava defendendo, sim, os investimentos que a ela fará na Refinaria de Araucária, na ordem de um bilhão e trezentos milhões de dólares, defendendo a Usina de Biodiesel, em São Mateus do Sul. Há a novidade da grande possibilidade de termos o gasoduto cortando o Paraná, entrando por Londrina, Maringá e descendo na região de Francisco Beltrão, entrando em Santa Catarina, fazendo neste Estado o seu grande crescimento. Por isso não pude cancelar essa audiência marcada previamente.

Hoje, venho a esta tribuna para dizer que, com muita estranheza, fiquei sabendo pela imprensa dos últimos acontecimentos em relação ao processo da Secretaria da Comunicação envolvendo, principalmente, o Deputado, Pastor Edson Praczyk. Como Líder do Governo que fui, com muito orgulho, de abril de 2004 a abril de 2005, fiz várias reuniões com Secretários. Vários Deputados, eu acompanhei em Secretarias. Chamei para várias reuniões que eram chamadas de cafés da manhã com Secretários, para discutir na tentativa de valorizar a Bancada que apóia o Governador nesta Casa. Mas jamais, em momento nenhum fiz qualquer reunião ou qualquer conversa que envolvesse qualquer tipo de transação, de negociação ou de negociata, qualquer que seja. Está aí qualquer Deputado da Base de Apoio para testemunhar que jamais fiz e teria condições de fazer primeiro: porque meu caráter não permite; e segundo, porque conheço o Governador Requião e sei que ele não aceita esse tipo de negociata que estão falando por aí.

Mas, é bom que se diga que, como Líder do Governo até abril de 2005, o último ato foi comunicar aos Deputados da Base que o Governo Requião - fique, através do Secretário Pissetti sabendo - queria massificar e intensificar as propagandas dos atos do Governo, mudando a imagem de brigão para o de realizações e que é um Governo de realizações, vejam as obras que neste Estado estão sendo feitas.

E eu trouxe aos Deputados da Base de Apoio e falei com a maioria, se não com todos, que quem tivesse conhecimento ou indicação de uma rádio que tivesse boa

audiência na sua região, para fazer uma indicação para que ela viesse, em um processo licitatório com a Secretaria da Comunicação, que o fizesse.

E assim, acredito que alguns tenham feito e eu mesmo pedi para que na rádio Legendária da minha cidade da Lapa, que completou 236 anos no dia de ontem, fosse divulgado, por exemplo, a recuperação e hoje a criação do Hospital Regional.

**(Corte no som)**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para concluir.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Presidente, de acordo com o Líder da Bancada do PT, usarei cinco minutos do Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Gostaria de consultar o Deputado Tadeu Veneri, porque hoje só temos cinco minutos.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Dois minutos, então. Daí já deixo três ao Tadeu.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Cosulto ao...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Tudo bem, Sr. Presidente! Porque é só para a conclusão do Deputado Natálio Stica, depois temos os Correios e aí são só três minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Porque V. Exa. pode ceder os cinco minutos e pedir um aparte para sua colocação.

Deputado Stica, gostaria de sua compreensão, porque essa fragmentação não é possível.

Dou-lhe um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

V. Exa. pode zerar e dar cinco minutos e eu paro em dois e o Deputado entra. Claro!

Agradeço a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Estamos cedendo cinco minutos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB)

Sr. Presidente, não pode ser fracionado o tempo.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Não é fracionado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Stica, para que não tenhamos...

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, não pode ser pautado por um Deputado que vem dizer à Mesa o que tem que fazer. V. Exa. é Presidente e tem que fazer cumprir o regulamento.

**(Discussão)**

Este Presidente pode cassar a minha palavra, mas não pautado por um Deputado da Oposição, que vem aqui sem conhecimento do Regimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB)

O único que sabe aqui é V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Eu já usei de mesmo artifício e, portanto, não vou fragmentar, porque já não fragmentei em outras Sessões que presidi.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Só para podermos ouvir o Deputado Natálio Stica, ele conclui e eu solicito um aparte a ele, porque daí ficamos dentro do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Aí, sim. É o que eu tinha sugerido. É possível apartear, porque está agora na Liderança.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Está ok!

***Passa a usar o Horário da Liderança do PT)***

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Agradeço, Deputado Tadeu Veneri!

Sr. Presidente, Sras. Deputada e Srs. Deputados...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sócio do mensalão.

O SR. NATÁLIO STICA

O senhor vai responder na Justiça isso, a partir de amanhã.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Quero dizer que fiz o comunicado aos Srs. Deputados e isso foi o que fizemos com as indicações para um processo licitatório. Não consigo conceber que algum Deputado possa ter ido ao Secretário Pisseti fazer uma proposta como essa que está anunciada. Não consigo entender o Secretário Pisseti, conhecendo o Governador Requião como conhece, levar uma proposta, se é que existiu essa proposta.

Portanto, quero acreditar que há algum mal-entendido, inclusive explorado por esses Deputados que no passado viveram aqui, sim, fazendo daquela Secretaria um grande “cabide de emprego” até para seus apadrinha-

dos. Quero dizer que neste governo, governo sério que não aceita negociata, não posso entender que isso aconteceu.

Espero que o Pisseti venha e diga de fato se temos ou não alguma coisa, porque até então não quero acreditar que tenha acontecido este tipo de proposta - nem por parte do Deputado Edson e muito menos por parte do Pisseti para levar ao Governador Requião - e não deixar com a que a base de apoio do Governador seja levada, por uma minoria que aproveita desses momentos, porque estava acostumada lá atrás, naquele governo que teve a corrupção instalada, venha aqui e faça carnaval. Em cima deste Deputado não.

Portanto, meu último ato foi este e é esta verdade que eu acabei de declarar a toda imprensa.

Concedo aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

**O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

Deputado Natálio Stica, entendo o seu pronunciamento e gostaria de saudar também todos os trabalhadores e trabalhadoras do Correio que estão aqui hoje, e entendo que estamos vivendo no dia de amanhã um dia extremamente decisivo para o Correio e para aqueles que acreditam que esta é uma das empresas mais sérias que temos no nosso país, deve ser preservada.

Há, no dia de amanhã, o julgamento no STF, julgamento este que foi interposto, uma ação interposta de arguição de descumprimento de preceito constitucional, número 46, ajuizada pela Associação Brasileira das Empresas de Distribuição. Esta ação pede, entre outras coisas, que seja quebrado, definitivamente, Deputado Natálio Stica, o monopólio das Empresas Brasileiras de Correios e Telégrafos, e nós sabemos que por trás deste interesse estão os interesses de empresas internacionais como a DHL, a FEDEX e a UPS, empresas que já têm no mundo todo um grande controle da distribuição de correspondência e que pretendem fazer o mesmo no Brasil.

Espero que atos como estes, feitos no Brasil todo, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores, tenham não apenas a nossa solidariedade, mas definitivamente o nosso apoio e a luta das Assembléias e do povo brasileiro para que nós tenhamos não só a quebra do monopólio, mas a privatização dos Correios, que o governo federal, o governo Lula não só não aceita, como tem lutado contra todos os processos de privatização.

Por isso, Deputado Natálio Stica, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, estaremos junto com os demais Deputados desta Casa, subscrevendo uma moção de apoio aos trabalhadores dos Correios e contrário à decisão que possa vir a quebrar o monopólio dessa empresa que é, sem dúvida nenhuma, uma empresa símbolo, ímpar, junto com demais empresas que temos, e que representa a maior credibilidade de todo o Brasil no que diz respeito às empresas que fazem coleta e distribuição



de material como faz a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Obrigado, Deputado Tadeu Veneri. Parabenizamos os trabalhadores dos Correios e podem ter certeza que vocês terão apoio dos 54 Deputados desta Casa, porque todos conhecem esta empresa e sabem da credibilidade que tem. Vocês, que eu sei estão num salário medíocre, ridículo, por que não dizer isto, mas que fazem um trabalho com seriedade e que garantem, não só as correspondência, mas a dignidade que tem a ECT, a Empresa de Correios e Telégrafos.

Parabéns, e contem com a Assembléia Legislativa do Paraná, com certeza, dos 54 Deputados.

Um grande abraço.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (*Pela Ordem*)

Queria apenas, anunciar e agradecer a presença de duas companheiras de Santa Mariana: a Marli e a Cláudia, que estão visitando a Assembléia Legislativa e estão aqui em Curitiba a trabalho da sua região.

Sejam bem-vindas sempre e tenham aqui o carinho de todos nós, Deputados e Deputadas desta Assembléia.

Aproveito a oportunidade para dizer aos trabalhadores do Correio que nós somos parceiros desta luta porque o Correio é a soberania nacional e não pode ser maculada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra, Deputado José Domingos ScarPELLini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvindo a palavra do Deputado que me antecedeu lá na tribuna e a preocupação que tem em dizer das obras do governo Requião eu penso bem ao contrário: não vi o fim do pedágio e nem baixar o preço; não vejo o Porto de Paranaguá eficiente como deveria ser; não vejo a recriação do IPE, como foi anunciado em campanha. Vejo sim o mensalão correndo solto no governo federal; vejo o mensalão sendo anunciado aqui no Paraná e vejo que uma empresa como o Correio, que é uma empresa pública, com 109.000 trabalhadores, está ameaçada de ir à privatização.

Se houve problemas de corrupção envolvendo a direção do Correio, gente de confiança nomeada pelo PT, se isto ocorreu, não podemos deixar os Correios, uma tradição no Brasil, de bons serviços, à mercê da vontade de algumas empresas que querem sua privatização.

Vimos recentemente que houve a contaminação com caldo de cana, lá em Navegantes em Santa Catarina, e nem por isso vamos acabar com a venda de caldo de

cana espalhada por todo o Brasil! Não é porque tem uma contaminação lá dentro dos Correios que vamos acabar com o serviço que o Correio presta em todo território nacional!

Nós, neste momento, fazemos um discurso em defesa do Correio público, esta empresa que voltou inclusive com o Correio Aéreo Nacional, em algumas regiões, que antigamente eram pioneiros na aviação e no transporte.

Vi que quando aparteava o orador inscrito algumas vezes bradavam me vaiando, não sei se estavam aqui para defender o Correio ou para defender o mensalão e portanto me vaiaram. Ou, talvez, não sabem o que fazem, vãoam também aqueles que os defendem e aplaudem o chicote que lhes açoita lá em Brasília, quando têm este comportamento.

(**Manifestações das galerias**)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pouco me importa a sua manifestação, a História escrita pelos Correios, antes do seu sindicato, é mais importante do que a sua vaia ou seu aplauso.

(**Manifestação das galerias**)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Gostaria de pedir a compreensão dos senhores que estão nas galerias, para que possamos cumprir o Regimento, não é permitida a manifestação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguns funcionários do Correio já fizeram o circo lá em Brasília, certamente outros que não têm o que fazer vêm fazer circo aqui na Assembléia do Paraná!

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a vaia ou aplausos de determinado segmento pouco me importa, o que importa é a história escrita pelo Correio.

Para concluir, solicito um minuto, Sr. Presidente, que democraticamente o senhor tem dado a todos os oradores.

Certamente, Sr. Presidente, este Deputado que me antecedeu ao falar da rádio da Lapa, que ele queria uma liberação de verba para ela, servia para anunciar o aumento do pedágio do Governador Roberto Requião no trecho entre Lapa - Araucária de 42% na semana passada. Certamente é para anunciar esse tipo de obra que o governo vem realizando pelo Paraná no bolso dos paranaenses.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário das Lideranças do PDT, concedo a palavra ao Sr. Deputado Neivo Beraldin.

## ***Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin***

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Solicitado pelo Prefeito de Irati, que completa este ano o seu centenário, que remetêssemos uma equipe ou solicitássemos à nossa equipe técnica que fizesse um estudo sobre o futuro de Irati. Então, o engenheiro e arquiteto Airton Cornelsen fez o seguinte pré-estudo: exatamente Irati é o meio do caminho entre São Paulo e Foz do Iguaçu. Isso aqui, é uma espécie de Sinuelo que tem a caminho Curitiba - Florianópolis. Está previsto o posto de gasolina, o restaurante, um prédio para acomodar lojas, para vender artesanato da cidade, da região. E para atrair os cinco mil carros que passam por dia, ao encontro de Foz do Iguaçu e outras regiões. Temos o centro de eventos e um museu com os personagens do último século.

Mostrada a maquete é preciso dizer que há também os pré-projetos elaborados pelo arquiteto e engenheiro Airton Cornelsen. Então, centro de turismo. Um projeto, digamos assim, semi acabado mais estudado. E exatamente por estarmos por via de votarmos o projeto do PRODETUR é que solicitamos apenas quatrocentos mil reais, para que a Prefeitura dê início a esse projeto, porque ele, de um modo geral, é auto sustentável, porque as lojas estão vendidas, o posto, certamente se a PETROBRAS não for se instalar, outra companhia o fará. E também é oportuno que se diga que apresento uma emenda solicitando trezentos mil reais para a construção de um portal em Campina Grande do Sul.

Esses trezentos mil reais serviria para a Prefeitura desapropriar um lago existente na BR-116. E onde daria um aspecto muito positivo, porque tem lá o maior centro de eventos do Paraná, do país, a maior quadra coberta, onde anualmente se celebra a festa do caqui, este ano com mais de duzentas mil pessoas presentes.

Certamente teremos acolhida. E espero que esta Casa faça justiça a quem se adiantou no tempo e aprove. E certamente o aparte que darei ao Deputado Marcos Isfer, ele vai colocar a sua opinião a respeito do caso.

### **O Sr. Marcos Isfer (PPS)**

Agradeço o aparte, Deputado Neivo Beraldin, para realçar e dizer que V. Exa., como sempre, traz bons projetos a esta Casa, principalmente quando ladeado pelo nobre arquiteto Airton Cornelsen que tem uma participação muito grande nos principais projetos arquitetônicos do Estado do Paraná.

Sem sombra de dúvida é muito importante que esse dinheiro do PRODETUR se destine a todos os municípios do Paraná, como Irati, como é o caso de Paranaguá e há pouco esteve aqui o Prefeito de Paranaguá e de há muito nós dizemos da necessidade, da importância de termos um terminal turístico lá, uma vez que os navios de

passageiros passam ao largo de Paranaguá por não terem onde atracar, e podem visitar o nosso Estado.

É muito importante. V. Exa. está de parabéns, como estão de parabéns todos aqueles que reclamam pelos bons recursos do PRODETUR para o Estado que, eu tenho certeza, serão muito bem utilizados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para concluir.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Para concluir, eu felicito o Vereador Cidão, de Irati, que me solicitou e ao Prefeito e à sua equipe, para que nós pudéssemos pensar o Município de Irati, dos cem anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Waldir Leite, do PPS.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP) (**Pela Ordem**)

Para registrar a presença da Prefeita de Assis Chateaubriand, Sra. Dalila de Melo, a presença do Sr. Dirceu, Presidente da Câmara de Assis Chateaubriand, e da Vereadora Regina e Tatiane, Secretária da Saúde, que no dia de amanhã vai receber uma ambulância liberada pelo Governador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Ainda queremos registrar a presença da UPE, da DCE e da PUC. Os estudantes fazem presença para manifestação de apoio a um projeto de autoria do Deputado Stica que está aqui nesta Assembléia.

Esta Casa registra a presença de todos vocês.

Por cinco minutos, concedo a palavra ao Deputado Waldir Leite.

## ***Liderança do PPS: Deputado Waldir Leite***

O SR. WALDIR LEITE

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Hoje, estaremos votando uma matéria que versa sobre a transferência do recurso do DETRAN para o DER, na verdade, para recuperação de estradas, onde temos um veto parcial do Governador, numa emenda do Deputado Elio Rusch, se não me engano.

Mas, fico surpreso não é com a transferência de recursos. Nada mais correto do que a transferência de lugar onde esteja sobrando recursos para outro que esteja faltando, mas quando vemos que em diversas cidades a estrutura do DETRAN inexistente, até mesmo com o quadro funcional, a exemplo disso, a cidade de Paranaguá, onde temos um DETRAN que mal comporta os funcionários para atender toda a demanda daquela cidade e tampouco existem funcionários para atendimento ao público usuário daquele serviço, tanto é que para o DETRAN funcio-

nar hoje em Paranaguá, necessita de funcionários da Prefeitura para poder dar um atendimento razoável, para não dizer péssimo à população que usa os seus serviços.

É dessa maneira que eu quero deixar bem claro: já que existem recursos sobrando para repasse para o Departamento de Estradas de Rodagem, que o DETRAN também promova as alterações, as melhorias dos serviços aos usuários que têm hoje, um atendimento nas cidades do litoral, um tanto quanto indigno, que não faz jus ao respeito que o governo do Paraná deve dar à sociedade paranaense, à sociedade do litoral.

É desta forma que externo a minha preocupação e a minha reivindicação de que o DETRAN realmente haja de forma clara, de forma inequívoca, a fim de poder atender a população do Paraná, de forma digna e decente.

Concedo a palavra ao Deputado Marcos Isfer.

#### **O Sr. Marcos Isfer (PPS)**

Agradeço o aparte, Deputado Waldir Leite e gostaria de relatar que na manhã de ontem eu me encontrei com o Diretor do DETRAN, Dr. Marcelo Almeida, onde reivindicava toda a sinalização dos novos trechos que foram construídos em Paranaguá e ele me dizia que isso saiu do orçamento do DETRAN e quem deve realizar é a Superintendência do Porto de Paranaguá.

Quero aproveitar a sua fala, dizer que é bastante importante que isso seja feito o quanto antes, afinal de contas já tivemos lá três mortes, uma série de acidentes e que também aceite a área como bem disse V. Exa. que a Prefeitura está oferecendo para prestar um melhor serviço à população parnanguara e de todo o nosso litoral.

Quando fui solicitar ao Diretor do DETRAN que fizesse a sinalização das vias de acesso e das vias de Paranaguá, fui informado que o Porto de Paranaguá disponibilizaria de um milhão e meio de reais para fazer a sinalização dessas vias.

#### **O SR. WALDIR LEITE**

Obrigado! É muito importante, porque se fala que não existe integração entre o Porto e a cidade, falamos com clareza, haja vista que nem a Prefeitura sabe que esses serviços deverão ser realizados pelo porto.

E até mesmo que se o porto vai fazer, acredito que já esteja atrasado, companheiro Marcos Isfer, uma vez que já acontecerão diversos acidentes que motivaram vítimas que não diria fatais, mas que tiveram constrangimentos físicos por falta de respeito do porto com aquela população, uma vez que a obra já está em funcionamento, já está liberada muito tempo e até agora não foi feita a sinalização.

Por último, gostaria de registrar um lembrete ao nosso companheiro Deputado Scarpellini, uma vez quando ele grita por aqui nos corredores do plenário que alguém é sócio do mensalão, tem que deixar bem claro, bem explícito, porque acredito que a maioria ou todos os Deputados, ninguém é sócio de mensalão algum.

Então, o meu lembrete ao Deputado Scarpellini, de forma que não generalize qualquer tipo de acusação, principalmente se essa acusação não tem fundamentação alguma.

Muito obrigado.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Hoje, dia 14 de junho, estamos comemorando 97 anos que Ernesto Che Guevara chegou em Rosário, em 1928. Queria deixar registrado que hoje é um dia para nós que tendo Che Guevara um exemplo, uma lembrança positiva, desse que foi o maior líder da América Latina.

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Está registrado! Próximo orador inscrito, Elio Rusch, por cinco minutos.

### ***Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch***

#### **O SR. ELIO RUSCH**

O que me traz à tribuna na tarde de hoje, é em relação ao projeto que está na Ordem do Dia em 2ª Discussão, PRODETUR/Sul.

Esse projeto já foi debatido ontem, hoje está em 2ª discussão, já tem algumas emendas apresentadas por alguns Deputados, ele vai sair da Ordem do Dia. Sabemos que a CCJ tem uma reunião marcada amanhã. Possivelmente esse projeto retorne à Ordem do Dia na Sessão de amanhã. Mas, amanhã não estarei aqui na Sessão, estarei em Brasília participando do encontro do nosso Partido. Estaremos discutindo a refundação do nosso PFL; vai acontecer na quinta-feira, das 09h00 às 17h00 e amanhã, na parte da tarde, os Deputados do Brasil inteiro, junto com a Executiva Nacional e o Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, teremos uma reunião às 17h00 em Brasília e essa é a razão que não estarei presente na Casa.

Por isso, acho importante fazermos algumas considerações em relação a esse projeto que é o PRODETUR/Sul. Ele foi elaborado pelo ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, quando o Ministro Rafael Greca era titular dessa Pasta, o Governo do Estado era o Jaime Lerner e o Secretário da Indústria e Comércio naquela época acoplava também a Secretaria de Turismo e o seu titular era hoje Deputado federal Eduardo Sciarra.

Naquela época foi elaborado um plano de aplicação desses recursos, ou seja, os cem milhões de dólares. Esses cem milhões de dólares, se contemplado, Srs. Deputados, o Paraná inteiro, um percentual para a região Oeste, e hoje, que contemplado pela Mensagem e o anexo que está na Ordem do Dia, que está em poder de todos os Srs. Deputados, contempla na primeira fase única e exclusivamente a região Oeste.

Mas, é importante que temos que ver os números, o projeto na sua totalidade, são cem milhões de dólares, e o que está especificado nesse primeiro momento são

noventa milhões de reais contemplando a região Oeste, a região de Foz do Iguaçu. Temos cem milhões de dólares, isso hoje, por baixo, no câmbio oficial, algo em torno de 250 milhões de reais, e o que está especificado nesse anexo são noventa milhões de reais, nós ainda teríamos 160 milhões de reais para serem especificados nos demais municípios do Estado.

Então, por essa razão achei oportuno ocupar a Liderança do nosso Partido, o PFL, para fazer essas considerações, e que fique registrado exatamente aqui na Sessão, uma vez que amanhã, como eu já disse, não estarei presente.

Eu vi o Deputado Neivo Beraldin apresentar um projeto agora aqui na tribuna, sobre uma maquete do Portal da cidade de Irati, também sobre o município de Campina Grande do Sul. Ora, Deputado Stica. V. Exa. que foi Líder do Governo, eu sei que houve uma alteração no projeto elaborado pelo ex-Governo Jaime Lerner, e pelo projeto agora elaborado pelo atual Governador Roberto Requião; mas é importante que se diga, aqui estão destinados noventa milhões de reais, mais 260 milhões que completa exatamente os cem milhões de dólares. E é por essa razão que acho muito importante na hora de fazermos essa votação, sem paixão, não com a emoção, mas sim, com a razão, na hora que formos votar, para que não venhamos prejudicar nem o Estado e nenhum dos municípios no Estado do Paraná, e ver efetivamente se esses recursos que estão destinados, se todos eles complementam o projeto na sua originalidade. Lógico que não precisamos fomentar o turismo, porque o turismo todo mundo sabe que é uma indústria sem chaminé, que não polui.

Tivemos no ex-Governo, e o Jaime Lerner, diga-se de passagem, tem que ser reconhecido, a industrialização do Estado do Paraná, e estão aí as receitas que temos facilitado para o próprio Governador hoje de isentar pequenas empresas; e a industrialização através do projeto de turismo faz parte exatamente de um grande projeto, de um desenvolvimento sócio-econômico do nosso Estado.

Já disse por inúmeras vezes, sou oposição ao Governo, mas não sou oposição ao Estado do Paraná.

Então, parabéns ao governo, pelo fato de dar continuidade a um projeto iniciado pelo ex-Governador e beneficiando sobremaneira todos os municípios do Estado do Paraná, numa primeira fase a região oeste.

Parabéns ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados, e obrigado por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PSB. Reni Pereira, por cinco minutos.

***Liderança do PSB: Deputado Reni Pereira***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na tarde de ontem não pude me fazer presente devido a motivos de saúde na família, mas fui avisado por alguns Parlamentares, e creio que isto não corresponde à verdade, que o Líder do Governo teria acusado a minha ausência, em defender Foz do Iguaçu. Já conversei com o Deputado Dobrandino, disse que isso efetivamente não tem ocorrido, até porque na tarde de ontem, de acordo com o artigo 144 do Regimento Interno, não deveríamos ter debatido o mérito do projeto e sim a constitucionalidade. E na constitucionalidade eu fiz parte da reunião que aprovou por unanimidade.

Muito bem afirmou o Deputado Elio Rusch, que esse projeto não é um projeto de Foz do Iguaçu e nem tão somente da região Oeste, é um projeto do Paraná.

Temos por obrigação resguardar os interesses do Paraná, não só em relação ao turismo, mas em relação a tudo.

Vi alguns Deputados se mobilizarem no sentido de emendas a esse projeto. Gostaria de apelar a esses Deputados, porque não procede essas emendas.

Essa mensagem do Governador que vamos votar hoje em 2ª Discussão, do que ela trata?

(Lê):

“Trata da autorização para que o governo do Estado possa contratar operação de crédito interna até, em reais, a US\$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares), com o Banco do Brasil S/A (recursos externos oriundos do BID) para o PRODETUR/Sul.

Na negociação do Programa, o BID em conjunto com o Ministério do Turismo, solicitou que os estudos destacassem uma área prioritária para ser desenvolvido um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), tendo como condicionante, que a área deveria ter uma cidade pólo como turismo internacional consolidado e um entorno com potencial de ampliação das atividades turísticas. Com esse perfil, no Paraná, encaixou-se o Município de Foz do Iguaçu e a Região do Lago de Itaipu até o Município de Guaíra. O plano prevê o retorno de visitantes a um número próximo de 1,5 milhão de turista/ano.

Como visto, os recursos a serem contratados estão condicionados ao que reza o PDITS (Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável). Significa dizer que, fora do ali estabelecido, não haverá a liberação dos recursos.

Assim temos que: é perfeitamente legítimo que os nobres Deputados de outras regiões postulem o enquadramento destas nas prioridades do desenvolvimento de planos e projetos de turismo, visto que quase todas possuem potencialidades latentes a serem exploradas mas, de outro lado, o fato concreto que temos é de que o PRODETUR como concebido, só pode neste momento ser aprovado na forma proposta sob pena de se desfazer o negócio, impondo um prejuízo incalculável a Foz do Iguaçu e a região do entorno escolhida para a implantação do projeto, representando também, a confirmação da tendência autofágica da política paranaense tão cantada e

decantada e que, em momentos cruciais, parece emergir do nada, tornando qualquer iniciativa concreta também em nada!” Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

V. Exa. está de parabéns com seu pronunciamento. Ontem já me pronunciei nesta Casa com referência a esse projeto. É um projeto que já foi previamente aprovado a destinação dos recursos locais pelo BID. Se fizessemos qualquer alteração no projeto do BID suspenderia os recursos. Se fizer qualquer tipo de emenda prejudicará profundamente o projeto.

Muito obrigado!

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Inclusive temos bem destacado na mensagem do governo do Estado do Paraná que existe um cronograma de execução para quatro anos. E a data inicial desse cronograma é no primeiro semestre de 2005. Significa que, se não aprovarmos o projeto até o recesso parlamentar, da forma como está, nós estaremos sacrificando o turismo e o desenvolvimento do turismo sustentável em toda região sul do país, porque esse projeto do PRODETUR Sul está conexo com outras ações de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu encaminho pela ordem porque nós mudamos recentemente, o Regimento Interno da Casa. Após a mudança do Regimento, o que deu para constatar é que os Deputados não conseguem desenvolver o raciocínio porque o tempo é muito curto e a Sessão é muito longa, porque a Sessão começa às 14h30 e só termina, regimentalmente, às 19h00.

Acho que temos que mudar o Regimento, dando um pouco mais de espaço para o Pequeno Expediente, para as Lideranças a fim de que os temas possam ser debatidos como um todo, porque o que está ficando para sociedade é o seguinte: os Deputados brigam porque cortaram a palavra. Não está ficando legal para quem está assistindo, para a comunidade que assiste às sessões. Por que pressa, se agora é 16h30? Ainda temos três horas!

A sugestão que deixo à Mesa é para que possamos dar mais elasticidade ao Pequeno Expediente e às Lideranças.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Agradeço a sugestão e concordo com o seu posicionamento, Deputado Neivo. Próximo orador inscrito, Deputado Edson Praczyk - PL.

***Liderança do PL: Deputado Pastor Edson Praczyk***

**O SR. PASTOR EDSON PRACZYK**

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Retorno a esta tribuna, na tarde de hoje, e confesso que tive dificuldade de, simultaneamente, dar as entrevistas à imprensa e, ao mesmo tempo, acompanhar na íntegra todos os pronunciamentos dos Parlamentares que aqui estiveram, principalmente depois da minha fala. Assim, fiz questão de solicitar as notas taquigráficas dos pronunciamentos, além do meu, do Líder do governo e grifei duas frases que não posso, de forma alguma, concordar com as afirmativas.

Na primeira frase, o atual Líder do governo diz assim: “O que ocorreu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na conversa do Deputado Edson Praczyk e o Secretário da Comunicação Social, eu não estava presente. Na verdade, fomos um pouco atrasados e já tinha começado a Sessão e eram cerca de duas horas e quarenta minutos e eu preocupado com a Sessão Plenária na Assembléia, tive que me dirigir para cá e não ouvi a conversa entre eles”.

Pelo amor de Deus, Sr. Presidente, Srs. Deputados! Isso é subestimar a inteligência de qualquer ser humano! Suponho que o nobre Deputado não soubesse ou não estivesse no diálogo já citado, como Líder do governo ele não saberia o porquê de estarmos sendo chamados pelo Secretário?

E ele finaliza dizendo que imagina que estava havendo mais um mal entendido, talvez mais um, no plural, devido os muitos males entendidos que o atual governo tem periodicamente desencadeado.

“Sem a menor intenção de fazer qualquer comportamento não ético!” Pelo amor de Deus! Se o pronunciamento, a declaração do Governador não tinha intenção de prejudicar, desculpe-me causou um dano tremendo à minha vida, à minha pessoa, não só como homem público, mas como pastor que faço questão de dizer que sou. Quero saber como que se reparará essa situação em face de toda comunidade que representa.

Quero que V. Exas. ajudem-me a pensar em uma maneira de fazer, porque acredito que exista. Então, reafirmo Sr. Presidente, que o nobre Deputado, Líder do governo, levou-nos para conversar com o Secretário da Comunicação. Esteve no começo do diálogo. Inclusive nos enaltecendo a princípio, falando das nossas qualidades, quão valorosos somos, de palavras firmes e o quanto importante seria para as fileiras que dão base à sustentação do governo. Como importante seria estarmos somando-nos com a base aliada. Foi então que o citado Secretário disse: “Não, olha, sem dúvida alguma queremos prestigiar, honrar, valorizar,” objetivos mil. E a forma encontrada primeiramente era dessa maneira. Recursos da área da comunicação, suponho eu, para as empresas ou emissoras, programas de V. Exas. Só depois disso, Deputado Natálio Stica, é que o nobre Deputado pediu licença, muito educadamente por sinal, para estar aqui presente.

Sou péssimo para guardar horas, nomes, mas me recordo que olhei no relógio e vi, era mais ou menos vinte para as três. E ele justificou: “Olha, não posso ficar

*aqui em função de que não sei qual vai ser o comportamento da Oposição. Tenho que estar lá.”*

Então, quero ratificar isso, quero deixar bem claro.

E, segundo, só para dar um exemplo do que é a imprensa comprada. Hoje, um dos jornais mais divulgados do nosso Estado, colocou-se assim na coluna de um comentarista político: *Que o Deputado Renato Gaúcho tinha dito que de lá não sai nada de bom*. Não é no sentido que esperássemos alguma coisa de lá. É que bobo fui eu de achar que a intenção de sermos convidados de irmos para lá seria de beneficiar o Estado paranaense ou a democracia.

Muito obrigado Sr. Presidente, desculpe nobre Deputado, mas não deu para dar um aparte.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do ex-Deputado Federal, Deputado Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, o nosso sempre Deputado Nilso Sguarezi que veio visitar o nosso Parlamento neste dia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Presidência quer dar as boas-vindas, registrar a presença do ex-Deputado Nilso.

Seja bem-vindo.

Liderança do PMDB, Deputado Artagão.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior***

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos presentes.

É uma alegria muito grande estarmos ocupando a tribuna nesta tarde em função de uma notícia que foi divulgada ontem à tarde aqui na Casa e que hoje também tomou as páginas dos veículos de comunicação e também das rádios do nosso Estado, com relação à contratação autorizada pelo Governador Roberto Requião, de mais mil policiais militares.

E em especial, ocupo a tribuna para dizer também que em função de inúmeras conversações de “n” argumentações realizadas com o Secretário da Segurança, com o Coronel Pancotti, com os responsáveis pela segurança do nosso Estado, demonstramos a eles a necessidade de uma atenção de um atendimento diferenciado à nossa região centro-oeste, ao nosso batalhão da Polícia Militar de Guarapuava que atende toda região central.

Ora, vejam nobres Parlamentares e amigos que nos ouvem: quando da criação do Batalhão da Polícia Militar de Guarapuava, este contava com aproximadamente 750 policiais no seu efetivo, para atendimento de 14 municípios na sua área de jurisdição. Hoje, o mesmo batalhão

atende 21 municípios com um efetivo de aproximadamente 350 policiais militares.

Essa defasagem não ocorreu nesses primeiros meses, nesses 29, 30 meses de governo Requião. Essa defasagem vem de outrora, de outros governos, que antecederam ao nosso governo e que, finalmente, poderá ser atendida e contemplada em função de um posicionamento tomado pelo Secretário da Segurança, afirmando que a nossa região, o nosso batalhão é um dos que enfrenta a maior dificuldade de atendimento qualificado, aos municípios que têm que promover o atendimento.

Isso se comprova através dos números: 750 policiais para um atendimento inicial de 14 municípios. Hoje, 350 policiais para um atendimento de 21 municípios. Não bastasse isso, alguns dos policiais têm que ser direcionados, para o atendimento também da segurança da penitenciária existente em Guarapuava. O que acaba comprometendo ainda mais a segurança dos municípios que representamos e que fazem parte da região Central do Estado do Paraná.

Tenho certeza que essa boa notícia não agrada só aos Deputados Artagão, Bradock, Nereu, que representam a região Central do Paraná, mas atende sem dúvida aos anseios da nossa comunidade, que clamava dia após dia, semana após semana, a nós Deputados, seus representantes, para que fizéssemos essas conversas, esses debates, com o nosso Secretário, com o Coronel do comando do interior, Pancotti, da Polícia Militar, para que pudéssemos demonstrar a eles e, evidentemente, eles tinham esses números, à necessidade de atendimento e de uma atenção diferenciada à nossa região.

Além da divulgação da contratação desses mil policiais para o Estado do Paraná, temos a afirmação do nosso Secretário, que uma parcela desses futuros policiais contratados pelo Governo Roberto Requião estarão atendendo à nossa região, assim como também a todas as regiões necessitadas do Estado do Paraná.

A nossa alegria é que podemos afirmar ao nosso povo, que se não poderemos atender toda a demanda de efetivo do nosso Batalhão da Polícia Militar de Guarapuava e de nossa região, nós conseguiremos atender um percentual significativo da nossa necessidade. Isso é o que o povo do Paraná espera do seu Governo: ações objetivas e transparentes e um melhor atendimento na segurança pública.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Liderança do Governo;

Concedo a palavra ao Deputado Hermes Fonseca.

### ***Liderança do Governo: Deputado Hermes Fonseca (PT)***

**O SR. HERMES FONSECA**

“Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente:

O Paraná foi surpreendido na semana passada com a notícia de que um novo aumento do pedágio virá em setembro próximo. Algo em torno de 42,83%, válido para a concessionária “Caminhos do Paraná” que administra o trecho que compreende de Guarapuava à Lapa. A decisão ainda cabe recurso, mas já causa preocupação nas comunidades afetadas com a majoração - principalmente o setor produtivo.

Se por um lado há o aumento do pedágio, por outro também há uma luta contra essa cobrança exorbitante. Eu quero dizer que, no final de abril passado, foi criado do Fórum Popular Contra o Pedágio a partir do Paraná com o intuito de aglutinar a sociedade civil organizada para dar um basta ao pedagiamento das rodovias públicas e, o que é mais importante, barrar o processo de privatização e garantir o direito constitucional de ir e vir.

O movimento, senhoras e senhores, é suprapartidário, em defesa dos usuários das rodovias e da nação brasileira. Uma ação política nobre, dada a magnitude da sua grandeza. Por isso é importante que os colegas de Parlamento, independente de partido, façam parte desta campanha cívica em favor do Paraná e do Brasil.

Falo isso para convidar a todos, situação e oposição, para prestigiar o surgimento da primeira seção regional do movimento antipedágio que acontecerá nesta quarta-feira, dia 15, às 15h00, na Câmara de Vereadores de Paranaguá. O Litoral inteiro já se posicionou a respeito do tema e agora espera uma ação desta Casa. Não espera apenas retórica, mas sinalizações concretas que efetivamente coloquem cabo a essa orgia chamada pedágio.

Pois bem, Exmo. Sr. Presidente. Não bastasse o aumento estratosférico, anunciado para setembro, soube-mos que o número de morte nas rodovias estaduais e federais também aumentou. Quem informa é a insuspeita Revista do CREA (mês de junho). Segundo a publicação dos engenheiros, arquitetos e agrônomos, somente no ano passado, 1.241 pessoas morreram em acidente nas rodovias estaduais e federais no Paraná - dados confirmados pelas policiais das duas esferas. Como disse a jornalista Ruth Bolonese, da Folha de Londrina, quase o mesmo número de soldados norte-americanos mortos durante um ano inteiro em combate na guerra do Iraque.

Analizando a reportagem da Revista do CREA, colegas, chegaremos a um escandaloso número de feridos nos acidentes ocorridos nas rodovias. Só no ano passado, de acordo com as mesmas fontes oficiais, 15.508 se machucaram, ficaram inválidos e toda a sorte de limitações impostas pelos 21.890 acidentes ocorridos nas estradas sob jurisdição do Estado. Números que impressionam e que lembram um Vietnã;

Além de perdas incalculáveis das vidas, é necessário registrarmos que os acidentes rodoviários constituem boa parte no custo final da saúde pública, paranaense. Eles representam cerca de 6% das internações do Sistema Único de Saúde (SUS) e custam 8% do total de gastos do sistema. O gasto por dia é 50% superior ao custo médio das demais internações, o que faz com que o SUS gaste mais com

internações por trauma do que com doenças, embora o tempo de permanência no hospital seja, em média menor. O estudo é da Escola de Enfermagem da USP.

A tragédia econômica e social do pedágio continua. Desde 2001, ainda sob a égide do Presidente Fernando Henrique Cardoso, está sendo cobrado dos brasileiros um imposto denominado CIDE, que significa Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Traduzindo: a cada litro de gasolina somos obrigados a pagar compulsoriamente cerca de trinta centavos; no diesel, algo em torno de R\$ 0,08. O objetivo inicial deste imposto era recuperar todas as rodovias do país a um custo de oito bilhões de reais e aposentar a idéia de cobrar pedágios. Pois bem. Após três anos de arrecadação, o caixa do governo engordou mais de 20 bilhões de reais. Portanto, doze bilhões a mais do que necessários à recuperação da malha rodoviária nacional.

Se todos já pagamos o IPVA para a manutenção das rodovias, logo a CIDE é uma bitributação. Como o povo já pagou, as rodovias e ferrovias que estão, configura-se uma escandalosa tributação. Isso tudo incide diretamente e eleva o custo da produção. Uma tragédia para a economia paranaense. Cria-se um círculo vicioso, negativo, que desarranja o setor produtivo como um todo.

Veja bem. Em Minas Gerais quase todas as rodovias são federais. Por que o pedágio não teve vez entre os mineiros? Devido a força política, faz com que o governo federal dê atenção ao Estado. Eles se movimentam, contestam aquilo que os desagrada, não se acomodam. Minas possui sete universidades federais, por que exigem o que quer. Nós, paranaenses, tivemos que criar universidades estaduais para atender a demanda crescente por vagas no ensino superior.

Acho que os empresários, as entidades da sociedade civil organizada, os Partidos políticos, os homens e mulheres de bem deste Estado têm o dever cívico de lutar contra mais este imposto chamado pedágio. O bom exemplo, dado pelo CREA, deve ser seguido por todos. Deixemos de lado por um instante as disputas antropófagas que impõem barreiras intelectuais, que impedem o desenvolvimento de uma nova mentalidade em favor do interesse comum da cidadania e enfrentemos esse imposto. Novamente, reforço o convite para que compareçam à atividade em Paranaguá, nesta quarta, e prestem mais atenção neste movimento popular de resistência à privatização e à cobrança de pedágios nas rodovias municipais, estaduais e federais.

É nosso dever! É nossa obrigação! Somos representantes do povo e essa nossa ação é essencial à grandeza do nosso cargo.

Muito obrigado!”

**O Sr. Francisco Bühner (PSDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Eu só gostaria de destacar o PIT, Programa de Integração dos Transporte na região metropolitana. A semana

passada o Governador do Estado, Roberto Requião, entregou as ordens de serviços para 26 lotes de investimentos em toda a região metropolitana, que é a nossa cidade, nos arredores de Curitiba. Este investimento vem ao encontro das necessidades daqueles trabalhadores que precisam do transporte coletivo, que usam, moram numa cidade e trabalham em outra. Esse programa vem ao encontro da necessidade talvez, no futuro, de baratear o custo da passagem.

Foi pouco falado na semana passada, nós queremos dizer desse trabalho que vem fazendo através do Governo do Estado, mas complementar o Secretário Especial para Assuntos Metropolitanos, o Edson Strapasson, companheiro nosso, que ocupa essa Pasta e está fazendo um grande trabalho. Tive oportunidade de reivindicar, através de requerimento, para que fosse alagada a ponte sobre o Rio Iguaçu na divisa de São José dos Pinhais com Curitiba, na região do Boqueirão e para que houvesse o alagamento da Avenida das Américas e ele pode atender este pedido porque já houve muitos acidentes aonde muitas vidas foram perdidas ali naquele trecho e é uma obra que vem ao encontro da necessidade daqueles que usam esse tráfego.

Nossos cumprimentos ao Edson Strapasson, ao Governo do Estado, a toda a equipe da COMEC, junto com todos os técnicos. Nossos cumprimentos a todos vocês.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer a todos aqueles que aqui estão hoje, que nós também nos aliamos a este movimento contra a privatização dos Correios, porque entendemos que a privatização, o modelo de privatização no Brasil, em qualquer setor, foi nefasto para nossa sociedade, para nossa economia.

E quero dizer ainda mais, que nós estamos concluindo a análise de balanço, dos balanços da Econorte, uma concessionária do trecho do norte do Paraná, para desencadear uma série de ações e um discurso numa linha onde nós mostraremos por que o pedágio do Paraná, o modelo implantado no Paraná não atende as necessidades da nossa sociedade, da sociedade paranaense e mostrar que a nossa luta é para que a tarifa baixe, porque a sociedade não pode suportar os preços que hoje são cobrados e há muita gordura em todo esse processo que se desencadeia no Paraná hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança da Oposição. Com a palavra o Deputado Barbosa Neto. O senhor vai usar o espaço?

***Liderança da Oposição: Deputado Barbosa Neto.***

O SR. BARBOSA NETO

Com a aquiescência do Deputado Líder da Oposição, Valdir Rossoni, gostaria de subir à tribuna na tarde

de hoje, para repercutir aqui o que a imprensa brasileira mostrou e a paranaense também, talvez até por um descuido dos editores, deixou escapar que o Paraná tem os piores indicadores sociais do sul do Brasil.

Isso vai contra justamente a propaganda oficial que estamos vendo, ouvindo, lendo diariamente, invadindo nossos carros, as nossas visões. Essa propaganda que depõe até mesmo contra o Governo porque é um Governo virtual, desligou-se o rádio, a televisão nós nos deparamos com a realidade e ali é que nós constatamos que este instituto seriíssimo que é o Instituto de Pesquisa Aplicada, o IPEA, traça um panorama altamente negativo para a realidade paranaense e está sob qualquer tipo de suspeição, já que os dados cruzados aqui foram trazidos de acordo com o levantamento feito pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A mim não causou nenhuma surpresa porque eu não acredito nesta propaganda que estamos vendo por aí! Vejam só, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que defendem este Governo precisavam ter acesso a esta reportagem que saiu, na semana passada, em alguns poucos jornais paranaenses: a taxa de mortalidade por causa externa, por exemplo, do Paraná é mais do que o dobro que no Estado do Maranhão, pior do que a média brasileira. Enquanto morrem 71.7 crianças por grupo de cem mil habitantes na média brasileira, no Paraná nós temos 73.4 de taxa de mortalidade!

Na Educação a proporção da população negra, de dezoito anos ou mais, residentes em áreas urbanas, com ensino fundamental completo é abaixo da média brasileira também. Nós perdemos inclusive para Santa Catarina.

Em questão de moradia, este Governo que prometeu duzentas mil moradias não construiu, nem cinco mil até agora e já estamos em mais da metade do Governo, faltam portanto 195 mil moradias! O Paraná tem cinco vezes menos domicílios com saneamento urbano do que São Paulo e diga-se de passagem aqui, de novo perdemos também para Santa Catarina.

Outra proporção em situação de pobreza, a questão da renda abaixo da média brasileira! Este é o verdadeiro Estado do Paraná!

E a taxa de homicídios por grupo de cem mil habitantes, o Paraná tem mais do que o dobro de mortes do que Santa Catarina e perdemos, Sras. e Srs. Deputados para o Estado do Piauí. Será que o sul-maravilha, decantado em prosa e verso em comparação com o Estado nordestino, com todo respeito aos nossos irmãos piauienses, não era estar numa situação melhor do que está hoje?

Contra fatos não há argumentos, são números frios, não são relações da minha mente que trago na tarde de hoje! E olhem, na questão educação, nós ouvimos o Governador discursando que é preocupado com isso, o investimento no futuro, nós aprovamos nesta Casa, projeto de minha autoria, contra a vontade do Governador, foi derrubado o veto que cria a educação em tempo integral. Falei pessoalmente sobre essa questão com o Gover-



nador e ele me disse, na oportunidade, que o Paraná não tinha recursos para implantar a educação em tempo integral mesmo que de forma gradual, como prevê a minha lei. O Governador disse que não havia dinheiro para fazer isso mas tem, por exemplo, 170 milhões de reais para serem gastos com publicidade, só neste ano! Não deram oportunidade de se implantar a educação em tempo integral mas pouco se fez pela educação paranaense! Não aprovaram o aumento para os professores das instituições de ensino superior, o plano de carreira, cargos e salários dos técnicos administrativos. E o que é pior, vinculou os investimentos de saneamento como se fosse com gastos de saúde. Queriam colocar até a previdência social nesse item mas, aqui na Assembléia, derrubamos.

Quantas vezes se passou um cheque em branco para esse Governo, para fazer o remanejamento orçamentário como bem quis o Governador.

Portanto, não tem desculpas para rebater esses índices que são altamente negativos para o Estado do Paraná. E o que é pior, até a lei de responsabilidade Fiscal vem sendo desrespeitada, Sras. e Srs. Deputados. Aqui, mesmo na semana passada técnico do Governo desnudaram, Deputado Elio Rusch, que é um especialista nessa matéria, que o Governo não gastou em saúde nem 7%, enquanto que a lei determina 12%. Isso no exercício de 2004. E o que falar então na área da educação, a obrigação da lei é 25% de investimento, o Governo anunciou 35%, a APP Sindicato fez o levantamento e constatou que foram 20% apenas investidos. E o Governo disse que foram 27% quando foi desmascarado. Mas esses outros 7% foram para o ensino superior. Então, Sras. e Srs. Deputados, algumas perguntas precisam ser feitas na tarde de hoje. Como ter bons indicadores assim, se não investe como se deve? Nós nunca atingiremos bons níveis, milagres não existem, se não se plantar, não se colhe. Por que se gastou tanto com publicidade, na ordem de 140 ou 170 milhões da administração direta ou indireta? Por que colocaram dinheiro bom, dinheiro dos funcionários da COPEL num Banco podre como o Banco Santos, que até o sorveteiro da esquina sabia que era um investimento de alto risco para o povo paranaense? Por que rasgar dinheiro como está acontecendo no Porto de Paranaguá, fechando as portas do principal porto de escoamento agrícola brasileiro sendo proibido para os transgênicos, desrespeitando acordo de mais de trinta anos com os paraguaios? Por que perseguir agricultores que plantaram soja transgênica? Por que multar agricultores pequenos e médios que ousaram plantar a soja transgênica respeitando uma legislação nacional inclusive? Por que essa perseguição? Quanto será que o Estado gastou com advogados em ações questionando o Governo Federal, inclusive buscando superiores e depois todas essas ações deram um tiro na água, porque não tinham argumentos para ser sustentadas?

Vamos falar um pouco mais da publicidade. Por quê? Qual o interesse público do Governador dar dinheiro público à revista Caros Amigos, para o jornal

Tribuna da Imprensa, para o Pasquim? Para saciar talvez a mente dos gurus de plantão do eixo Rio - São Paulo, que se gastasse com a mídia local. Mais um erro desse Governo. A questão do pedágio então é outra pergunta que não quer calar e que nós... Para concluir, Sr. Presidente, só fechando com a questão do pedágio. Por que não se negociou desde o princípio de forma respeitosa com as concessionárias para baixar a tarifa sem desobrigá-las a realizar as obras de benfeitoria que estão sacramentadas em contrato e garantidas inclusive por leis das concessões, que passou por esta Casa? São apenas alguns dos questionamentos que, não entendam como perseguição pessoal, como crítica pela crítica, mas uma constatação.

Subimos à tribuna na tarde de hoje trazendo, acima de tudo, a nossa preocupação com o futuro do nosso Estado.

Ainda há tempo de o Governo corrigir esse rumo. E é isso que estamos cobrando na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 47 Srs. Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Lembrando aos Srs. Deputados que logo após a Sessão, teremos uma reunião na Presidência, com o Presidente do Tribunal de Contas para discutirmos a questão do projeto apresentado por este Parlamentar.

## ***Leitura do Expediente***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Indicação nº 025/2005, e autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, dispondo sobre a proibição de práticas de vistoria mediante agachamento frontal na presença de menores e dá outras providências. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação:***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***3ª Discussão***

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a função de ouvidor corregedor nas universidades e faculdades estaduais do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECET. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ. Aprovado o projeto.**

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede dispensa de parte da jornada de trabalho à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCCDC.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria da Deputada Elza Correia, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### **SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 150/2005**

Art. 1º Fica assegurada à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou que detenha a guarda e responsabilidade de pessoa portadora de deficiência, a dispensa de parte do trabalho, respeitada a execução de metade da carga horária semanal, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único. Compreende-se como pessoa portadora de deficiência aquela que, sofre debilidade ou incapacidade física, mental ou sensorial, comprovada por perícia realizada pelo órgão estadual competente.

Art. 2º Fica a cargo do PARANAPREVIDÊNCIA elaborar avaliação, plano de tratamento e programas de adaptação para as mães e responsáveis das pessoas porta-

doras de deficiência, especificando a carga horária necessária e fiscalizando o efetivo tratamento e/ou o acompanhamento aos programas de adaptação mencionados neste artigo.

Art. 3º As disposições desta lei aplicam-se ao servidor público:

I - viúvo, separado judicialmente ou divorciado que tenha sob sua guarda, tutela ou curatela, pessoa portadora de deficiência, desde que comprovada a dependência.

II - que tenha esposa ou companheira portadora de deficiência.

Art. 4º A dispensa prevista em lei aplica-se aos servidores e funcionários da administração direta e indireta e dos Poderes Executivos, Legislativos e Judiciário, inclusive aqueles que possuem como carga horária 20 (vinte) horas semanais.

Art. 5º A dispensa de parte da jornada de trabalho de que trata esta lei perdurará enquanto, comprovadamente, necessário o tratamento clínico ou terapêutico da pessoa portadora de deficiência, sendo esta submetida anualmente a avaliação pelo órgão estadual competente.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) ELZA CORREIA

Apoio:

Duílio Genari, Ademar Traiano, Antonio Anibelli, Cesar Seleme e Ailton Araújo.

JUSTIFICATIVA:

Prevê a Constituição Federal, no inciso XIV do artigo 24, competir à União, Estados e Municípios, legislar sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Por seu turno, a Lei Federal nº 7853/89, estabelece em seu artigo 2º que “ao Poder Público e a seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício dos seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das Leis propiciem seu bem-estar pessoal.”

Daí decorre, desde já, a necessidade de regulamentação especial quanto aos servidores públicos estaduais que estejam nas condições previstas no projeto de lei ora apresentado. Não se trata de concessão de dispensa pura e simples, mas de um horário de trabalho que permite acompanhar o tratamento da pessoa portadora de deficiência.

A Constituição Estadual em seu artigo 216, estabelece ser “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao deficiente, com absoluta prioridade, o direito à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à conveniência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O vizinho Estado de Santa Catarina, foi sensível à questão em tela, eis que já conta com a Lei nº 6634, de 30/09/85, na qual concede licença de parte da jornada de trabalho à servidora pública que seja mãe, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência.

O Município de Curitiba fez igualmente através da Lei nº 7303, de 13/03/89, por assegurar esse direito aos servidores públicos municipais.

O Estado do Paraná, assim, passará a uma postura moderna e de respeito ao indivíduo portador de deficiência, e, como empregador, será exemplo à iniciativa privada.

Diante do exposto, apresenta-se o presente projeto, que é de evidente alcance social.

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2005, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito para financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR/SUL, conforme especifica.COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 05, de autoria de vários Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 232/2005

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem apresentar Emenda ao Projeto de Lei nº 232/2005, incluindo no Anexo 1 - Síntese do PDITS - PRODETUR Sul, a destinação de recursos no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para a construção do Portal de Informações Turísticas de Irati.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Duflío Genari, Ademar Traiano, Cida Borghetti e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Irati é uma cidade de destaque na economia e na formação étnica do povo paranaense. Em 2007 a cidade completa seus 100 anos de fundação. Irati está à margem da BR-277, corredor do turismo paranaense que fica

equidistante de São Paulo - Centro de negociação e da economia nacional - e de Foz do Iguaçu, paraíso das Cataratas onde também se localiza a maior usina hidrelétrica do mundo.

Irati se consolida cada vez mais como importante município e na BR-277 trafegam mais de 4.500 veículos por mês com destino ao Sul do País, e um Portal de Informações Turísticas com certeza vai incrementar a visitação no Estado, sendo um dos motivos para a parada dos viajantes que passarão a conhecer todas as riquezas e belezas de nosso Estado.

O incentivo à agricultura através da comercialização de produto da região, o artesanato local, além de um grande centro de eventos, praça de alimentação, posto de abastecimento de combustível, culminando com a construção de um museu de cera, único no país.

Com os recursos delineados nesta emenda, os benefícios a Irati, Foz do Iguaçu e ao Paraná são incontestáveis, e gerarão emprego e renda evitando o êxodo do homem do campo para os grandes centros urbanos.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem apresentar Emenda ao Projeto de Lei nº 232/2005, incluindo no Anexo 1 - Síntese do PDITS - PRODETUR Sul, a destinação de recursos no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a construção do Portal de Informações Turísticas de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

José Domingos Scarpellini, Geraldo Cartário, Valdir Rossoni e André Vargas.

JUSTIFICATIVA:

Campina Grande do Sul é cidade de destaque na economia e no turismo paranaense, abrigando a Serra da Graciosa fundamental na construção do nosso Estado e hoje servindo como importante indutor do turismo nas regiões metropolitanas.

A Cidade de Campina Grande do Sul está à margem da BR-116, na entrada de Curitiba e passagem obrigatória dos turistas que vêm de São Paulo - centro de negócios e da economia nacional, sendo elo de ligações para vários municípios paranaenses, entre eles Foz do Iguaçu, paraíso das Cataratas onde também se localiza a maior usina hidrelétrica do mundo.

Campina Grande do Sul se consolida cada vez mais como importante município tendo realizado recentemente a 28ª Kakifest - Festa do Caqui, principal produto da agricultura local que recebeu mais de 200 mil visitantes, um recorde histórico para a festa e para o município.

Em Campina Grande do Sul está localizada hoje a maior arena coberta para eventos do país, podendo receber um público que varia de 20 mil a 60 mil pessoas.

Instalando-se um Portal na Cidade, com Informações Turísticas e econômicas, com certeza vai incrementar a visitação no Estado, sendo um dos motivos para a parada dos viajantes que passarão a conhecer todas as riquezas e belezas de nosso Estado.

O incentivo à agricultura através da comercialização de produtos da região, o artesanato local, praça de alimentação, posto de abastecimento de combustível, proporcionarão, com os recursos delineados nesta emenda, os benefícios não só a nossa querida Campina Grande do Sul, mas também a Foz do Iguaçu e ao Paraná, com a geração de emprego e renda.

#### EMENDA ADITIVA E CORRETIVA DE PLENÁRIO Nº 03

A presente Emenda ao Projeto de Lei nº 232/2005, oriundo de Mensagem encaminhada a esta Casa pelo Governo do Estado, tem por objetivo acrescentar novo dispositivo ao seu texto original e corrigir erro de técnica legislativa cometido no seu artigo 5º que deverá ser remunerado como artigo 6º, conforme segue:

“Art. 5º Da totalidade dos recursos previstos no artigo 1º desta lei e efetivamente contratados pelo Poder Público Estadual, 50% (cinquenta por cento) deverão ser distribuídos entre os Municípios cadastrados e certificados como “Município Turístico”, junto ao Ministério do Turismo.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PEDRO IVO ILKIV, DELEGADO BRADOCK, MARCOS ISFER, NEIVO BERALDIN, BARBOSA NETO E ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo democratizar a distribuição de recursos destinados ao incremento do turismo no Estado a todos aqueles Municípios com potencial turístico, já cadastrados e certificados como tal pelo Ministério do Turismo, e que contam com Conselho Municipal de Turismo próprio, dando-lhes oportunidade privilegiada para melhoria da receita pública e qualidade de vida de seus munícipes.

Quanto a correção técnica que se faz necessária no artigo 5º, remunerado como artigo 6º, tão somente se presta para harmonizar sua redação com a Lei Complementar 95/98, alterada pela de nº 107/2001, que estabelece normas gerais para elaboração legislativa.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 04

A presente Emenda ao Projeto de Lei nº 232/2005, Mensagem 15/2005 do Governo do Estado, objetiva

acrescentar novo dispositivo ao seu texto original, para inclusão onde couber, conforme segue:

“Art. ... Do total dos recursos de que trata esta lei, efetivamente contratados pelo Governo do Estado, 20% (vinte por cento) deverão ser distribuídos entre os Municípios do entorno dos lados do Rio Iguaçu.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### Apoiamento:

Barbosa Neto, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Waldir Leite, Marcos Isfer e Ângelo Vanhoni.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 05

A presente Emenda ao Projeto de Lei nº 232/2005, Mensagem 15/2005 do Governo do Estado, objetiva acrescentar novo dispositivo ao seu texto original, para inclusão onde couber, conforme segue:

“Art. ... Do total dos recursos de que trata esta lei, efetivamente contratados pelo Governo do Estado, 20% (vinte por cento) deverão ser distribuídos entre os Municípios integrantes da “Rota dos Tropeiros”, segundo projeto protocolado no Ministério Público do Turismo”.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### Apoiamento:

Waldir Leite, Barbosa Neto, José Domingos Scarpellini e Neivo Beraldin.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo estender recursos do PRODETUR também aos Municípios integrantes da “Rota dos Tropeiros”, projeto turístico-cultural de preservação da memória histórica deste Estado e que enfatiza a importância destes Municípios no desenvolvimento da região e sua contribuição para o desenvolvimento do País, uma vez que serviam de apoio e ligação entre o extremo sul e as regiões centro, centro-oeste e leste do país.

O Projeto da Rota dos Tropeiros está protocolado no Ministério de Turismo sob nº 147/2004 e os Municípios que o integram são: Arapoti, Carambeí, Castro, Jaguariaíva, Lapa, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi, Campo Largo, Balsa Nova, Campo do Tenente, Rio Negro, Ventania, São João do Triunfo.

Os recursos previstos serão destinados a dotar os Municípios de infra-estrutura, capacitação de mão de obra, conservação do acervo histórico, divulgação, etc.

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

#### ANEXO I

SÍNTESE DO PDITS DE  
FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO

SIGLAS	
BB	Banco do Brasil S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CC	Comitê Consultivo
CG	Conselho Gestor
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul
DOU	Diário Oficial da União
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
MET	Ministério de Esportes e Turismo
MIP	Manual de Implementação do Programa
MTur	Ministério do Turismo
OEMA	Órgão Estadual do Meio Ambiente
OEx	Órgão Executor
OMT	Organização Mundial do Turismo
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PRODE-TUR SUL	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil
PRODE-TUR SUL/PR	Programa de Desenvolvimento do Turismo do Sul do Brasil no Estado do Paraná
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEPL	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SETU	Secretaria de Estado do Turismo
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
TR	Termo de Referência
UCE	Unidade de Coordenação Estadual

## APRESENTAÇÃO

Este anexo tem por objetivo apresentar a síntese do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS, para apoiar os agentes envolvidos com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR SUL.

O PDITS faz parte de um processo de planejamento já em implantação no Estado do Paraná e que tem

por objetivo desenvolver turisticamente seus potenciais junto ao PRODETUR SUL. Este documento tem como escopo a discussão da área considerada prioritária para a fase de preparação deste Programa, chamada de Área Turística de Foz do Iguaçu e Região.

Vale lembrar que o PDITS, a despeito de constituir-se, em sua implementação, numa série de medidas que visam mudanças a curto e médio prazo, está inserido num processo mais longo e que demandará a contínua intervenção dos diversos atores interessados no processo. Isso exigiu uma constante preocupação com a sustentabilidade temporal daquilo a ser alterado pelo programa, ou seja, a continuidade e mesmo a replicabilidade de resultados positivos esperados quando da inversão de recursos ao longo de sua implantação.

No caso de haver uma necessidade de se aprofundar em alguma das temáticas do PDITS apresentada nesta síntese, a Unidade de Coordenação Estadual - UCE do Paraná possui sua versão completa com dois volumes: um contendo o relatório e o outro contendo os anexos.

## INTRODUÇÃO

O Estado do Paraná, em conjunto com os demais Estados participantes do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL), Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, elaboram Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) em área selecionada de seus Estados.

Estes Planos se inserem na proposta de desenvolvimento turístico do sul do Brasil, e foram submetidos ao Ministério de Esportes e Turismo (MET) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no âmbito do PRODETUR SUL. O processo de elaboração destes planos vem ocorrendo desde 2001, com o acompanhamento técnico do MET e BID.

O Paraná selecionou como área prioritária a Área Turística de Foz do Iguaçu e Região visando o fortalecimento da atividade turística e a partir de levantamento de informações junto ao setor e às instituições públicas municipais e estaduais, e de duas oficinas de planejamento, elaborou o PDITS da área selecionada.

O Plano tem como objetivo principal demonstrar a importância e a viabilidade de investimentos na atividade turística da região, servindo como referência para políticas públicas e privadas que melhorem a performance do setor, proporcionando a geração de emprego, renda e divisas ao Estado e ao país.

Para atingir seus objetivos, a Síntese do Plano apresentado neste documento está dividido em 03 capítulos com as seguintes informações:

O capítulo 1 apresenta um diagnóstico sucinto embasado nas conclusões de oficina de planejamento realizada em Foz do Iguaçu em setembro de 2001, reunindo os principais agentes do setor turístico da área selecionada; nas informações obtidas junto aos órgãos setoriais estaduais, secretarias de Estado e prefeituras municipais e

nas conclusões obtidas com a análise da demanda turística e perfil do turista.

O capítulo 2 apresenta a estratégia que será seguida para alcançar os objetivos do programa. Esta estratégia foi construída considerando o Plano de Governo do Estado (período 2003/2006), a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional, e o diagnóstico elaborado a partir das informações coletadas. Este capítulo apresenta uma série de medidas e ações que devem ser executadas pelo programa para superar os problemas identificados na área escolhida como prioritária no Estado.

Por fim, o capítulo 3 apresenta o Plano de Ação proposto para a Área Prioritária, delineado a partir das diretrizes estabelecidas pelas estratégias e conclusões do diagnóstico. Estas ações são caracterizadas por um breve descritivo e encontram-se agrupadas pelos cinco componentes do Programa.

Complementam o PDITS, porém não constam deste documento síntese, os seguintes anexos: o Anexo I que compila todos os resultados das reuniões ocorridas com os atores envolvidos com a questão turística na área; o Anexo II que contém todas as informações relativas à área selecionada; o Anexo III com as informações da balneabilidade do Lago de Itaipu; o Anexo IV que apresenta a Matriz Swot; o Anexo V que contém as diretrizes estabelecidas pelo PRODETUR SUL utilizadas para auxiliar na definição da estratégia do Programa e o Anexo VI que contém algumas informações atualizadas do PDITS, tendo em vista a dinâmica deste documento frente ao desenvolvimento do Programa.

O fato de o PRODETUR SUL inserir-se em uma dinâmica maior de desenvolvimento turístico do Estado do Paraná, contribuindo para a consolidação de diretrizes e atividades já iniciadas, garante que os recursos a serem por ele investidos sejam potencializados e convertidos em instrumentos para a sua sustentabilidade. Isso significa que a importância de um Programa como o PRODETUR SUL repousa não apenas sobre as inversões financeiras que refletirão em mudanças imediatas no objeto que se vai trabalhar, mas, antes, na possibilidade de impor um processo contínuo de desenvolvimento, de conservação dos recursos que esse processo utilizará a de multiplicação regional e estadual dos ganhos por ele iniciado. É a partir dessa perspectiva, de um processo e não apenas de uma intervenção temporalmente pontual, é que se procurou construir os cenários propositivos apresentados por esse documento.

A idéia mesmo de um Programa enquanto um processo e não como um conjunto de intervenções pontuais é a que está na base das propostas apresentadas ao final deste documento, resultando de um processo plural de discussão com os diversos agentes que utilizam, valorizam, mantêm, produzem e potencializam as atividades econômicas ligadas ao turismo na Área Prioritária do PRODETUR SUL / PR.

Vale reiterar que se optou por investir recursos em uma área que possui potenciais diversos, particulares, capazes de distinguir uma região do restante do Estado. Além da singularidade, a Área Prioritária selecionada possui características que permitem uma leitura homogênea de paisagem: o potencial representado pelo elemento integrador do Lago de Itaipu e a diversidade ambiental polarizada pelos parques nacionais. Essa mesma seleção de área permite ainda detectar uma possível complementaridade entre os seus atrativos regionais, ampliando sobremaneira a uma oferta turística de renome internacional, e também a complementaridade com os demais Estados do CODESUL, em especial do Mato Grosso do Sul.

## 1. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O diagnóstico apresentado no PDITS foi construído com base em Oficina de Planejamento realizada em Foz do Iguaçu em setembro de 2001, com os principais agentes do setor turístico da área escolhida como prioritária no PRODETUR SUL. Também complementam o presente diagnóstico as informações obtidas junto às prefeituras municipais, órgãos setoriais estaduais e outras secretarias de Estado e na pesquisa de satisfação do turista realizada nos últimos anos em Foz do Iguaçu.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar os atrativos turísticos disponíveis na área escolhida como prioritária no Estado do Paraná. Trata-se de uma região única em todo o mundo, onde em uma distância não superior a 200 Km, estão localizados nove municípios com importantes produtos e atrativos turísticos nacionais, alguns já bastante consolidados e outros, a sua maioria, com grande potencial de geração de emprego e renda por meio de seu uso. O lago artificial formado pelo represamento das águas do Rio Paraná, quando da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, atua como elemento integrador da geografia da região, banhando todos os municípios da área em questão. Com uma área aproximada de 1.400 Km<sup>2</sup>, o lago possui forte apelo para esporte e turismo náutico.

A Área Turística é limitada ao sul pelo município de Foz do Iguaçu, onde se localiza o Parque Nacional do Iguaçu e suas internacionalmente famosas Cataratas do Iguaçu e ao norte, pelo município de Guaíra, principal acesso da região ao Parque Nacional de Ilha Grande. Possui privilegiada situação geográfica se analisarmos a sua localização em relação a outros países, Foz do Iguaçu possui tríplice fronteira, fazendo divisa com o Paraguai, Ciudad del Leste, e com a Argentina, cidade de Puerto Iguazú.

Ciudad del Leste, no Paraguai, contribuiu consideravelmente para a fomento na Área Turística nas décadas de 80 a 90, quando o turismo de compras em Foz do Iguaçu teve um impulso considerável. No auge do turismo, segundo dados do Governo do Paraguai, os shoppings de grande porte e estrutura precária abrigavam mais de sete mil pequenas lojas, sem falar nos vendedo-

res ambulantes nas ruas centrais. A cidade de Puerto Iguazú, na Argentina, sofreu com a grave recessão econômica pela qual passa o país, apresentando nos dias atuais uma tendência de melhora.

Apesar de ser uma área relativamente extensa em termos de território, em sua maior parte o turismo se restringe os dois atrativos: Cataratas do Iguaçu e Usina Hidrelétrica de Itaipu, todos localizados ao sul da área, mais especificamente em Foz do Iguaçu (âncora do turismo na área). As Cataratas do Iguaçu representam o principal produto turístico da região e do Estado do Paraná e receberam uma média de oitocentos mil visitantes por ano entre 1995 e 2000, dos quais 32% de turistas estrangeiros (média percentual dos 06 anos). Além das Cataratas, o gerenciamento das outras áreas visitáveis do Parque Nacional do Iguaçu foi recentemente concedida à iniciativa privada o que deve fomentar o seu desenvolvimento para fins turísticos. Ao todo já foram investidos R\$15 milhões no Parque, além de novos investimentos que estão em andamento para a instalação de elevadores panorâmicos e passarelas entre outros serviços.

Também em Foz do Iguaçu, encontra-se a Usina Hidrelétrica de Itaipu, a maior do mundo em geração de energia elétrica e que recebeu no ano de 2000, 370 mil visitantes, atendendo a um segmento específico de mercado, o turismo técnico-científico. Além de instalar um sistema de iluminação para visitas noturnas ao vertedouro, a administração da Usina está desenvolvendo projetos que incluem a instalação de parques, museus e um canal artificial que tem como principal objetivo a pira-

cema, mas que servirá também para esportes como a canoagem. De acordo com a administração da empresa, somente estes novos produtos farão com que os turistas permaneçam pelo menos dois dias a mais na cidade.

Entretanto, esse aumento é pouco quando se vislumbra o potencial que a área como um todo possui, necessitando de mais investimentos de um melhor planejamento para fazer com que a região consiga atrair mais turistas, que esses permaneçam mais tempo na região, e a atividade turística possa fomentar o desenvolvimento sócio-econômico sustentável da Área Turística de Foz do Iguaçu e Região do Paraná. E este desafio deve ser encarado de imediato, quando se constata que todas as potencialidades existentes não foram suficientes sequer para garantir a melhoria da demanda turística na região ao longo dos últimos anos.

Segundo a análise da demanda turística, apresentada no PDITS, o fluxo de turistas para Foz do Iguaçu vem diminuindo paulatinamente de 1996 para os dias atuais. Naquele ano, a cidade de Foz do Iguaçu recebeu aproximadamente 1,3 milhões de turistas, contra um volume de menos de 740 mil turistas em 2001, uma retração de expressivos 43% em meia década. Esta diminuição do fluxo de turistas acarreta diretamente uma diminuição na receita gerada pela atividade econômica "turismo" e indiretamente uma diminuição nos negócios de pelo menos outras dezenas de atividades econômicas que fazem parte da cadeia produtiva do turismo. A tabela a seguir demonstra os números desta retração do turismo.

TABELA 01 - DEMANDA TURÍSTICA - COMPARATIVO 1996 E 2001

**Fluxo Turístico, Permanência Média, Gasto Médio e Total - 1996**

MERCADOS EMISSORES	Nº TURISTAS	PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS)	GASTO MÉDIO (R\$)	GASTO TOTAL (R\$)
Paraná	375.567	4,0	103	155.394.325
Outros Estados	576.958	4,0	140	323.256.588
MERCOSUL	140.157	3,9	101	55.413.466
Outros Países	268.068	2,8	200	149.957.362
	<b>1.360.750</b>			<b>684.021.741</b>

**Fluxo Turístico, Permanência Média, Gasto Médio e Total - 2001**

MERCADOS EMISSORES	Nº TURISTAS	PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS)	GASTO MÉDIO (R\$)	GASTO TOTAL (R\$)
Paraná	233.739	3,7	104	90.288.701
Outros Estados	245.463	4,1	157	158.068.943
MERCOSUL	104.780	3,8	89	35.379.260
Outros Países	148.743	3,0	187	83.441.253
	<b>732.725</b>			<b>367.178.157</b>

FONTE: Paraná Turismo, estatísticas

Comparativamente entre os anos de 1996 e 2001 houve uma redução de aproximadamente 630 mil turistas, sendo que turistas de outros países e outros Estados os que mais reduziram em termos percentuais (58% e 45% respectivamente).

Pelo lado da receita, houve uma redução bruta de R\$315 milhões (queda de 46%), com o gasto médio por dia do turista diminuindo nos segmentos “Outros Países e MERCOSUL”, mantendo-se entre os turistas do “Paraná” e aumentando nos turistas de “Outros Estados”. A permanência média em dias praticamente permaneceu a mesma, levando-se a concluir que nada de novo foi acrescentado à Área turística que viesse a aumentar o gasto e a permanência do turista, assim como pelo menos impedir a queda do número de visitantes ao local.

Esta constatação representa um desafio a ser enfrentado por todos os agentes públicos e privados envolvidos, mas para que possa ser resolvido é preciso identificar os principais fatores responsáveis por essa situação.

Dados mais detalhados sobre a demanda turística, perfil do turista, oferta turística e aspectos econômicos podem ser consultados no PDITS, Capítulo 2.

Os resultados da Oficina de Planejamento ocorrida em Foz do Iguaçu (ver PDITS, Capítulo 2, item 2.9) sugerem que as causas que levaram à diminuição do fluxo de turismo em Foz do Iguaçu estão relacionadas a vários fatores.

Primeiramente, a pouca diversidade de equipamentos turísticos em Foz do Iguaçu desponta como um grande problema. Ao mesmo tempo em que o poder público desconhece o potencial do turismo como atividade econômica, o setor privado não se sente seguro em investir neste campo. Os atrativos mais visitados por turistas internacionais - Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu - estão localizados em Foz do Iguaçu, o que permite concluir que os atrativos e produtos turísticos dos demais municípios não possuem representatividade na composição do turismo internacional.

Se por um lado, existe a pouca diversidade de produtos turísticos, por outro, existe uma série de atrativos naturais que não são explorados e poderiam tornar-se importantes produtos para o desenvolvimento da região. Enquadra-se neste contexto o Parque Nacional de Ilha Grande e o Lago de Itaipu.

Todavia, o fato do Plano de Manejo e Uso Público do Parque Nacional da Ilha Grande ainda estar em elaboração retarda o processo de desenvolvi-

mento de produtos turísticos nesta unidade de conservação.

Da mesma forma, a utilização turística do Lago de Itaipu dependerá do resultado dos estudos sobre o Parque Nacional de Ilha Grande, pois se o uso turístico não for ali permitido, o Lago terá um papel secundário no turismo da região. Foram também citados como atrativos não explorados os históricos, os termas, as festas gastronômicas e a pesca.

A falta de espaços adequados em Foz do Iguaçu para a realização de grandes eventos foi outro ponto discutido na Oficina de Planejamento. A cidade de Foz do Iguaçu está entre as cinco cidades mais importantes do Brasil na realização de eventos. Apesar de possuir uma boa infra-estrutura privada para eventos, principalmente a localizada nos grandes hotéis da cidade, existe uma importante limitação quanto ao porte do evento.

Na maior parte destes hotéis, o público passível de abrigar em eventos gira em torno das duas mil pessoas, portanto a cidade carece de um centro de convenções que possa abrigar grandes eventos nacionais e internacionais. Na Oficina de Planejamento, os representantes do município de Foz do Iguaçu afirmaram que regularmente a prefeitura é consultada sobre a possibilidade de sediar eventos para até dez mil pessoas e, face à situação que se apresenta, recusam por falta de espaços adequados.

Nos demais municípios, os eventos que ocorrem não possuem apelo aos turistas provenientes de outros Estados e do exterior, alcançando somente os regionais. Ademais, com exceção de Foz do Iguaçu, os demais municípios da área não possuem infra-estrutura turística adequada para receber um grande fluxo de turistas.

Entre os problemas levantados na Oficina encontra-se a desarticulação entre os setores de turismo (poder público e privado), entre os setores da administração pública - turismo, meio ambiente e planejamento urbano - e dificuldade de acesso à capacitação profissional dos empregados do setor (público e privado).

Foi da mesma forma citada a falta de uma imagem urbana que identifique as cidades da Área como cidades turísticas. Esta deficiência está associada à falta de identificação das cidades da Área como cidades turísticas, com sinalização urbana e turística adequada e setores de comércio e serviço centralizados e organizados.

A Árvore de Problemas é apresentada a seguir, considerando os resultados da Oficina.



## ÁRVORE DE PROBLEMAS

				Atividade econômica não gerando divisas		Fechamentos de equipamentos turísticos		
				Maior gasto com a promoção do destino turístico		A iniciativa privada não aplica recursos em novos empreendimentos		
				Ociosidade da infraestrutura pública		Ociosidade da infraestrutura privada do turismo		
				Diminuição da receita da atividade turismo				
	Baixa permanência do turista na região				Baixo gasto <i>per capita</i> do turista na área			Diminuição do fluxo de turista na área
Pouca diversidade de equipamentos turísticos na área (museus, parques, etc.)	Produtos turísticos existentes são consumidos em no máximo três dias	Atrativos naturais não são explorados	Atrativos históricos, termas e pesca não são explorados	Espaços existentes em Foz do Iguaçu não são compatíveis para a realização de grandes eventos	Os eventos da região não possuem apelo aos turistas extrarregionais	Informações disponíveis na Costa Oeste não são suficientes ao turista nem tampouco aos agentes promotores da área	Insatisfação do turista com relação à Área	A gestão da atividade turística não é articulada nem eficaz
Não há investimento do setor privado no setor turístico em novos equipamentos turísticos, em função dos altos custos e riscos	Carência de capital para transformação de atrativo em produto	Falta de conceitualização da sustentabilidade sob a ótica dos órgãos federais quanto ao interrelacionamento entre o meio ambiente e a atividade econômica do turismo	Preservação do patrimônio histórico-cultural inadequada		A infraestrutura disponível onde ocorrem os eventos não é compatível com um turismo de melhor qualidade	Carência de informações turísticas ao longo da Costa Oeste	Condições precárias de infraestrutura	Desarticulação entre setores público e privado
O desconhecimento do setor público em relação à atividade turística como geradora de divisas	Em função da implantação recente do Lago, muitos dos atrativos não se consolidaram devido aos prazos de maturação de projetos desta natureza	Desarticulação das entidades federais em relação ao turismo	A formação do lago inibe a pesca do dourado na região		Os eventos não estão distribuídos ao longo de todo o ano	Os agentes promotores do turismo (público e privado) não conhecem a fundo o perfil do turista que visita a Área	Condições de pavimentação precária em alguns trechos da Rodovia Costa Oeste	Desarticulação entre setores do meio ambiente, gestão territorial e turismo, tanto a nível municipal como estadual
	Desarticulação entre setores público e privados para divulgação						Inadequabilidade das condições do Terminal Aéreo de Foz do Iguaçu	.....da categoria turística aliada à baixa capacitação para o atendimento ao turista
							Os terminais portuários existentes na Área não oferecem condições adequadas de acesso	Dificuldade de acesso de funcionários públicos locais do setor de turismo aos programas de capacitação existentes em Foz do Iguaçu
							Destinação inadequada dos produtos sólidos de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Itaiópolis	
							Condições precárias de segurança na região	
							Sinalização turística precária	

É importante ressaltar que somente uma reunião de planejamento não é suficiente para se ter um diagnóstico completo da região. Por isso, novos levantamentos foram realizados junto às prefeituras dos municípios participantes e junto aos órgãos estaduais setoriais que atuam na Área. O resultado deste levantamento está consubstanciado no Volume de Anexos e os principais pontos estão a seguir descritos.

A acessibilidade é um dos fatores importantes para o sucesso de um destino turístico e, no caso da Área, tanto a acessibilidade aérea como a terrestre, devem ser consideradas. Quanto à acessibilidade terrestre, esta não representa maiores problemas, pois Foz do Iguaçu está conectada ao restante do Estado por uma malha viária eficiente e a partir daí com os demais Estados da União. Quanto à acessibilidade intra-regional, há uma situação precária de pavimentação entre alguns municípios da região, principalmente no trecho entre Marechal Cândido Rondon e Guaíra. Já o acesso aéreo à Área apresenta algumas restrições, entre as quais podemos citar o baixo número de vôos para a cidade de Foz do Iguaçu com relação às principais capitais brasileiras com um total de oito vôos diretos. Se considerarmos uma utilização plena da aeronave, 120 passageiros por vôo, ao longo dos trinta dias mensais, ao final de um ano teriam uma capacidade aproximada de turistas chegando por meio aéreo em Foz do Iguaçu de 350.000 passageiros. Este número, além de condicionar o fluxo internacional anual de turistas, dificulta na realização de grandes eventos nacionais e estrangeiros.

Apesar de possuir uma pista de boas dimensões, o aeroporto de Foz do Iguaçu não opera vôos internacionais, o que o torna secundário em relação à turistas internacionais, obrigando que os turistas que chegam ao Brasil de outros continentes passem obrigatoriamente pelo Rio de Janeiro ou São Paulo antes de chegar a Foz do Iguaçu. Este fato acaba ocasionando uma situação de dependência do turismo da cidade em relação aos operadores, principalmente do Rio de Janeiro. Apesar desta dependência sempre ter existido, a criação de novos produtos internacionais no nosso território, auxilia neste quadro. Do outro lado da fronteira de Foz do Iguaçu, nas cidades de Puerto Iguazú e Ciudad del Leste, foram construídos e, recentemente ampliados, dois aeroportos internacionais, os quais possuem ligação aérea com importantes mercados para o turismo da região, entre eles, Buenos Aires, Assunção e Santiago do Chile, este último operado pela empresa TAM. A possibilidade de utilizar esses aeroportos como meio de acessibilidade aérea a Foz do Iguaçu não deve ser descartada e sim potencializada.

Existe também uma preocupação quanto aos instrumentos que auxiliam a navegação, pois de acordo com alguns usuários do aeroporto de Foz, “qualquer mau tempo” ocasiona o fechamento do mesmo. Além disso, o terminal de passageiros apresenta problemas tanto de fluxo interno, quanto de sua capacidade de atendimento para um grande volume de passageiros.

Apesar de na Área Turística estarem situados municípios que possuem uma boa situação financeira, a análise de alguns indicadores sócio-econômicos conduz ao caminho inverso. O mais representativo é o PIB per capita. O de Foz corresponde a metade do PIB per capita médio do Estado do Paraná (R\$3.249 contra R\$6.643). O de Guaíra e de Santa Terezinha do Itaipu é da mesma forma inferior à média do Estado (R\$4.617 e R\$5.322). Esta diferença representativa de valores indica uma situação de desigualdade que pode ser explicada entre outras questões, pela situação de Foz do Iguaçu. Esta cidade foi um grande centro atrativo de mão-de-obra em função dos “negócios fáceis” que estão relacionados com a tríplice fronteira, principalmente nas décadas de 70, 80 e início de 90, quando o turismo de compra tinha um papel preponderante. Com a desvalorização de nossa moeda e a redução da cota de compras no Paraguai, muitos dos comerciantes que chegaram para explorar a situação de importação/exportação aumentaram o número de desempregados, vivendo em uma das várias favelas de Foz do Iguaçu, as quais já ocupam territórios nos municípios de Santa Terezinha do Itaipu e São Miguel do Iguaçu.

Em relação à infra-estrutura urbana das cidades localizadas na área turística, o maior problema é o sistema de coleta e tratamento de esgotos. Somente quatro municípios da região possuem rede de coleta de esgotos: Foz do Iguaçu, Guaíra, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon, com percentuais de atendimento de 45, 62, 18,3 e 66% respectivamente. Marechal Cândido Rondon que atende somente a 18,3% da população urbana, não chega a ser um grande problema em relação ao turismo pela distância que a sua sede está do Lago de Itaipu. Por outro lado, Guaíra que atende a um percentual de 62%, sua rede de coleta de esgotos é antiga, ocasionando infiltrações e prejuízos na estação de tratamento de esgoto da cidade.

Os municípios de Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste não possuem rede coletora de esgotos implantada, sendo que a situação é mais precária em Santa Terezinha do Itaipu e São Miguel do Iguaçu pelo porte da cidade em relação às demais. Mesmo com as sedes urbanas destes municípios localizadas distantes do Lago, medidas devem ser tomadas visando minimizar possíveis problemas futuros.

Por outro lado, os municípios da área turística não possuem problemas com abastecimento de água, coleta e destinação final de lixo, drenagem urbana, transportes, comunicações e energia que possam vir a prejudicar o desenvolvimento turístico da Área tanto no estágio atual quanto no final do horizonte do projeto.

A maior parte dos municípios não está preparada para gerenciar o mesmo de forma eficaz, apresentando deficiências quanto aos recursos disponíveis (humanos e equipamentos) e aos aspectos organizacionais (estrutura organizacional, sistema de informações, condições de trabalho), em especial quando se considera o alto índice de

investimento a ser aplicado pelo PRODETUR SUL e o necessário envolvimento das estruturas municipais em sua implementação. O município mais preparado é o de Foz do Iguaçu seguido por Guaíra. Tal fato influenciará a estratégia de desenvolvimento turístico da Área, como será verificado no capítulo seguinte.

No aspecto de Gestão Municipal há que se considerar ainda a falta de cultura de integração regional, apesar da existência de um Conselho de Municípios Lindeiros formado pelos próprios municípios e que já realiza ações conjuntas na discussão de integração regional e de sustentabilidade econômica ambiental.

Da mesma forma que o poder público municipal necessita de fortalecimento para a Gestão do Turismo, a Secretaria de Estado do Turismo, criada em janeiro de 2003, com uma estrutura enxuta, necessita de ações objetivando seu fortalecimento frente a seu papel perante o PRODETUR SUL. Neste sentido, a contratação de uma empresa gerenciadora com experiência neste tipo de programa auxiliará a SETU nesta empreitada.

Quanto aos serviços turísticos público e privado, são analisados do ponto de vista do turista que visita Foz do Iguaçu. Esta análise foi realizada considerando a segmentação dos turistas em 04 categorias: os paranaenses, os de outros Estados, do Brasil, os do MERCOSUL e os de outros países, e o que se constata é uma redução no índice de satisfação dos turistas ao longo dos últimos anos, sendo que os mais exigentes são os paranaenses, com um grau de satisfação “bom” em torno de 69%, seguidos pelos outros países (71%), de outros Estados (79%) e os do MERCOSUL (86%).

Entre os serviços turísticos mais criticados encontram-se a “vida noturna”, o “comércio”, o “transporte coletivo”, a “limpeza”, a “segurança pública”, o “serviço médico”, a “telefonia” e as “informações turísticas disponibilizadas”. Comparativamente ao diagnóstico destes próprios setores aparecem algumas incoerências, como por exemplo, o fato de a telefonia não estar entre os melhores serviços. Estas incoerências estão relacionadas ao fato destes serviços serem considerados bons pelos órgãos responsáveis por sua execução/manutenção e serem considerados aspectos negativos pelos turistas. Por outro lado, a análise do grau de satisfação dos turistas, nos conduz a uma linha de diagnóstico que expõe uma situação negativa no que diz respeito à cidade de Foz do Iguaçu. Os principais problemas estão relacionados com a falta de vida noturna (que faz com que o turista não tenha opção de lazer além da visita do atrativo turístico); a falta de um local com concentração de comércio; a falta de transporte coletivo (entre os hotéis e atrativos e ligando os principais atrativos); a limpeza urbana; a segurança na região, etc.

A questão de segurança ultrapassa a simples percepção do turista. Foz do Iguaçu enfrenta problemas com a segurança do seu trânsito, onde alguns trevos, principalmente os de acesso à cidade, representam pontos com altos índices de acidentes. Além disso, a questão relacio-

nada à tríplice fronteira potencializa esta situação de insegurança, principalmente junto ao Paraguai. A Ponte da Amizade, que interliga os dois países, representa um ponto emblemático na segurança municipal e estadual. A área de entorno da Ponte da Amizade, junto à cabeceira da ponte, apresenta problemas de ordem funcional: a inadequação do espaço físico da aduana, onde está localizada a Receita Federal, dificulta uma fiscalização mais eficaz, e o conflito de fluxos de pedestres e veículos, dificulta a travessia dos turistas na fronteira entre Brasil e Paraguai.

O sistema viário de Foz do Iguaçu também apresenta problemas que podem prejudicar o desenvolvimento turístico. O itinerário que os turistas percorrem na cidade passa por um conjunto de seis avenidas, as quais fazem a ligação entre os principais atrativos turísticos, o Parque Nacional do Iguaçu, o Parque das Aves, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, e o principal setor hoteleiro da cidade. São elas as avenidas Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek, Jorge Schimmpelfeng, das Cataratas, Santos Dumont e a Brasil. Parte destas avenidas necessita de ações de urbanização, com o objetivo de fortalecer Foz do Iguaçu como cidade turística. Entre elas, a Avenida Brasil possui uma característica diferenciada das demais. Ao longo dela está localizado o principal setor comercial de Foz do Iguaçu, um dos aspectos com menor pontuação na pesquisa de satisfação do turista. Além destas vias, outros trechos de ruas devem ser melhorados com o objetivo de facilitar o acesso a atrativos turísticos, como é o caso do acesso ao Refúgio Biológico Bela Vista. Ao mesmo tempo em que estas vias turísticas são importantes sob o ponto de vista para o fluxo turístico, podem representar obstáculos em determinados setores da cidade, devido ao volumoso número de veículos que transitam sobre ela. Exemplo típico é a rodovia que dá acesso à Ponte da Amizade que, pelo alto fluxo existente e demanda viária dos bairros Jardim Portes e Vila Jupira.

Na cidade de Guaíra os principais atrativos turísticos estão situados na margem do Lago de Itaipu. Próximo ao tecido urbano encontra-se o Centro Náutico e a Base Náutica que representa o principal acesso de Guaíra ao Lago. Ao norte da área urbana encontra-se o setor histórico, onde se concentram edificações que remontam à época da colonização da antiga Companhia Mate Laranjeiras. O antigo cinema, revitalizado em 2003, com recursos do Paraná Urbano II, é intensamente utilizado pela população local, com a projeção de filmes de lançamento nacional. A área existente entre o lago e o setor histórico, necessita de intervenções, pois sua presença é marcante no contexto paisagístico da cidade.

Além de integrar os principais atrativos turísticos, a recuperação desta área pretende auxiliar na contenção da expansão urbana nas margens do lago e na preservação do meio ambiente. Soma-se a isso, a urbanização da Vila de Pescadores, comunidade localizada nesta área marginal. Da mesma forma que ocorre em Foz do Iguaçu é importante a urbanização das vias que dão acesso a este

novo setor turístico da cidade, unindo os principais atrativos e formando um corredor turístico que restabelece o contato da cidade com o rio.

Não esquecendo que a preservação do meio ambiente é fundamental para a sustentabilidade do turismo na Área Turística, um outro problema apontado é o destino que se dá aos esgotos provenientes dos banheiros públicos dos diversos balneários públicos existentes ao longo do Lago de Itaipu. Sete municípios da Área possuem balneários públicos, aprovados pela Itaipu Binacional e pelo Instituto Ambiental do Paraná e, apesar dos índices de balneabilidade apresentarem-se em uma boa situação, constata-se que somente o município de Santa Helena lança os esgotos provenientes destes locais na rede de coleta de esgotos da cidade. Todos os demais, inclusive Foz do Iguaçu utilizam fossa séptica com esgotamento das mesmas quando se faz necessário.

A cidade de Foz do Iguaçu, diferente de Guaíra, não possui um setor histórico definido. Todavia, duas construções se destacam na cidade: o edifício público denominado de Hotel Cassino e o prédio histórico da praça do Gresfi. No primeiro, está localizada a sede da Paraná Turismo além de outras entidades de cunho turístico como o Sindicato dos Guias de Turismo, a Polícia Federal a ONG chamada de Pólo Iguassu, Secretaria Municipal de Turismo, Clube de Terceira Idade. Associação Brasileira de Agentes de Viagem, Sindicato das Empresas de Turismo de Foz do Iguaçu, Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, etc. O chamado prédio da Praça do GRESFI foi o terminal de passageiros do primeiro aeródromo da cidade e, da mesma forma que a outra edificação, necessitam de recuperação.

Um dos mais importantes atrativos da cidade é o conjunto formado pelo Marco das Três Fronteiras e o Fórum do MERCOSUL. De acordo com as pesquisas de demanda turística, este atrativo é o quarto ponto mais visitado da cidade, porém o turista que o visita não encontra infra-estrutura de apoio. Tampouco existem no local, instalações que façam o turista gastar na compra de artesanatos ou de outras mercadorias que gerem divisas ao município, muito menos que forneça informações mais específicas às pessoas que ali permanecem.

A falta de informações turísticas foi uma reclamação dos turistas nas pesquisas da Paraná Turismo, inclusive quem chega de carro na cidade não encontra um ponto de apoio onde possa ter informações sobre a cidade, como hotelaria, transportes, mapas de apoio, etc. Esta situação se repete em todos os municípios onde, inclusive, a falta de sinalização turística rodoviária é um problema diagnosticado.

Os demais municípios da Área turística não possuem um turismo consolidado, apesar de possuírem um ou outro atrativo que poderiam ser trabalhados visando sua utilização. Enquadra-se nestes atrativos potenciais as festividades gastronômicas existentes em quase todos os municípios, destacando-se as de Marechal Cândido Rondon (Boi do Rolete e a Oktoberfest). Assim como nos

outros municípios, o local onde ocorre a festividade carece de infra-estrutura que possibilite a sua melhoria e expansão e, por isso, algumas intervenções devem ser realizadas com vistas a aumentar a atratividade da região.

## 2. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA ÁREA PRIORITÁRIA

Considerando o Plano de Governo do Estado (gestão 2003/2006), a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional, os resultados obtidos com as duas Oficinas de Planejamento realizadas para o Programa (a primeira em Washington e a segunda em Foz do Iguaçu) e o diagnóstico apresentado no PDITS, o qual representa um aprofundamento do levantamento e análise das informações sobre a Área após as conclusões da Árvore de Problemas, a estratégia turística parte da premissa de que deve haver equilíbrio entre a utilização racional dos recursos turísticos e a proteção ambiental, fundamentado no conceito da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

De acordo com o Plano de Governo, as principais ações previstas concentram-se em duas estratégias: a geração de emprego e renda e o desenvolvimento regional equilibrado do Estado, amenizando os problemas sociais tanto dos grandes centros quanto das cidades menores. Especificamente nesta última linha de ação, pretende-se implementar uma política de estímulo ao desenvolvimento do turismo regional integrado permeando diversos setores da economia na geração de divisas e no resgate de valores culturais, ambientais e turísticos pertinentes de cada região.

As duas Oficinas de Planejamento realizadas no início do programa (agosto e setembro de 2001) definiram como objetivos do PRODETUR SUL:

1. Objetivo Superior: “contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Sul do Brasil e Mato Grosso do Sul, ampliando as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas”.

2. Objetivo do Programa: “a consolidação, a ampliação e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos, de forma integrada, proporcionando o aumento do gasto médio diário e do tempo de permanência dos turistas na Área turística de Foz do Iguaçu e região”.

Atingindo o objetivo do programa, o resultado esperado é um aumento do fluxo de turistas da área, o que proporcionará maior capacidade de geração de renda na região. Já a ampliação de oportunidades de trabalho está vinculada à mão-de-obra responsável pelas intervenções físicas (empregos diretos e indiretos oriundos das obras de construção civil), bem como do próprio incremento da atividade turística e de toda uma cadeia produtiva vinculada, permitindo a sustentabilidade ao longo do tempo da geração de emprego e renda no local.

O trabalho relativo ao incremento do turismo fundamenta-se em algumas características específicas da

região, que embasam o desenho de uma estratégia de desenvolvimento de curto e médio prazo:

Reconhece que entre os municípios da Área, Foz do Iguaçu é o único com atividade turística consolidada, que apresenta infra-estrutura já instalada e que tem condições de reverter o processo de estagnação e de deterioração pelo qual o turismo vem passando nestes últimos anos. O principal produto comercializado, as Cataratas do Iguaçu, vem sofrendo melhorias com o processo de privatização do Parque Nacional do Iguaçu, a partir do que, novos produtos estão sendo incrementados ou agregados aos já existentes. Além disso, o empresariado local e a Itaipu Binacional vêm se mobilizando com o objetivo de lançar no mercado novos produtos para a cidade. Cita-se como exemplo os produtos criados pela Itaipu Binacional: iluminação noturna na Usina, o Refúgio Bela Vista, o Ecomuseu de Itaipu e o Parque da Barragem (ainda não aberto para visita), que complementarão os atuais produtos existentes.

Reconhece a existência de perfis distintos dos turistas que chegam a Foz do Iguaçu e consolida a necessidade de se trabalhar com os quatro segmentos de mercado definidos: o internacional, o do MERCOSUL, os do Paraná e os dos demais Estados do Brasil. Para categoria implica em uma estratégia específica e dentro de cada uma delas, podem-se criar alternativas distintas detalhando mais ainda o perfil.

Considera que o município de Guaíra possui um grande potencial de médio prazo como produto turístico para atender a uma demanda do grupo de turistas internacionais. O município é a entrada principal da Área para o Parque Nacional de Ilha Grande, que pode se tornar um outro atrativo da região. Guaíra foi um importante município turístico do Estado até a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, quando as Sete Quedas desapareceram com a formação do lago. A partir de então, o município entrou em uma fase de decadência que só a partir dos últimos anos está começando a reverter. Além disso, Guaíra possui potencialidades para o desenvolvimento do turismo histórico em função de algumas edificações construídas pela Companhia Mate Laranjeiras no setor antigo da cidade. Complementarmente ao legado histórico que Guaíra traz, o município vizinho de Terra Roxa guarda o registro da tentativa da colonização das terras paranaenses pelos espanhóis, as ruínas da antiga vila militar de Ciudad Real Del Guayrá, localizadas próximo à Ilha Grande e com acesso facilitado através de Guaíra pelo rio. Esta importante herança representa um dos poucos registros físicos deixados pelos espanhóis no Estado do Paraná, encontra-se protegida por lei estadual, porém sua área ainda não é de domínio público.

Reconhece a necessidade de se ampliar e diversificar as alternativas turísticas de Foz do Iguaçu, a fim de aumentar o tempo de permanência e ampliar o gasto turístico na cidade e, completamente, na região. Analisando os dados referentes à Tabela 08 - Idade, Permanência e Gasto por Origem do Turista em Foz do Iguaçu no

PDITS, embora o fluxo turístico tenha decaído praticamente pela metade no período de 1996 a 2001, neste mesmo período, a taxa de permanência não apresentou muita variação, permitindo concluir que os atrativos turísticos pouco se modificaram.

Entende que a região concentra grande diversidade na realização de eventos, principalmente aqueles ligados à gastronomia, que possuem uma singularidade muito grande e constituem um importante elemento aglutinador da sociedade local, resgatando valores culturais. A “Oktoberfest” em Marechal Cândido Rondon, o “Porco no Rolete” em Toledo (mesmo não localizado na Área) e a “Festa das Nações” em Guaíra são alguns dos principais eventos que atraem um público predominantemente regional, não representando um grande movimento na economia local. O valor que essas festividades representam para a comunidade e o fato de constituírem importantes elementos potenciais para o desenvolvimento de um roteiro turístico integrado permite que sejam tratados em um Programa de Turismo, principalmente em ações que visem transformar o evento em um produto turístico compatível com o Plano de marketing proposto para a região.

Constata a enorme potencialidade turística do Lago de Itaipu, cuja lâmina de água estende-se por 656.6 Km<sup>2</sup>, adequadas às diferentes modalidades de esportes náuticos a apresentando em diversos pontos de suas margens possibilidades de turismo de aventura e natureza, como caminhadas, vela, canoagem, passeios de barco e balonismo, entre outros. Também alguns rios da região que desaguam no Lago são propícios à prática do rafting. Estas atividades que são mais ligadas ao setor de esporte e lazer para a população local, deverão ser fortalecidas através de outros programas de governo e, em um período de médio a longo prazo, poderão se tornar produtos turísticos para municípios vizinhos da Área, ou até mesmo, para turistas nacionais e do MERCOSUL.

Em função das características acima citadas, a estratégia para o Desenvolvimento Turístico da área fundamenta-se em duas diretrizes principais:

(1) Reverter a queda no fluxo de turistas a Foz do Iguaçu visando atingir um volume superior ao ocorrido na década de 90.

(2) Melhorar as condições locais dos municípios que estão localizados na Área visando a sustentabilidade do produto turístico.

A meta estabelecida para projeção da demanda turística em Foz do Iguaçu está baseada em projeções oficiais fornecidas pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pelo Ministério de Turismo.

As estatísticas da OMT indicam uma entrada no país de mais de 5 milhões de visitantes internacionais no final da década de 90, saindo no início de pouco mais de 1,5 milhão, com um movimento financeiro de US\$ 4 bilhões divididos em 78% para o turismo de lazer, 19% para negócios e 3% para congressos. Outros números ainda conformam essa importância crescente para a eco-

nomia nacional: o gasto médio por turista/dia é de US\$ 67,6 (1997) e US\$ 81,2 (2001) com uma permanência média de 12,2 dias. Dentre os destinos mais buscados no Brasil, o Rio de Janeiro recebe 28,7% deste fluxo, seguido de São Paulo com 17%, Florianópolis com 15,7%, Foz do Iguaçu com 11,5 e Salvador com 11,1% (EMBRATUR, 2001).

<b>TABELA 02 - Estrangeiros que entraram no Brasil e em Foz do Iguaçu, 1993/2000</b>			
<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Foz do Iguaçu</b>	<b>% que se dirige a Foz</b>
1993	1.571.940	370.274	23,5
1994	1.700.464	359.234	21,1
1995	1.999.416	321.482	16,0
1996	2.665.508	408.224	15,3
1997	2.849.750	263.863	9,2
1998	4.818.084	284.968	5,9
1999	5.107.169	368.690	7,2
2000	5.313.463	265.979	5,0
<b>FONTE:</b> Anuário Estatístico EMBRATUR (Brasil) e Paraná Turismo (Foz do Iguaçu)			

No caso de Foz do Iguaçu, a participação no percentual de turistas estrangeiros que chegam ao Brasil vem decaindo ao longo dos últimos anos, como pode se visualizar na Tabela acima. Se em 1993, 23,5% dos turistas internacionais que entrou no território brasileiro visitaram a cidade de Foz do Iguaçu, em 2000, este percentual baixou para 5%. Nota-se também que, em Foz há uma permanência média de 3 dias do turista de outros países em 2001, e no Brasil a média é de 12,2 dias, e enquanto o turista gasta em média US\$ 81,2 por dia no Brasil em 2001, em Foz o gasto é de R\$ 187, o que, transformado ao câmbio médio do ano de 2001, daria em torno de US\$ 79.

Por outro lado, o novo Governo Brasileiro lançou no primeiro semestre de 2003 o Plano Nacional de Turismo, Diretrizes, Metas e Programas.” Neste Plano foram estabelecidas cinco metas para o Turismo no Brasil para o período de 2003 - 2007:

- criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações;
- aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil;
- gerar oito bilhões de dólares em divisas;
- aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos;
- ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal.

Em virtude destas diretrizes projetam-se dois cenários de demanda turística para a Área, apoiando em projeções numéricas.

Primeiramente, estimulou-se o crescimento da demanda turística pela variação da demanda internacional e da participação destes turistas que visitam a Região de Foz do Iguaçu. Considerou-se que a quantidade de turistas internacionais representaria 35% dos turistas na região e os demais 65% seriam distribuições entre turistas oriundos do próprio Paraná (30%) e de outros Estados.

A evolução anual da quantidade de turistas internacionais foi estimada em 6,3% e a participação da Área Turística de Foz do Iguaçu no total de turistas estrangeiros seria de 6,5 em 2003 alcançando 8% em 2011, Considerou-se que o incremento seria maior de turistas de outros países do que oriundos do MERCOSUL. Os resultados deste cenário aparecem a tabela abaixo.

<b>TABELA 03 - Estimativa de quantidade de turistas em Foz do Iguaçu - 2003 a 2011 Cenário 01</b>			
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de Turistas Domésticos</b>	<b>Quantidade de Turistas Internacional</b>	<b>Quantidade Total de Turistas</b>
2003	485.483	261.414	746.897
2004	516.069	277.883	793.952
2005	548.581	295.390	843.971
2006	583.142	313.999	897.141
2007	667.563	359.457	1.027.019
2008	709.619	382.103	1.091.721
2009	808.205	435.187	1.243.393
2010	859.122	462.604	1.321.726
2011	974.130	524.532	1.498.662
<b>FONTE:</b> Projeção Unidade de Coordenação Estadual			

Realizando esta projeção, o Município de Foz do Iguaçu receberia em 2007, último ano de implantação do Programa na Área, um total de 1.027.019 turistas, chegando em 2011 a um número aproximado de 1.500.000 turistas. Porém, em função da ocasionalidade de infraestrutura turística instalada, principalmente no que diz respeito à disponibilidade do parque hoteleiro, pretende-se aumentar a taxa de ocupação para um patamar próximo a 55% ao ano.

O segundo cenário prevê um aumento maior de participação de Foz do Iguaçu relativo ao número de turistas internacionais que entram no país, passando de 7% em 2004, para 15% em 2011. A tabela 45 apresenta a projeção da demanda para este segundo cenário.

**TABELA 04** - Estimativa de quantidade de turistas em Foz do Iguaçu - 2003 a 2011 Cenário 02

Ano	Quantidade de Turistas Domésticos	Quantidade de Turistas Internacional	Quantidade Total de Turistas
2003	529.337	240.049	769.387
2004	516.069	277.883	793.952
2005	675.177	363.557	1.038.733
2006	897.141	483.076	1.380.217
2007	1.049.027	564.681	1.613.887
2008	1.216.490	655.033	1.871.522
2009	1.409.889	754.325	2.155.214
2010	1.603.695	863.528	2.467.223
2011	1.826.494	983.497	2.809.991
<b>FONTE:</b> Projeção Unidade de Coordenação Estadual			

De acordo com esse novo cenário, o Município de Foz do Iguaçu receberia em 2007, último ano do programa, um total de 1.613.887 turistas, um volume 57% superior ao cenário anterior.

Em função da instabilidade que o turismo vem atravessando, causados principalmente por eventos recentes que abalaram a economia mundial como a crise econômica da Argentina, até então o principal país emissor de turistas para a região de Foz do Iguaçu; e os atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos, optou-se por trabalhar com o primeiro cenário, porém monitorados os resultados já a partir de 2004 para possíveis modificações que se façam necessárias.

Em função do cenário escolhido, o qual estima o volume de turistas até o horizonte de 2011, são estabelecidas as Estratégias, Medidas e o Plano de Ação, este último apresentado de forma mais detalhada no último capítulo do relatório do PDITS em conjunto com os impactos econômicos (renda e tributos), sociais (empregos) e ambientais.

As estratégias, agrupadas em cinco grupos distintos - mercado, produto, integração turística, suporte e sustentabilidade - são detalhadas na sequência. Os quadros apresentados procuram associar a estratégia adotada à medida prevista para alcançar a meta de volume de turistas na Área, e as respectivas ações que se farão necessárias para atingi-la. Estão embasadas nas duas diretrizes principais citadas no início deste capítulo, ou seja:

(1) Reverter a queda no fluxo de turista a Foz do Iguaçu visando atingir um volume superior ao ocorrido na década de 90.

(2) Melhorar as condições locais dos municípios que estão localizados na Área visando a sustentabilidade do produto turístico.

## 2.1 Estratégia de Mercado

A definição dos mercados emissores e segmentos turísticos de interesse tanto para fins de consolidação como de conquista de novos mercados deverá ser uma decorrência de um Plano de Marketing para a Área Turística. Todavia, algumas definições já podem ser tomadas logo de início o fortalecimento de um mercado tradicionalmente emissor e turistas para Foz do Iguaçu. Dentre eles destaca-se o mercado Argentino, principal país emissor, e os mercados paranaense e paulista, principais Estados emissores. Da mesma forma, vislumbram-se como novos mercados a conquistar o chileno e alguns outros países da América Latina.

A implementação de uma proposta bem estruturada de marketing e comunicação deve preconizar ações articuladas e convergentes de propaganda e de divulgação e, ainda, enfatizar a realização de um esforço promocional com idêntica intensidade nos pólos emissores e na própria área do programa com vistas a: nivelar o conhecimento e dar transparência sobre o PRODETUR SUL e os aspectos positivos do turismo, organizar e desencadear um processo de promoção sistemática do destino, elaborar um plano de marketing e comunicação para a região, induzir por meio de comunicação o incremento e o aperfeiçoamento dos produtos turísticos, realizar campanhas publicitárias, disseminar informações afins sobre a área e seus atrativos.

No caso específico da área, justifica-se ainda mais uma proposta de tal envergadura pela exigência de se dar divulgação ampla às transformações positivas operadas na região - por exemplo, as melhorias no parque Nacional do Iguaçu e nos meios de hospedagem de categoria superior - e de se chegar a nichos de mercado inexplorados.

### QUADRO 01: ESTRATÉGIAS DE MERCADO - MEDIDAS E AÇÕES

DIRETRIZ: REVERTER A QUEDA NO FLUXO TURÍSTICO

Estratégia	Medidas	Ações
1. Definir os mercados emissores que serão objetos de consolidação e os que deverão ser conquistados	PROMOÇÃO	Elaboração e implantação de um Plano de Marketing (*)
(*) ações a serem desenvolvidas com recursos do PRODETUR SUL		

## 2.2 Estratégia de Produto

Na busca de melhoria do desempenho turístico da Área, definiu-se a formatação de três principais estratégias de produtos:

- (1) Fortalecimento dos produtos turísticos existentes;
- (2) Criação de novos produtos turísticos;
- (3) Fortalecimento e implantação de equipamentos turísticos.

QUADRO 02: ESTRATÉGIAS DE PRODUTO - MEDIDAS E AÇÕES		
DIRETRIZ: REVERTER A QUEDA NO FLUXO TURÍSTICO		
Estratégias	Medidas	Ações
1. Fortalecer os produtos turísticos existentes	Produtos Turísticos	1.1 Revitalização de blaneário público (*) 1.2 Integração Fórum MERCOSUL e Marco das Três Fronteiras (*)
2. Criação de novos produtos turísticos	Produtos Turísticos	2.1 Restauro de edifícios históricos (*) 2.2 Implantação de Parque Ambiental (*)
3. Fortalecimento e implantação de equipamentos turísticos	Equipamentos Turísticos	3.1 Melhorias em Centro de Convenções (*) 3.2 Implantação de Centro Multi-Usos (*) 3.3 Implantação de Teatro Municipal (*) 3.4 Melhorias na infraestrutura do Centro de Eventos Municipal
(*) ações a serem desenvolvidas com recursos do PRODETUR SUL		

Como já dito anteriormente, o uso turístico do Parque Nacional da Ilha Grande está associado à elaboração do Plano de Manejo e Uso Público, ainda em execução. Com as diretrizes deste plano, pode-se vislumbrar a interface entre o turismo e a preservação do meio ambiente nesta unidade de conservação.

## 2.3 Estratégia de Integração Turística

A integração dos produtos turísticos deverá garantir a necessária complementariedade entre eles. Tal integração deverá ocorrer em nível de circuitos para os turistas internacionais e nacionais, caracterizando as alternativas de organização que garantam a complementariedade entre os produtos oferecidos. Foram definidos os seguintes roteiros para a integração turística:

- (1) Circuito ecológico
- (2) Circuito gastronômico
- (3) Circuito das águas
- (4) Circuito cultural da tríplice fronteira

A formatação destes circuitos dependerá da conclusão do Plano de Marketing, quando obteremos as respostas às expectativas dos diversos mercados e segmentos de turistas sobre produtos e circuitos na Área de Foz do Iguaçu. Além disso, as diretrizes que serão estabelecidas no Plano de Manejo e Uso Público do PNIG auxiliarão na definição destas Estratégias. De qualquer maneira, algumas medidas e ações são preliminarmente apresentadas no quadro a seguir:

QUADRO 03: ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO - MEDIDAS E AÇÕES		
DIRETRIZ: REVERTER A QUEDA NO FLUXO TURÍSTICO		
Estratégia	Medidas	Ações
1. Melhorar a permeabilidade dos turistas na tríplice fronteira	Acessibilidade	1.1 Recuperação da área de fronteira Brasil-Paraguai (*)
DIRETRIZ: MELHORAR AS CONDIÇÕES LOCAIS		
Estratégia	Medidas	Ações
2. Melhorar as condições de transporte entre os municípios da Área	Acessibilidade	2.1 Recuperação da pavimentação da BR-163 (**)
3. Melhorar as condições do sistema viário local	Acessibilidade	3.1 Implantação de trincheiras entre bairros (*)
(*) ações a serem desenvolvidas com recursos do PRODETUR SUL		
(**) ações a serem desenvolvidas com recursos do DNIT		

## 2.4 Estratégia e Suporte ao Turismo

Para implantar a estratégia turística proposta neste Plano é necessário assegurar condições mínimas de suporte local, dando condições de melhor conhecimento possível aos operadores e turistas sobre os atrativos da área e das alternativas de melhor garantir o acesso físico e econômico a tais produtos:

Foi definida como estratégia de suporte a melhoria de acesso físico à Área onde se enquadram ações como a urbanização de vias turísticas, melhoria e adequação e a adequabilidade das dependências do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Como a maioria dos produtos turísticos localiza-se ao longo ou nas extremidades de vias urbanas, a urbanização em determinados trechos pretende atribuir uma imagem à cidade turística, propiciando uma melhoria da paisagem, dos serviços ao longo das mesmas e do transporte de turistas.

Prevê-se a consolidação dos serviços públicos e privados através da capacitação do trade turístico e da sociedade civil em geral. É importante prever o suporte institucional para o fomento e gestão do turismo da iniciativa privada, estimulando o empreendedorismo através



de aporte técnico ao empresariado local. Prevê-se também a implantação de um centro de Treinamento da Polícia Militar em Foz do Iguaçu, que visa não somente o atendimento ao turista (melhoria da segurança pública) mas o atendimento a uma demanda social, cuja viabilização irá irradiar-se em benefícios para todo o Estado.

O quadro a seguir apresenta as principais estratégias estabelecidas.

<b>QUADRO 04: ESTRATÉGIAS DE SUPORTE - MEDIDAS E AÇÕES</b>		
<b>DIRETRIZ: REVERTER A QUEDA NO FLUXO TURÍSTICO</b>		
<b>Estratégia</b>	<b>Medidas</b>	<b>Ações</b>
1. Consolidar os serviços turísticos privados	Capacitação e Treinamento	1.1 Capacitação do empresariado local, trade turístico e sociedade civil (*)
<b>DIRETRIZ: MELHORAR AS CONDIÇÕES LOCAIS</b>		
<b>Estratégias</b>	<b>Medidas</b>	<b>Ações</b>
2. Consolidar a gestão relacionada ao turismo	Capacitação e Treinamento	2.1 Capacitação de funcionários públicos (*)
3. Melhoria da segurança pública	Equipamento Urbano	3.1 Implantação de Centro de Treinamento das Polícias Militar e Florestal do Estado
4. Melhorar acesso físico à Área e aos produtos turísticos	Acessibilidade	4.1 Urbanização de corredores turísticos (*) 4.2 Melhorar acesso aos produtos turísticos (*) 4.3 Adequabilidade física ao aeroporto de Foz do Iguaçu (**) 4.4 Implantação de Centro Receptivo e reformulação do trevo Café Presidente (*) 4.5 Implantação de acessos e passagem inferior na BR-277 ao Centro de Treinamento (*)
(*) ações a serem desenvolvidas com recursos do PRODETUR SUL (**) ações a serem desenvolvidas com recursos da INFRAERO		

## 2.5 Estratégia de Sustentabilidade para o Desenvolvimento Turístico

A estratégia de sustentabilidade visa à explicação e criação de mecanismos de monitoramento e gestão das ações, com vistas a garantir a sustentabilidade ambiental, social, econômico e financeiro do desenvolvimento turístico.

Primeiramente, a estrutura administrativa do turismo no Estado deve ser preparada e fortalecida a fim de garantir a eficiência da gestão do turismo no Estado. A continuidade dos benefícios das ações previstas no PDITS é de responsabilidade da Secretaria de Estado do Turismo e sua estrutura deve ser readequada, considerando que a gestão da atividade turística é de fundamental importância no processo de desenvolvimento e crescimento do turismo.

Seguindo esta mesma premissa, Foz do Iguaçu e Guaíra - os principais municípios da Área - devem estar preparados para dar suporte imediato ao incremento turístico que se pretende alcançar com as ações propostas, principalmente no tocante ao fortalecimento institucional. Os demais municípios da Área, necessitam de um fortalecimento estrutural, com vistas a prepará-los para uma segunda etapa do Plano. São necessárias ações visando fortalecer os setores de turismo, planejamento/ obras e meio ambiente das prefeituras municipais, além das ações da capacitação já previstas junto às estratégias de suporte.

Como instrumentos de uma estratégia de sustentabilidade do turismo na Área, são considerados aqui os planos diretores municipais, como elementos fundamentais para o desenvolvimento do turismo. Segundo o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, municípios considerados de “especial interesse turístico” devem elaborar Planos Diretores Municipais à luz das orientações do mesmo.

Considerando o fato de que as cidades devem estar preparadas para receber uma demanda maior de turistas, a adequação da infra-estrutura urbana é fundamental. Considerando as informações levantadas na Oficina de Planejamento e os resultados do diagnóstico, buscou-se solucionar a problemática relativa à cobertura de atendimento de rede de coleta e esgoto de alguns municípios. Prevendo possíveis impactos ambientais que o aumento do turismo poderá causar, estão previstas no escopo do Programa, soluções adequadas para o despejo do esgoto sanitário de equipamentos turísticos (balneários públicos) localizados às margens do Lago de Itaipu. A solução de passivo ambiental em estações de tratamento de esgoto, como é o caso específico de Foz do Iguaçu, com índice de coliformes fecal maior que o permitido pela resolução do CONAMA é uma situação que deverá ser revertida com recursos do PRODETUR SUL. O quadro a seguir demonstra as diretrizes, medidas e ações relacionadas com a sustentabilidade regional

<b>QUADRO 05: ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE - MEDIDAS E AÇÕES</b>		
<b>DIRETRIZ: REVERTER A QUEDA NO FLUXO TURÍSTICO</b>		
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>MEDIDAS</b>	<b>AÇÕES</b>
1. Fortalecer os municípios da área nas questões relacionadas a gestão do turismo	Gestão municipal  Instrumento de gestão municipal	1.1 Fortalecimento institucional municipal (*)  1.2 Elaboração de planos diretores (*)
2. Fortalecer a Unidade de Coordenação Estadual (UCE), Órgão Estadual de Meio Ambiente (IAP) e Unidade de Gestão do Turismo do Estado (Secretaria de Estado do Turismo)	Gestão estadual          Instrumento de gestão	2.1 Fortalecimento da UCE, OEX, OEMA e da Secretaria de Turismo do Paraná (*) 2.2 Concepção e implantação de um sistema de informações turísticas (*)  2.3 Concepção e implantação de pesquisas de demanda (*) 2.4 Concepção e implantação de sistema de gerenciamento de programa (*)  3.1 Plano de manejo e de uso público do PNIG (**) 3.2 Plano de desenvolvimento integrado de turismo sustentável de outras áreas do Estado (*) 3.3 Estudo de utilização da lâmina d'água do Lago de Itaipu (***)
3. Elaboração de Planos e Estudos complementares para o desenvolvimento turístico	Planos e Estudos	
<b>DIRETRIZ: MELHORAR AS CONDIÇÕES LOCAIS</b>		

4. Atender a 60% da população urbana dos municípios da Área, servidos pela SANEPAR, com sistema de coleta e tratamento de esgoto	Saneamento Básico	4.1 Implantação de sistema de coleta e tratamento de esgoto (****) 4.2 Aumento da área urbana coberta por rede de coleta e tratamento de esgoto (*) 4.3 Adequação no sistema de coleta de esgoto (*) 4.4 Recuperação dos passivos ambientais causados pelo lançamento de esgoto nos rios (*)
5. Preservar o Lago de Itaipu como importante elemento integrador regional	Saneamento básico  Recuperação de áreas	5.1 Tratamento de esgoto dos balneários (*) 5.2 Recuperação da Área Marginal do Lago de Itaipu e Reurbanização da Vila dos Pescadores (*)

(\*) Ações a serem desenvolvidas com recursos do PRODETUR SUL

(\*\*) Ações a serem desenvolvidas com recursos do IBAMA

(\*\*\*) Ações a serem desenvolvidas com recursos da Itaipu Binacional

(\*\*\*\*) Ações a serem desenvolvidas com recursos do Paraná Urbano II

### 3. PLANO DE AÇÕES

#### 3.1 Concepção Geral do Plano

Os resultados do processo de planejamento aplicado para o desenvolvimento da Área Turística de Foz do Iguaçu e Região, permitiram o desenho de uma estratégia de desenvolvimento do turismo a qual conduziu para a concepção de um Plano de Ações.

As ações direcionadas aos municípios que compõem a Área Turística encontram-se agrupadas de acordo com os seguintes componentes:

- fortalecimento da capacidade do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo;
- melhorar os atrativos de titularidade pública e sua gestão;
- infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais;
- promoção e provisão de informações;
- apoio ao setor privado para que disponibilize ser-

viços turísticos e de infra-estrutura.

Esses componentes são compostos por ações que objetivam assegurar a estratégica definida para a Área Turística de Foz do Iguaçu e Região.

Para o Componente “Fortalecimento da capacidade do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo” foram definidas ações que objetivem assegurar que os governos estaduais e municipais possuam os instrumentos e a capacidade para manter e melhorar os serviços públicos locais, promovendo a sustentabilidade dos seus atrativos turísticos. No nível municipal, estão previstas ações como a elaboração do Plano Diretor, Fortalecimento dos Setores de Planejamento, Meio Ambiente e Turismo, setores estratégicos da estrutura pública local. As ações relacionadas com a Capacitação dos Servidores Locais que objetivam assegurar a eficiência dos serviços relacionados à gestão local, inclusive a gestão do turismo também estão incluídas neste componente. No nível estadual, estão previstas ações que visem assegurar que a estrutura administrativa possua condições para garantir a eficiência da gestão pública do turismo, como o projeto e implantação do Fortalecimento da Unidade de Gestão do Turismo - Secretaria de Turismo e fortalecimento de unidades executoras do Programa.

No componente “Melhoria de atrativos de titularidade pública e sua gestão” procurou-se listar ações que assegurem fornecer condições para que os atrativos turísticos se estruturem, seja na melhoria das condições físicas ou no fortalecimento das condições de gestão dos mesmos. Enquadram-se aqui as ações relacionadas a restauro, onde os recursos do Programa prevêem a recuperação e proteção de patrimônio histórico e sua estruturação com equipamento e/ou produto turístico, ações de recuperação de atrativos turísticos e implantação de equipamentos turísticos que se encaixem dentro dos objetivos gerais do Programa.

No componente “Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais” enquadram-se as ações de infra-estrutura e serviços públicos que estejam correlacionadas com os objetivos de desenvolvimento turístico previstos no Programa. Estão contidas neste componentes as ações de infra-estrutura como o aumento da cobertura de atendimento da população por rede de esgoto em Foz do Iguaçu e Guaíra, melhorias nos acessos a atrativos turísticos e interseções viárias; ações que pretendem melhorar as condições de serviço público, principalmente aquelas relacionadas à segurança pública além da reestruturação de estruturas de atendimento ao turista, como é o caso de revitalização da área de fronteira Brasil - Paraguai. Cabe neste componente ainda, ações que visam recuperar áreas ambientalmente prejudicadas, reestruturando-as para uma finalidade turística; recuperar passivos ambientais e

impedir prováveis agressões ao meio-ambiente da Área, como a atualização dos sistemas de tratamento de esgoto dos balneários públicos, preservando assim, importantes elementos potenciais para o desenvolvimento do turismo na região.

No componente “Promoção e provisão de informações” foram consideradas as ações relacionadas ao fornecimento de informações sobre o turismo, atingindo desde a concepção e implementação de uma metodologia de pesquisas de demandas turística até a provisão de informações ao turista, como é o caso dos centros de informações propostos para Foz do Iguaçu e Guaíra: o centro receptivo, turístico, equipamento a ser construído no acesso rodoviário à cidade que concentra as informações turísticas do município e a recuperação do antigo Almo-xarifado da Companhia Mate Laranjeira, a ser estruturado como centro de visitantes do Parque Nacional da Ilha Grande. Este componente contempla ainda todas as ações relacionadas à promoção e divulgação da Área, executando ações que permitam a venda de produtos já consagrados e dos novos que ainda serão formatados.

No componente “Apoio ao setor privado para que disponibilize serviços turísticos e de infra-estrutura” estão listadas ações que assegurem a mobilização, atração e preparação da iniciativa privada. Considera-se que a estruturação da oferta turística deva atender às característica de mercado, possibilitando o amadurecimento dos negócios e consolidação dos investimentos. Neste contexto, vislumbra-se a necessidade de estímulo ao empreendedorismo através sobretudo, do aporte técnico ao empresário de micro e pequenas empresas.

O suporte estrutural do Programa deve permitir a adaptação organizacional da atividade turística às mudanças da realidade econômica e este fato deve ser determinante nos conteúdos programáticos dos treinamentos, cursos e palestras ministradas aos empreendedores. Neste componente também estão previstas ações junto à sociedade civil, com a promoção de palestras e ações de sensibilização junto à comunidade dos municípios da área, além da promoção de ações de capacitação junto ao trade turístico.

A seguir, estão identificadas as ações propostas para a Área Turística de Foz do Iguaçu e região, segmentadas pelos componentes adotados pelo Programa, com a respectiva estimativa de custos com a fonte PRODETUR SUL.

Os valores aqui descritos foram dimensionados preliminarmente pelos órgãos estaduais e municipais vinculados ao projeto proposto. Tendo em vista a atual fase do Programa, com o desenvolvimento de projetos da Amostra, é importante mencionar que a estimativa de alguns valores encontra-se próxima à realidade da proposta.

**QUADRO 06 - PLANO DE AÇÕES**

COMPONENTE	MUNICÍPIO	NOME DA AÇÃO	VALOR (R\$)	OBS.
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Entre Rios do Oeste	Fortalecimento Institucional Municipal	100.000,00	
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Entre Rios do Oeste	Plano Diretor Municipal	100.000,00	AP
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Guaíra	Fortalecimento Institucional da Gestão do Turismo Municipal	150.000,00	AP
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Guaíra	Atualização de Plano Diretor existente	150.000,00	AP
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Itaipulândia	Fortalecimento Institucional Municipal	100.000,00	
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Marechal Cândido Rondon	Fortalecimento Institucional Municipal	150.000,00	
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Marechal Cândido Rondon	Atualização de Plano Diretor existente	150.000,00	AP
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Pato Bragado	Fortalecimento Institucional Municipal	100.000,00	
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Santa Helena	Fortalecimento Institucional Municipal	100.000,00	
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Santa Helena	Plano Diretor Municipal	100.000,00	AP
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Santa Terezinha de Itaipu	Fortalecimento Institucional Municipal	100.000,00	
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	São Miguel do Iguaçu	Fortalecimento Institucional Municipal	100.000,00	
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Regional	Fortalecimento da Unidade de Coordenação Estadual e dos Órgãos Executores Estaduais	1.500.000,00	
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Regional	Fortalecimento da Unidade de Gestão do Turismo do Estado	2.500.000,00	AP
Fortalecimento da capacitação do Estado e Municípios para planejar, gerenciar e beneficiar-se do turismo	Regional	PDTIS - planos, estudos	500.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Entre Rios do Oeste	Tratamento de esgoto de balneário público	267.500,00	

Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Guaíra	Recuperação área marginal ao Lago de Itaipu e reurbanização de Vila dos Pescadores	3.000.000,00	AP
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Guaíra	Urbanização de vias turísticas	1.000.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Guaíra	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário	3.350.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Urbanização trecho Avenida Juscelino Kubitschek	3.000.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Urbanização trecho Jorge Schimelpfeng	1.500.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Urbanização Rua Santos Dumont	2.250.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Urbanização Avenida Tancredo Neves	2.000.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Revitalização de balneário público	1.170.000,00	AP
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Revitalização Área de Fronteira Brasil - Paraguai	3.500.000,00	AP
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Urbanização trecho da Avenida das Cataratas	2.400.000,00	AP
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Execução de melhorias no acesso ao Refúgio Bela Vista	1.000.000,00	AP
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Implantação de trincheira - Jd. Jupira e Pontes	3.000.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Ampliação de sistema de esgotamento sanitário - proj 1	3.380.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Ampliação de sistema de esgotamento sanitário - proj 2	7.600.000,00	AP
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Recuperação de passivos ambientais (Estações de Tratamento Shalon, Iate Clube, Beira Rio e Jupira)	2.300.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário - Av. das Cataratas	2.023.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Implantação de Centro de Treinamento das Polícias Militar e Florestal do Estado do Paraná	10.000.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Foz do Iguaçu	Implantação de acessos e passagem inferior na BR-277 ao Centro de Treinamento	1.600.000,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Itaipulândia	Tratamento de esgoto de balneário público	267.500,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Marechal Cândido Rondon	Tratamento de esgoto de balneário público	267.500,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	Santa Tereinha de Itaipu	Tratamento de esgoto de balneário público	267.500,00	
Infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais	São Miguel do Iguaçu	Tratamento de esgoto de balneário público	267.500,00	

Melhoria de atrativos de titularidade pública e sua gestão	Guaíra	Restauro com renovação de uso de edifício histórico - Escola	200.000,00	
Melhoria de atrativos de titularidade pública e sua gestão	Guaíra	Restauro com renovação de uso de edifício histórico - Sede Administrativa	260.000,00	
Melhoria de atrativos de titularidade pública e sua gestão	Foz do Iguaçu	Integração Fórum do Mercosul e Marco das Três Fronteiras	2.200.000,00	
Melhoria de atrativos de titularidade pública e sua gestão	Foz do Iguaçu	Implantação do Parque Ambiental Vila A	3.700.000,00	
Melhoria de atrativos de titularidade pública e sua gestão	Foz do Iguaçu	Restauro com renovação de uso de edifício histórico - Palácio Cassino	1.300.000,00	
Melhoria de atrativos de titularidade pública e sua gestão	Foz do Iguaçu	Restauro com renovação de uso de edifício histórico e praça - Gresfi	700.000,00	
Melhoria de atrativos de titularidade pública e sua gestão	Foz do Iguaçu	Implantação de Centro Multi-Usos	6.000.000,00	
Melhoria de atrativos de titularidade pública e sua gestão	Foz do Iguaçu	Implantação de Teatro Municipal	5.000.000,00	
Melhoria de atrativos de titularidade pública e sua gestão	Marechal Cândido Rondon	Melhorias na infra-estrutura do Centro de Eventos Municipal	400.000,00	
Apoio ao setor privado para que disponibilize serviços turísticos e de infra-estrutura	Regional	Diagnóstico para demanda e qualificação profissional do turismo	200.000,00	
Apoio ao setor privado para que disponibilize serviços turísticos e de infra-estrutura	Regional	Capacitação - empresariado, trade turístico e sociedade civil	1.200.000,00	AP
Promoção e provisão de informações	Guaíra	Restauro com renovação de uso de edifício histórico - Almoxarifado	570.000,00	AP
Promoção e provisão de informações	Foz do Iguaçu	Implantação de Centro Receptivo com plano de operação e reformulação do Trevo Café Presidente	2.000.000,00	AP
Promoção e provisão de informações	Regional	Concepção de implantação de Sistema de Informações Turísticas	180.000,00	
Promoção e provisão de informações	Regional	Concepção e implementação de pesquisas de demanda	250.000,00	
Promoção e provisão de informações	Regional	Plano Global e Marketing	500.000,00	AP
Promoção e provisão de informações	Regional	Implementação do Plano Global de Marketing	4.500.000,00	
<b>TOTAL PRODETUR SUL</b>			<b>90.820.500,00</b>	

## Observação:

- A ação intitulada "Fortalecimento institucional dos municípios" indica somente o valor da realização do plano. Os valores referentes às ações definidas no plano, serão incorporados, posteriormente, ao total dos investimentos do PDITS.

- Os valores referentes aos projetos da amostra não foram atualizados conforme o orçamento que está sendo elaborado.

- AP - Amostra de Projeto

**QUADRO 07- QUADRO 07 - TOTAL DE INVESTIMENTOS ESTIMADOS POR MUNICÍPIO**  
**TOTAL DE INVESTIMENTOS ESTIMADOS POR MUNICÍPIO**

MUNICÍPIO	CUSTO ESTIMADO (R\$)
Entre Rios do Oeste	467.500,00
Guaíra	8.680.000,00
Foz do Iguaçu	67.623.000,00
Itaipulândia	367.500,00

Marechal Cândido Rondon	967.500,00
Pato Bragado	100.000,00
Santa Helena	200.000,00
Santa Terezinha de Itaipu	367.500,00
São Miguel do Iguaçu	367.500,00
Regional	11.680.000,00
<b>Total PRODETUR SUL</b>	<b>90.820.500,00</b>

As ações, descritas a seguir, encontram-se agrupadas conforme os componentes anteriormente citados. As demais fontes, como por exemplo, Paraná Urbano II, Tesouro do Estado, Prefeituras Municipais e outras serão brevemente descritas adiante.

### 3.2 Ações com Recursos do PRODETUR SUL

#### 3.2.1 Componente Fortalecimento do Estado e Municípios para Planejar, Gerenciar e beneficiar-se do turismo

##### - FORTALECIMENTO MUNICIPAL

De acordo com o apresentado no relatório do PDITS, com exceção de Foz do Iguaçu, todos os municípios apresentam uma estrutura insuficiente para gerenciar um programa deste porte. Além disso, práticas que são necessárias ser incorporadas ao dia-a-dia da gestão municipal, como por exemplo, gestão integrada do território, participação da sociedade civil no processo de planejamento, etc.

Portanto, esta ação visa fortalecer as administrações municipais no aspecto de gestão, incidindo principalmente nas áreas de turismo, meio ambiente e planejamento territorial, porém podendo se estender a outras áreas estratégicas do município. Esta ação será realizada em duas etapas:

- plano que inclui um diagnóstico da situação da gestão municipal e uma listagem de ações, com o objetivo de propor medidas que promovam a adequação da estrutura administrativa ao incremento do turismo;

- as ações necessárias para o fortalecimento institucional, contendo descritivo, especificação, dimensionamento, orçamento;

##### - PLANO DIRETOR

A elaboração do Plano Diretor tornou-se obrigatória para os municípios com mais 20.000 habitantes na área urbana de acordo com a Constituição Federal. Além de ratificar esta condição, o Estatuto das Cidades, aprovado em 2001, torna obrigatória a elaboração do Plano Diretor em municípios em áreas de “especial interesse turístico”. Dentro desta premissa, os municípios que integram a Área Turística, devem proceder quanto à elaboração ou atualização do Plano Diretor Municipal.

No que diz respeito aos municípios maiores (com mais de 20.000 habitantes), Guaíra e Marechal Cândido

Rondon já possuem Planos Diretores e o que se propõe é a atualização dos mesmos, incorporando estratégias e diretrizes vinculadas às atividades turística e suas implicações. No caso de Foz do Iguaçu, este já está desenvolvendo o Plano Diretor Municipal com recursos próprios, com prazo de término previstos para maio de 2004.

No que diz respeito aos municípios menores, Santa Helena e Entre Rios do Oeste, necessitam elaborar o Plano Diretor, Santa Terezinha de Itaipu, que elaborou o Plano de Uso e Ocupação do Solo em 1999, com recursos do BID, junto ao Programa Paraná Urbano, deve promover algumas discussões com a equipe local sobre a questão turística. Pato Bragado e Itaipulândia contrataram a elaboração do Plano Diretor em 2003 e este se encontra em fase final de aprovação. São Miguel do Iguaçu está procedendo quanto à contratação do Plano Diretor junto ao Paraná Cidade.

##### - FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE CORRENAÇÃO ESTADUAL E ÓRGÃO EXECUTORES ESTADUAIS

Prevê o fortalecimento da UCE com a realização de ações necessárias para a adequação de pessoal e estrutura física para o atendimento de demanda das novas atividades que surgem em função de implementação do PRODETUR SUL. Além disso, prevê a contratação de serviços especializados de consultoria de apoio técnico.

##### - FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE GESTÃO DO TURISMO NO ESTADO

Prevê o fortalecimento e consolidação da estrutura da Secretaria de Turismo do Estado (vinculadas a escritórios regionais) como órgão do Governo Estadual responsável pela gestão do setor turismo, através de estudos e definição de um plano de desenvolvimento institucional, que pretende orientar o desenvolvimento e implantação de procedimentos, instrumentos e gestão e capacitação de seus quadros.

##### - PDITS - PLANOS E ESTUDOS

Esta ação refere-se à contratação de serviços necessários para a viabilização do plano de outras áreas do Estado a serem atendidas pelo Programa: contratação de estudos específicos, realização de oficinas, contratação de pesquisas complementares. etc.

#### 3.2.2 Componente infra-estrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controlar impactos ambientais

##### . TRATAMENTO DE ESGOTO DE BALNEÁRIO PÚBLICO (VÁRIOS)

Os Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Santa Helena, Entre Rios do Oeste e Marechal Cândido Rondon, possuem balneários públicos aprovados pela Itaipu e pelo IAP. Todos os balneários recebem um bom número

de visitantes do Lago de Itaipu, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, supera o número de visitantes do Parque Nacional do Iguaçu.

A condição sanitária destes balneários é boa, de acordo com o IAP, sendo que o de Santa Helena é o que melhor se apresenta, pois, devido à proximidade do balneário e malha urbana, o esgoto coletado dos banheiros públicos é lançado diretamente na rede coletora urbana. Esta ação é de cunho preventivo e visa impedir a poluição do Lago Itaipu.

Nos demais municípios, o esgotamento dos banheiros é feito através de fossas sépticas e seu esgotamento é realizado por caminhões limpa-fossa, quando necessário.

#### . RECUPERAÇÃO ÁREA DO LAGO DE ITAIPU E REURBANIZAÇÃO VILA DOS PESCADORES (GUAÍRA)

Com transição entre regiões ecológicas diferenciadas, Guaíra configura uma área de ecótono de considerável biodiversidade pela associação de espécies florísticas e faunísticas dessas regiões. Além disso, também é notável sua riqueza em recursos hídricos, tanto superficiais, por integrar a Bacia do Rio Paraná, quanto subterrâneas, por pertencer ao Aquífero Guarani.

Representando parte deste potencial natural, especialmente pela existência de matas ciliares, várzeas e porções da Floresta Estacional Semidecidual, o local específico para a recuperação proposta situa-se junto à sede municipal, contendo área remanescente do Parque Nacional das Sete Quedas, configurando uma região de relevante interesse turístico. Esta potencialidade é reforçada pela presença de importantes elementos de valor cultural local e regional, como sítios arqueológicos, edificações de valor histórico e a tradicional Vila dos Pescadores. Os objetivos gerais do projeto visam sobretudo a preservação do meio ambiente, contenção da expansão urbana, interligação dos principais atrativos da cidade e urbanização da Vila dos Pescadores.

Para a concretização desta meta, são previstos os seguintes objetivos específicos:

- recuperar áreas ambientalmente degradadas, recompondo a flora e fauna características da área remanescente do Parque Nacional das Sete Quedas;
- restaurar áreas de várzeas como criadores naturais de peixes e aves;
- recompor a vegetação da Floresta Estacional Semidecidual e fauna relacionada;
- restaurar e valorizar o patrimônio histórico e cultural local e regional;
- integrar a área de intervenção aos demais espaços naturais, complementando as atividades turísticas regionais e aumentando o tempo de permanência do turista na região;
- integrar os diversos equipamentos existentes como o Centro Náutico Marinas, a Base Náutica e a Ponte Ayrton Senna, à outros atrativos;

- integrar e proporcionar melhoria de qualidade de vida dos pescadores moradores na Área, proporcionando melhores condições de infra-estrutura básica;

- promover o acesso ao Lago de Itaipu e ao Rio Paraná para prática de esportes náuticos, passeios de barcos e pesca amadora;

- analisar os impactos ambientais e sociais das estruturas e ações previstas no projeto e inserir as medidas necessárias de proteção e controle ambiental, tanto para a fase de implantação como de operação.

#### . URBANIZAÇÃO DE VIAS TURÍSTICAS (GUAÍRA)

As principais vias urbanas de Guaíra, além de concentrar os principais estabelecimentos de comércio e serviço, são responsáveis pela distribuição do fluxo de turistas na cidade. A urbanização destas vias, além de prover a adequação da infra-estrutura, unifica a imagem de corredor turístico, integrando setor histórico, centro comercial da cidade e as ações de intervenção previstas na área marginal do Lago Itaipu. Prevê a recuperação de pavimento das ruas, readequação de calçadas, paisagismo, sinalização e mobiliário urbano.

#### . AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - SES (GUAÍRA)

As obras de ampliação do SES Guaíra, juntamente com a substituição de trechos de interceptadores e rede coletora com excesso de infiltração, contribuem positivamente para o desenvolvimento do potencial turístico daquela cidade, representando um importante elemento de base para a viabilização de investimentos de natureza turística.

As regiões do município a serem beneficiadas com a ampliação do SES abrangem áreas de relevância do ponto de vista turístico, a seguir descritas:

- A Área Marginal ao Lago de Itaipu a ser recuperada situada entre a ponte Ayrton Senna e o atracadouro Brasil - Paraguai, compreende os bairros Marinas, Guaíra Velha, onde se localiza o setor histórico da cidade e Vila Militar onde se situa o Quartel do Exército. Esta região, hoje desprovida de rede de esgotos sanitários, será atendida pela SANEPAR fazendo com que desapareçam as contribuições de fossas e lançamentos clandestinos diretamente no Lago de Itaipu ou em pequenos cursos d'água que desembocam no lago.

- O córrego do Meio percorre vários bairros da cidade, cruzando a área objeto da ação denominada "Recuperação Área Marginal do Lago de Itaipu". A obra de esgotos irá sanear os bairros no entorno do córrego na região à montante da Área, preservando assim o córrego de lançamentos diretos de esgotos domésticos, bem como de contribuições sanitárias provenientes de lançamentos indiretos, via fossas-lençol freático. Os bairros a serem atendidos são: Jardim Santa Paula, Jardim Guaíra e parte do Jardim América.



- O Parque Fundo de Vale construído na Rua Osvaldo Cruz, seqüência da BR-277, principal entrada de acesso ao centro de Guaíra. Como o próprio nome sugere, localiza-se no fundo de vale da Vila Malvinas, região fortemente degradada por extração de argila para indústria cerâmica. Parte da obra de substituição de tubulações de interceptores e rede coletora encontra-se no entorno do Parque e contribuirá para a sua preservação.

#### . URBANIZAÇÃO DE VIAS TURÍSTICAS DE FOZ DO IGUAÇU (AVENIDA TANCREDO NEVES, TRECHO DA AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHKE, AVENIDA JORGE SCHIMMELPFENG, RUA SANTOS DUMONT E AVENIDA DAS CATARATAS)

A malha formada por algumas das principais vias de Foz do Iguaçu, além de concentrar os principais setores de comércio e serviços, interliga os principais pontos turísticos da cidade constituindo em itinerário obrigatório pelos turismo. A proposição de melhorias na infra-estrutura, o incentivo à preservação e melhoria de fachadas, além de conferir uma melhor imagem urbana, proporcionará condições mais adequadas de conforto ao turista e aos moradores de Foz do Iguaçu.

A Avenida Tancredo Neves, continuação da Juscelino Kubitschek, interliga o centro da cidade ao Complexo Itaipu Binacional e toda a área residencial situada em seu entorno. Possui vias largas, com um largo canteiro central sombreado por árvores. A ocupação urbana de suas laterais é esparsa e o entorno é predominantemente composto por vilas residenciais implantadas na ocasião da construção da usina, na década de 80. O que se pretende é propor melhorias que integrem a Avenida Tancredo Neves aos critérios de urbanização proposto para as demais vias turísticas, seja na composição do paisagismo, no mobiliário urbano e adequação (ou melhoramento) da iluminação pública.

O trecho da Avenida Juscelino Kubitschek a sofrer intervenção está compreendido entre a Avenida Schimmelpfeng e o viaduto da BR-277, com extensão de 3000 m. Este trecho conecta o centro da cidade, onde o adensamento urbano é maior, a Avenida Tancredo Neves, via de acesso ao Complexo de Itaipu Binacional. A ocupação urbana deste trecho é predominantemente comercial, menos adensada, com largos trechos de canteiro central sombreados pela arborização. Estão previstas melhorias no paisagismo, readequação de canteiro central, recuperação dos passeios existentes, adequação (e/ou melhoramento) da iluminação pública e mobiliário urbano.

A Avenida Jorge Schimmelpfeng é uma via central, com extensão de 1000 m, conectando-se diretamente com a Avenida Juscelino Kubitschek. Possui característica voltada à gastronomia, concentrando alguns bares, sorveterias, lanchonetes e pizzarias. A exemplo da Avenida Kubitschek serão realizadas algumas intervenções de ordem urbana: paisagismo, adequação ou implantação de mobiliário urbano, adequação de iluminação pública, etc.

A Rua Santos Dumont possui uma característica mais urbana, mas responde pelo movimento do fluxo turístico na cidade, integrando a malha viária que compõem os Corredores Turísticos. Nesta ação estão previstas melhorias no paisagismo, com o plantio de novas espécies, recuperação dos passeios existentes, adequação da iluminação pública e mobiliário urbano (adequação ou melhoramento).

A Avenida das Cataratas é uma rodovia federal (BR-469) e está conectada diretamente com a Avenida Jorge Schimmelpfeng, interligando o centro da cidade ao Parque Nacional Iguaçu. Apesar de ser uma rodovia, possui características predominantemente urbanas em seu trecho inicial, próximo ao centro da cidade, com ocupação urbana adensada e várias ruas de ligação aos bairros de entorno. O trecho proposto para intervenção situa-se entre a Avenida Jorge Schimmelpfeng e o trevo de acesso à ponte da Argentina, onde concentram-se alguns dos melhores hotéis da cidade, lojas de artesanato, shopping e restaurantes. No trecho de 1000 m, localizado entre a Avenida Jorge Schimmelpfeng e Rua Cândido Ferreira, haverá a adequação/restauração do pavimento, readequação do canteiro central, execução de calçadas e criação de bolsões de estacionamento. No segmento entre o Hotel Mabu e a Rua Dirceu Lopes, além da reformulação do paisagismo e readequação da calçada, será implantada uma via marginal. As intervenções no trevo de acesso à Argentina são: readequação da conformação topográfica, implantação de paisagismo, sinalização e iluminação.

#### . REVITALIZAÇÃO DE BALNEÁRIO PÚBLICO (FOZ DO IGUAÇU)

O Balneário Público de Foz do Iguaçu, denominado Prainha de Três Lagoas, é um equipamento turístico localizado às margens do Lago de Itaipu. A proposta de revitalização pretende recuperar as edificações existentes e melhorar as condições de infra-estrutura, principalmente no que diz respeito ao esgotamento sanitário. Embora as condições de balneabilidade do lago tenham sido satisfatórias, como indicam os boletins emitidos periodicamente pelo IAP, faz-se necessário a modernização do sistema de esgotamento sanitário, como medida preventiva. Também estão previstas: revitalização do paisagismo existente, com remoção parcial de vegetação exótica e gramagem em alguns trechos, construção de passeios, readequação do sistema de iluminação pública, implantação de novo estacionamento, readequação do sistema de implantação de novo estacionamento, implantação de guaritas de apoio ao Corpo de Bombeiros e revisão do sistema de drenagem. A área total do balneário é de 20,6 ha.

#### . REVITALIZAÇÃO DA ÁREA DE FRONTEIRA BRASIL - PARAGUAI (FOZ DO IGUAÇU)

A fronteira do Brasil com o Paraguai recebe, diariamente, um fluxo muito grande de veículos e pedestres, motivados pelo setor comercial que o município para-

guaio de Ciudad Del Leste concentra. Além dos problemas diagnosticados (fluxo desordenado de pedestres e veículos, sistema de fiscalização inadequado, infra-estrutura deficiente) a desordem e o volume de veículos dificultou a ligação de bairros da cidade. A revitalização da área fronteira Brasil - Paraguai pretende, além de sanar tais problemas, agilizar e qualificar o comércio exterior, ampliar a segurança da região e valorizar a ponte como atrativo turístico.

Para tanto estão previstas intervenções como a adequação de estruturas de fiscalização existentes, construção de novas edificações para atendimento, paisagismo e reordenação de fluxo viário com implantação de estacionamentos.

#### - EXECUÇÃO DE MELHORIAS NO ACESSO AO REFÚGIO BELA VISTA (FOZ DO IGUAÇU)

O Refúgio Biológico Bela Vista foi recentemente ampliado e reformulado, com o objetivo de incrementar o turismo na região de Foz do Iguaçu.

Está sendo implantado um projeto modelo no uso da tecnologia sustentável, desenvolvido junto com profissionais da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade de São Paulo. O projeto de revitalização contempla o uso racional dos recursos naturais, empregando-se materiais que causem o menor dano possível ao meio ambiente, explorando conceitos de eficiência energética e reciclagem.

As instalações atenderão as necessidades de serviço para as diversas atividades de pesquisa e conservação ambiental desenvolvidas pela Itaipu e serão abertas ao público, contribuindo para incrementar a atividade turística e difundir os conceitos de sustentabilidade. Os visitantes também poderão realizar caminhadas instrutivas por trilhas na mata em contato direto com a natureza.

O Refúgio Bela Vista que integra o roteiro turístico a ser ofertado pela Itaipu Binacional (iluminação noturna, ecomuseu, Canal da Piracema) está em processo de implantação e pretende ser um dos pontos de atração turística na cidade. Assim, a melhoria das condições de acesso, com a restauração do pavimento melhorias na iluminação, calçamento e paisagismo torna-se importante na concretização deste roteiro turístico.

#### - IMPLANTAÇÃO DE TRINCHEIRA - JARDIM JUPIRA E VILA PORTES

O intenso movimento viário gerado na fronteira Brasil - Paraguai, nas proximidades da Ponte da Amizade gera barreiras praticamente intransponíveis, que inviabilizam o fluxo de veículos e pedestres entre os bairros Jupira e Portes, isolando parte da cidade.

A implantação de uma trincheira interligando os bairros, tornando o acesso entre eles independente do eixo viário da BR-277 viria sanar este problema, possibilitando um melhor relacionamento entre setores da cidade.

#### - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, PROJETO 1 (FOZ DO IGUAÇU)

Esta ação prevê a ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos bairros: Petrópolis, Laranjeiras, Belvedere I e II, Santa Rosa, Carla, Lancaster, Barbará, Veraneio, Morenita II, Porto Meira e Patriarca.

A cobertura atual da rede de esgoto de Foz do Iguaçu é de 40,81% com 470.706,52 metros de redes e 23.900 ligações domiciliares. Com a implantação destes 02 projetos previstos para a cidade, novas 8.658 ligações serão efetivadas com mais 160.268,92 metros de redes. Quando da conclusão dos projetos o sistema de esgotamento sanitário de Foz do Iguaçu atenderá a 55% da população urbana.

#### - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, PROJETO 2 (FOZ DO IGUAÇU)

O esgoto sanitário doméstico oriundo da Vila C e Jardins Bela Vista 1 e 2 está poluindo o Rio Bela Vista. Com a construção da barragem de Itaipu, o leito do Rio Bela Vista secou, mas, a construção do Canal da Piracema este antigo leito foi transformado em canal artificial, o qual permite a transposição dos peixes do Rio Paraná ao Lago de Itaipu, possibilitando o fenômeno da piracema.

O Canal da Piracema, além da importância do ponto de vista ambiental, permite a prática de esportes náuticos e representa um dos atrativos turísticos que Itaipu Binacional está viabilizando em seu Complexo Turístico.

A ampliação desta ação, além de proporcionar a melhoria das condições de qualidade de vida de uma população predominantemente de baixa renda, atuará na mitigação do problema ambiental causado com a construção da barragem.

Os dois projetos de esgotamento sanitário de Foz do Iguaçu terão seus efluentes devidamente tratados.

#### - RECUPERAÇÃO DE PASSIVOS AMBIENTAIS (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE FOZ DO IGUAÇU)

Esta ação refere-se a melhoria da situação de tratamento de esgoto em Foz do Iguaçu. Compreende a ampliação ou melhoria do esgoto proveniente de quatro estações de tratamento, implantação de interceptores e lançamento subaquáticos. Conforme informação da SANEPAR, e atendendo as exigências do CONAMA 20, há necessidade de se proceder ao lançamento direto no Rio Paraná. Serão atendidas as seguintes Estações de Tratamento de Esgoto - ETE: ETE 02 - Shalon, ETE 09 late club, ETE 03 Beira Rio e ETE 05 - Jupira.

#### - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - AV. DAS CATARATAS (FOZ DO IGUAÇU)

Esta ação refere-se à implantação de sistema de esgotamento sanitário nas imediações da Avenida das Cataratas, via que interliga o centro da cidade ao Parque Nacional do Iguaçu e que concentra alguns dos principais hotéis da cidade.

#### **- IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE TREINAMENTO DAS POLÍCIAS MILITAR E FLORESTAL DO ESTADO DO PARANÁ**

A Área Turística de Foz do Iguaçu e região localiza-se em área de tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). Sabe-se que a segurança pública é um dos grandes problemas que afeta a comunidade local, os empresários, turistas e as autoridades estadual e federal. Os baixos índices de satisfação do turista observados (51% no ano de 2001 e 54,9% no ano de 2002) evidenciam a necessidade de uma ação mais dirigida na segurança pública. Complementarmente à iniciativa do Governo do Estado que pretende aumentar a eficiência das Polícias Militar e Florestal, pretende-se implantar um Centro de Treinamento em Foz do Iguaçu, com recursos provenientes do PRODETUR SUL. Localizado em terreno do Estado do Paraná na BR-277 sentido Foz do Iguaçu - Santa Tereziinha do Itaipu. Este Centro de Treinamento deverá conter salas de aula, comando, informática e administração, enfermaria, cozinhas industriais, câmaras frias, alojamentos e banheiros para oficiais e praças para ambos os sexos, estacionamentos, heliponto, estandes de tiros coberto e descoberto, cidades cenográficas, etc...

#### **- IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS E PASSAGEM INFERIOR NA BR-277 AO CENTRO DE TREINAMENTO DAS POLÍCIAS MILITAR E FLORESTAL DO PARANÁ**

Esta ação compreende a execução das interseções viárias necessárias para - implantação de pista e construção de passagem inferior - para o acesso ao Centro de Treinamento.

### **3.2.3 Componente Melhoria de Atrativos de Titularidade Pública e sua Gestão**

#### **- RESTAURO COM RENOVAÇÃO DE USO DE EDIFÍCIO HISTÓRICO - ESCOLA (GUAÍRA)**

Da mesma forma que a ação anterior, esta edificação integra o setor histórico da cidade e sua recuperação tem por objetivo garantir a preservação de um elemento importante do legado histórico de Guaíra.

#### **- RESTAURO COM RENOVAÇÃO DE USO DE EDIFÍCIO HISTÓRICO - SEDE ADMINISTRATIVA (GUAÍRA)**

Idem ao anterior.

#### **- INTEGRAÇÃO DO FÓRUM DO MERCOSUL E MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS (FOZ DO IGUAÇU)**

O Fórum do MERCOSUL e o Marco das Três Fronteiras são dois atrativos localizados junto à confluência dos Rios Paraná e Iguaçu, de onde avista-se o Paraguai e a Argentina. Como o encontro das águas dos rios delinea o limite físico de três países, o Brasil, a Argentina e Paraguai fixaram monumentos com as cores de suas bandeiras, na porção mais extrema de seu território. O Marco das Três Fronteiras é o quarto atrativo mais visitado de Foz do Iguaçu. Próximo a este monumento, implantado em um platô mais próximo ao rio, o Governo do Estado construiu um espaço para eventos, denominado Fórum do MERCOSUL. Sua localização em meio à mata e arquitetura singular, com planta circular estruturada em troncos de eucalipto com base em pedra, atraem os visitantes que vêm ao Marco das Três Fronteiras, convidando-os a circular pelas varandas do Fórum. Durante os períodos de cheia do Rio Iguaçu, a base em pedra do Fórum fica submersa, dando-nos a impressão de que a edificação está flutuando no rio.

O propósito desta ação é interligar os dois atrativos por meio de uma passarela, dando oportunidade de aproveitamento do estacionamento do Marco das Três Fronteiras para os visitantes do Fórum. Também está prevista a revitalização do espaço do marco das Três Fronteiras com a implantação de estrutura de apoio ao turista, local para comercialização de produtos regionais de artesanato, assim como obras de paisagismo, iluminação e mobiliários urbanos.

#### **- IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE AMBIENTAL VILA A (FOZ DO IGUAÇU)**

Esta ação será realizada com recursos do Governo do Estado do Paraná e a proposta consiste na implantação de Parque Ambiental em área de propriedade pública (repassada à Prefeitura Municipal pela Itaipu Binacional). Estão previstas ações como a implantação de trilhas para caminhadas, construção de uma estufa, implantação de centro de educação ambiental, de guaritas e portais, paisagismo, iluminação e sinalização.

#### **- RESTAURO COM RENOVAÇÃO DE USO DO EDIFÍCIO PALÁCIO CASSINO (FOZ DO IGUAÇU)**

O Edifício Palácio Cassino é uma das construções mais importantes do ponto de vista histórico em Foz do Iguaçu, mesmo não sendo tombada oficialmente. Atualmente abriga a sede da Paraná Turismo além de outras instituições ligadas ao turismo de Foz do Iguaçu.

Além da restauração de todo o prédio histórico estão previstas ações de paisagismo, calçadas, iluminação especial e comunicação visual.

#### **- RESTAURO COM RENOVAÇÃO DE USO DO PRÉDIO HISTÓRICO E PRAÇA GRESFI (FOZ DO IGUAÇU)**

O prédio histórico e praça Gresfi foram as primeiras edificações a serem implantadas no aeródromo de Foz do Iguaçu e seu restauro representa a preservação de seu

patrimônio. Além do restauro da edificação, estão previstos: ações de paisagismo, implantação/adequação de estacionamento e calçamento, entre outros.

#### . IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MULTI-USO

A implantação de um centro com estrutura para receber eventos esportivos, religiosos, sociais virá atender à necessidade apontada nas pesquisas de satisfação do turista sobre “vida noturna” em Foz do Iguaçu.

A proposta consiste em implantar um centro com função multi-uso atraindo eventos de várias naturezas e é composto por: ginásio, auditório, canchas esportivas, alojamentos etc. Seria implantado no bairro denominado Vila “A” junto ao Parque Ambiental Vila “A”, próximo à BR-277.

#### . IMPLANTAÇÃO DE TEATRO MUNICIPAL

A implantação desta ação baseia-se na pesquisa de satisfação desenvolvida pela Paraná Turismo, onde o item “vida noturna” apresenta-se com um dos menores índices de satisfação.

A proposta é a adequação de prédio existente ou a implantação de nova edificação. Espetáculos com a temática histórica da região - presença indígena, colonização espanhola, etc - envolvendo os países da tríplice fronteira fariam parte da programação cultural deste equipamento.

#### . MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL (MARECHAL CÂNDIDO RONDON)

Marechal Cândido Rondon é a mais germânica das cidades do oeste do Paraná, e encontra na realização de eventos um dos principais meios de expressão de suas tradições. Eventos como a Festa Nacional do Boi no Roleté, a Oktoberfest e a EXPOMAR (Feira e Exposição de Agropecuária e Industrial) mobilizam público de nível regional e nacional.

Esta ação prevê a construção de um pavilhão para acomodação dos turistas para as festas gastronômicas, reformas e melhorias nos boxes para o Boi no Roleté e ampliação das vias internas do Paraná.

### **3.2.4 Componente Apoio ao Setor Privado para que Disponibilize Serviços Turísticos e de Infra-Estrutura**

#### . DIAGNÓSTICO PARA DEMANDA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TURISMO

Esta ação tem por objetivo detectar as potencialidades e carências de cada um dos municípios selecionados da Área Turística, sob ponto de vista do desenvolvimento sustentável.

Entre os objetivos específicos destacamos:

- levantar a demanda existente e futura no mercado de trabalho relacionada a atividade turística;

- levantamento dos cursos promovidos na Área Turística de Foz do Iguaçu e região com sua devida qualificação;

- levantamento das instituições, agências de abrangência regional, universidades, faculdades, centros tecnológicos, e institutos de ensino superior e escolas técnicas de nível médio inseridas no processo de capacitação para o turismo no Estado do Paraná e as que possuem potencial para tal inserção;

- qualificação profissional de pessoal envolvido com capacitação destas instituições;

- avaliar o nível de competência atual dos profissionais que prestam serviços nos pólos considerados.

- definir as principais atividades de capacitação relacionadas com as possíveis modalidades do Programa.

#### . CAPACITAÇÃO - EMPRESARIADO, TRADE TURÍSTICO E SOCIEDADE CIVIL

A implementação de um Programa de Capacitação para os devidos atores relacionados com o turismo é fundamental para o desenvolvimento da Área. Neste contexto, foi preconizado um enfoque sistêmico fundamentado em um conjunto de 04 linhas de ação:

- capacitação para a participação social (visa o cidadão morador da área com o objetivo de melhorar a sua qualidade de vida que pode ser medida pelo seu acesso a novos postos de trabalho, acesso aos serviços urbanos e a um meio ambiente mais saudável; promove a educação ambiental como forma de integrar o cidadão ao seu meio natural);

- capacitação institucional (visa o fornecimento de informações sobre as cidades e seus atrativos e produtos turísticos, tanto para os moradores locais quanto para os demais agentes da iniciativa pública e privada; pretende da mesma forma, criar uma cultura de hospitalidade conscientizando a população residente; promovendo a formação de multiplicadores inclusive o professorado local para começar em sala de aula a mudança pretendida; implanta uma metodologia de capacitação permanente com programação anualmente sistematizada; implanta uma metodologia de monitoramento da capacitação);

- capacitação do setor privado (deve ser uma resposta às dificuldades percebidas na realidade local: prioriza a mão-de-obra local que atende ao turismo da Área, pois dela depende o nível de qualidade na prestação de serviços aos turistas, bem como a sustentabilidade e a maturidade do destino: dimensiona a mão-de-obra local vinculada ao turismo em função de sua cadeia produtiva como um todo, priorizando as atividades mais diretas porém, não se esquecendo das demais),

- Implementar um processo de certificação (inclusive para os egressos de cursos do programa) regional.

### **3.2.5 Componente Promoção e Previsão de Informações**

#### . RESTAURO COM RENOVAÇÃO DE USO DE EDIFÍCIO HISTÓRICO - ALMOXARIFADO (GUAÍRA)

Recuperação e edificação histórica localizada às margens do Lago Itaipu em área de proteção ambiental, com vistas a garantir a preservação de um elemento importante do legado histórico de Guaíra. Esta edificação situa-se área marginal do Lago de Itaipu, área de intervenção da ação “Recuperação da Área Marginal do Lago de Itaipu e Reurbanização da Vila de Pescadores”. Possui 537.50m<sup>2</sup> com dois pavimentos em alvenaria estruturante de tijolos cerâmicos aparentes, em estado regular de conservação, datados do início do século XX e integra o conjunto de edificações construídas pela Companhia Mate Laranjeira.

#### . IMPLANTAÇÃO DE CENTRO RECEPTIVO E REFORMULAÇÃO DO TREVO CAFÉ PRESIDENTE (FOZ DO IGUAÇU)

A implantação de um centro receptivo turístico na entrada da cidade de Foz do Iguaçu, com estrutura de atendimento a ônibus e automóveis, vem atender a uma carência apontada em pesquisas de satisfação (de forma geral, há uma insatisfação no item “informações”) além de representar uma primeira “parada” dos turistas que vêm à cidade através das rodovias. Será edificado na entrada do Município, junto à interseção da Avenida Costa e Silva e BR-277.

Além da construção do centro propriamente dito, estão previstas intervenções em seu entorno com a reformulação no Trevo de Acesso Café Presidente: ações de paisagismo, implantação de passeios para pedestres, iluminação, sinalização vertical e horizontal, estacionamento para ônibus e carros.

#### . CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS (REGIONAL)

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pela equipe da UCE/PR para a elaboração do PDITS foi a falta de um banco de dados regionais para dar um suporte técnico para a tomada de decisões.

Alguns Municípios como Foz do Iguaçu e Guaíra, já possuem bancos de dados porém não agregados sob forma de um sistema, de acesso público, inclusive com a possibilidade de interação com os usuários, ou seja, potenciais turistas da região.

O Sistema de Informações proposto estará conectado com o sistema do Ministério do Turismo.

#### . CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA

O Estado do Paraná é um dos Estados do Brasil que mais possui pesquisas de demanda turística realizadas nos últimos dez anos. Neste contexto, Foz do Iguaçu é a cidade do Estado mais privilegiada com uma série histórica com mais de 15 anos.

Porém, estas pesquisas devem ser fortalecidas, novos questionamentos devem ser agregados e estendidos por toda a Área Turística.

Outro ponto que deve ser trabalhado é a metodologia de elaboração das pesquisas. Atualmente utiliza-se a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes - FNRH, que são repassadas pelos hotéis à Paraná Turismo. Ocorre que muitos hoteleiros, por uma questão de impostos, acabam sonegando informações, o que desvirtua o resultado da pesquisa.

#### . PLANO DE MARKETING

A criação de uma nova marca no mercado, ou mesmo a consolidação de uma marca já existente e que precisa ser consolidada que é o caso de Foz do Iguaçu, exige uma expertise na condução destas ações.

A priorização de um Plano de Marketing para a Área Turística é uma ação que deve ser iniciada no início do Programa, pois é através dele que novos conhecimentos serão adquiridos, como por exemplo: mercados promissores, nichos de mercado, expectativas dos futuros turistas sobre os produtos existentes etc.

O Plano de Marketing deve definir da mesma forma, uma nova programação visual do material promocional institucional e definir as formas de promoção e propaganda sobre o destino.

#### . IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE MARKETING

A promoção do destino turístico é uma das ações mais importantes para reverter o fluxo na Área. Esta promoção foi dividida em duas grandes etapas: primeiramente promover o destino buscando trabalhar com os mercados tradicionais, através de material promocional já existente ou efetuando-se nestes, pequenas modificações. Esta etapa ocorre paralelamente à elaboração do Plano de Marketing no primeiro instante da largada do Programa.

A segunda etapa de promoção do produto já ocorrerá utilizando-se as estratégias e diretrizes definidas pelo Plano de Marketing.

#### 3.3. Ações com outras Fontes de Recursos

Estão previstas ações com outras fontes de financiamento em duas etapas do Programa. Paralelamente à implantação do PRODETUR SUL, estão previstas as seguintes ações:

- Sistema de Esgotos Sanitários de Santa Terezinha de Itaipu de Itaipu, com implantação de 40.000m de rede coletora e tratamento, para atendimento a 1600 famílias. Este investimento será executado pela SANEPAR com recursos do Paraná Urbano II e totaliza R\$ 2.115.000.

- Sistema de Esgotos sanitários de Itaipulândia, com implantação de 20.000m de rede coletora e tratamento, para atendimento a 700 famílias. Esta ação prevê investimento de R\$ 855.000 oriundos do Paraná Urbano II.

- Sistema de Esgotos Sanitários de São Miguel do Iguaçu, com implantação de 30.000m de rede coletora e tratamento, para atendimento a 1.315 famílias. Esta ação prevê investimentos de R\$ 1.566.000 oriundos do Paraná Urbano II.

- Viabilizar junto à INFRAERO a adequabilidade física do aeroporto de Foz do Iguaçu para aumentar a capacidade e qualidade no atendimento ao turista.

- Participação junto ao IBAMA na discussão do Plano de Manejo e Uso Público do Parque Nacional de Ilha Grande.

- Melhoria das condições de pavimentação do trecho da rodovia BR-163, entre Marechal Cândido Rondon e Guaíra.

- Desenvolver em conjunto com a Itaipu Binacional e municípios lindeiros ao Lago, um estudo de utilização da lâmina d'água para esporte e turismo náutico.

- Desenvolver em conjunto com a Itaipu Binacional e municípios lindeiros ao Lago, um estudo de zoneamento do entorno do lago para o uso turístico.

- Desenvolver ações junto aos operadores, nacionais responsáveis pelo receptivo do turista de outros continentes, visando aumentar a fatia daquele mercado emissor de turistas para Foz do Iguaçu.

- Desenvolver em conjunto com os governos da Argentina e Paraguai acordos para a melhoria de atratividade de turistas para a tríplice fronteira, criando circuitos internacionais de turismo.

- Participar ativamente na elaboração dos Planos Diretores e Zoneamentos Municipais pela importância vital que estes representam no enfoque turístico regional.

- Apoiar as ações da Itaipu Binacional na construção de novos produtos turísticos entre os quais o canal de Piracema, a implantação de circuitos para canoagem neste canal etc.

- Apoiar as ações do Parque Nacional do Iguaçu na formatação de novos produtos, preparando os municípios que terão acessos aos mesmos.

Como uma segunda etapa, após a implantação do Programa na Área Turística, o trabalho da SETU e Conselho Regional deve continuar no apoio aos municípios que estão localizados na mesma, e até ampliando esta área para dar andamento em programa de desenvolvimento maior, incluindo aí ao aumento dos novos produtos que surgirão com o parque Nacional de Ilha Grande, a utilização do Lago de Itaipu e os mais variados de acordo com a potencialidade local.

## 1ª Discussão

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que regulamenta o parágrafo único do artigo 49 da Lei nº 9394, de 20/12/96

(Transferência Escolar - Ensino Superior). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2005, de 03/03/2004).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 40/2004

P A R E C E R :

#### Histórico

O Projeto de Lei nº 40/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, regulamenta o parágrafo único do artigo 49 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, possibilitando ao servidor público transferido *ex-officio*, a continuidade dos estudos a nível superior em qualquer instituição de ensino estadual independentemente da época do ano ou da existência de vaga.

#### Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional.

O direito à educação é um dos direitos sociais protegidos pela Constituição Federal em seu artigo 6º, que assim dispõe:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Desta forma, a transferência *ex-officio* de servidor público não pode abreviar-lhe os estudos, motivo pelo qual deve o Estado propiciar todas as condições para que o estudo tenha continuidade mesmo com a transferência do servidor público.

Esta questão também foi tratada pela Constituição Federal em seu artigo 3º, parágrafo 2º que assim determinou:

“A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas e governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.”

Todavia, o projeto deve ser emendado para correção da redação do artigo 2º, adequando-o aos ditames do artigo 9º da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que assim dispõe:

“Art. 9º Quando necessária a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas”.

#### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma da emenda modificativa corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 040/2004

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 040/2004 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.”

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 040/2004

P A R E C E R :

Parecer ao projeto de lei que regulamenta o parágrafo único do artigo 49 da Lei 9394, de 20/12/96 (Transferência Escolar - Ensino Superior).

A esta Comissão cabe analisar o mérito da proposição.

A Lei Federal 9394/96 é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Pretende o autor regulamentar este dispositivo no âmbito do Estado do Paraná.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição reservando-nos no direito de discutir o mérito em Plenário.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a gratuidade aos alunos usuários de estabelecimentos disponibilizados pelas Universidades, Faculdades e Centros Universitários instalados no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2005, de 13/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 174/2005

P A R E C E R :

**Do Relatório**

O Projeto de Lei nº 174/2005, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Nereu Moura tem por escopo dispor sobre a gratuidade aos alunos usuários de estacionamento disponibilizados pelas Universidades, Faculdades e Centros Universitários instalados no Estado do Paraná.

**Da Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se, em consonância com o artigo 43 do Regimento Interno, em acurada análise da constitucionalidade, legalidade e técnica

regimental, depreende-se, a priori, que a intenção do legislador segue os ditames do código de defesa do consumidor e demais legislações pertinentes.

A Lei nº 8078, de 11.09.1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, traz em seus artigos questões sobre a prestação de serviços, a saber:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.

Vejamos, as Universidades e Faculdades e Centros Universitários prestam o serviço qual seja o de ensino superior, podendo desta forma e em contrapartida ao pagamento da respectiva mensalidade, utilizar-se de todo o espaço e serviço que a Instituição lhe disponibilize, ou seja, laboratórios, bibliotecas, e inclusive o estabelecimento de veículos, que faz parte integrante da Instituição, e condicionar a utilização da Universidade com o respectivo estacionamento, e ainda sendo este cobrado, fere diretamente a previsão acima descrita. Vale dizer, que da mesma forma que o aluno utiliza-se da biblioteca e de todas as instalações sem custo adicional algum, deve também estar a sua inteira disposição a utilização do pátio de estacionamento e da mesma forma sem custo adicional.

Cabe ainda analisar o artigo 40, parágrafo 3º do mesmo código de defesa do consumidor a saber:

Art. 40. ...

§ 3º O consumidor não responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros, não previsto no orçamento prévio.

Ora, as Universidades, Faculdades e Centros Universitários resolvem a seu bel prazer terceirizar o pátio do seu estacionamento, com preços que achar conveniente, restando ao aluno somente pagar ou deixar seu veículo distante dos portões da Instituição de Ensino, vindo a correr riscos com seu patrimônio e riscos a sua integridade física, uma vez que poderá ter que caminhar por vários metros até o seu destino final, a sala de aula, desta forma não pode ser penalizado o aluno por ter a instituição de ensino resolvido contratar serviços de terceiros com ônus por conta dos alunos, diante do que a projeto de lei em análise vem de encontro com o legislador federal ao comungar com a mesma idéia de proteção aos interesses do consumidor, neste caso, o aluno universitário.

Quanto a iniciativa do Projeto de Lei 174/2005 não há impedimento legal quanto a mesma, uma vez que a competência para legislar sobre a matéria em análise é de iniciativa do legislativo.

**Da Conclusão**

Contudo, em análise jurídica depreende-se do Projeto de Lei registrado sob o nº 174/2005, a constitucionalidade quanto à iniciativa, bem como estando apto quanto à técnica legislativa, apresentando parecer favorável submetido a apreciação dos nobres colegas Parlamentares

membros da Comissão de Constituição e Justiça, juntamente com Emenda Modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 174/2005

Acrescente-se e modifique-se o artigo 1º, 2º e 3º do Projeto de Lei nº 174/2005, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam os usuários dispensados de pagamentos das taxas, referentes ao uso de estacionamento cobrado pelas Universidades, Faculdades, Centros Universitários, Hospitais e Órgãos Públicos do Estado do Paraná.

Art. 2º Em sendo terceirizado o estacionamento, a responsabilidade pelo custo de tal serviço será da Universidade, Centros Universitários, Faculdades, Hospitais e Órgãos Públicos contratantes.

Art. 3º Ficam as Universidades, Faculdades, Centros Universitários, Hospitais e Órgãos Públicos obrigados a divulgar o conteúdo desta lei em suas dependências, através de cartazes.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PROJETO DE LEI Nº 174/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, dispõe sobre a gratuidade aos alunos usuários de estacionamentos disponibilizados pelas Universidades, Faculdades e Centros Universitários instalados no Estado do Paraná.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável para a mesma, na forma da Emenda Modificativa.

Quanto ao mérito, a Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia encontrou, na proposição em tela, uma forma de estímulo à frequência aos meios acadêmicos, possibilitando um melhor acesso às instituições de ensino superior do Estado.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 174/2005.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2005, que autoriza o Poder Executivo a reduzir o capital subscrito pelo Governo do Estado, na empresa ambiental Paraná Florestal S/A, e abertura de crédito adicional de igual importância ao vigente Orçamento do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/2005, de 24/05/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 311/2005

P A R E C E R :

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 311/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo reduzir o capital subscrito pelo Governo do Estado, na Empresa Ambiental Paraná Florestal S/A, e abertura de crédito adicional de igual importância ao vigente orçamento do Estado.

**Fundamentação**

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional, devendo seu mérito ser analisado pela Comissão de Finanças.

O artigo 4º do presente projeto de lei deve sofrer emenda corretiva para adequar a redação, conforme exigido pelo artigo 9º da Lei Complementar 107/2001, que estabelece normas para a elaboração, redação e consolidação das leis.

“Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 311/2005

O artigo 4º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.”

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 311/2005

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a autorização do Poder Executivo



reduzir o capital subscrito pelo Governo do Estado, na Empresa Ambiental do Paraná Florestal S/A e a abertura de crédito adicional de igual importância ao vigente orçamento do Estado.

#### **Fundamentação**

A matéria já recebeu análise quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

#### **Conclusão**

Isto posto, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 311/2005. A proposição tem por objetivo repassar saldo em caixa da Empresa Ambiental do Paraná Florestas, proveniente da vendas de florestas, para atender despesas com a aquisição de equipamento e material permanente para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

Requerimento nº 1828, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 08, 09 e 10 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

### ***Discussão Única (Proposições)***

#### **ITEM 08**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 041/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 450/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch, que integra à malha rodoviária do Estado, o trecho rodoviário, que especifica, no Município de Marechal Cândido Rondon. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 052/2005

Curitiba, 18 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 67/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 450/2004, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 450/2004 encontra-se publicado no DA nº 112/2004, de 29.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO GOVERNAMENTAL Nº 041/2005

P A R E C E R :

#### **Relatório**

O presente Veto Governamental ao Projeto de Lei nº 450/2004 aprovado neste Legislativo, de iniciativa do ilustre Deputado Elio Rusch e que estabelece a integração do trecho rodoviário da sede municipal de Mercedes a sede do distrito de Porto Mendes, no município de Marechal Cândido Rondon à malha rodoviária do Estado: ou seja, pede a estadualização da referida rodovia municipal.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é por julgar a proposição contrária ao interesse público, uma vez que, segundo a Secretaria de Estado dos Transportes, o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, deste Estado, não dispõe de previsão orçamentária para assumir tal encargo, o que assim afrontaria a Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **Voto do Relator e sua Fundamentação**

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, desdobra-se em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se analisa se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental talvez até com acerto, pois o próprio plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 11 de maio de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encami-

nhado e recebido nesta Casa já no dia 19 de maio de 2005. Logo, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem formal, logo, entendemos cabe a esta Comissão opinar pela justificativa da mesma.

Ao apreciar originalmente a proposição esta Comissão aprovou o voto de lavrar do ilustre Deputado Nelson Justus, que emitiu parecer pela constitucionalidade da proposição, assim como na questão de seu mérito nas demais Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, bem como em plenária.

Em que pese o mérito da iniciativa parlamentar, nossa opinião é que de fato há razão nas razões do veto governamental, eis que a matéria, que importa em despesas, inclusive continuada, somente pode ser proposta se houver a devida previsão orçamentária, o que não foi observado na iniciativa aprovada nesta Comissão e em Plenária.

#### **Conclusão**

Destarte, somos de parecer favorável no sentido do regular processamento do presente Veto, vez que apresentado na forma legal, devendo o feito ser remetido para apreciação no plenário desta Casa, e quanto às razões do veto, opinamos pela procedência de sua justificativa.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

#### **ITEM 09**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 042/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 027/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização do acesso rodoviário PR-170, também conhecido como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trecho do Bairro Bela Vista até a sede do Município de Cambira. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 051/2005

Curitiba, 18 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 59/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 027/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 027/2005 encontra-se publicado no DA nº 002/2005, de 21.02.2005).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO VETO GOVERNAMENTAL Nº 042/2005**

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

Trata-se de Veto Governamental ao Projeto de Lei nº 027/2005 aprovado neste Legislativo, de iniciativa do ilustre Deputado de Mattos Leão Júnior, e que autoriza a estadualização do acesso rodoviário PR-170, compreendido entre o trevo do bairro de Bela Vista até a sede do município (SIC), numa extensão de 7 (sete) quilômetros.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é por julgar a proposição contrária ao interesse público, uma vez que, segundo a Secretaria de Estado dos Transportes, o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, deste Estado, não dispõe de previsão orçamentária para assumir tal encargo, o que assim afrontaria a Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **Voto do Relator e sua Fundamentação**

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se analisa se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para apreciação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ser função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 11 de maio de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi

encaminhado e recebido nesta Casa já no dia 19 de maio de 2005. Logo o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem formal, logo, entendemos cabe a esta Comissão opinar pela justificativa da mesma.

Ao apreciar originalmente a proposição esta Comissão aprovou o veto de lavra do ilustre Deputado Barbosa Neto, que emitiu parecer pela constitucionalidade da proposição, assim como na questão de seu mérito na Comissão de Finanças e também na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, bem como em plenária.

Em que pese o mérito da iniciativa parlamentar, nossa opinião é que de fato há razão nas razões do veto governamental, eis que a matéria, que importa em despesas, inclusive continuada, somente por ser proposta se houver a devida previsão orçamentária, o que não foi observado na iniciativa aprovada nesta Comissão e em Plenária.

#### **Conclusão**

Destarte, somo de parecer favorável no sentido de regular processamento do presente Veto, vez que apresentando na forma legal, devendo o feito ser remetido para apreciação no plenário desta Casa, e quanto às razões do veto, opinamos pela procedência de sua justificativa.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

#### **ITEM 10**

DISCUSSÃO ÚNICA - do Proposição nº 044/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 114/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/2005, que veta parcialmente o projeto que autoriza a transferência de recursos provenientes do superávit financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 049/2005

Curitiba, 09 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 69/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente o Projeto de Lei nº 114/2005, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo transferir recursos provenientes de Superávit Financeiro de Trânsito do Paraná

DETRAN, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2004, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais, para o Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do artigo 4º.

A negativa de sanção ao acima referido artigo 4º, decorre do fato de que, se Adotado, viria, pela forma imperativa como está posto e pelos custos que demandaria, modificar frontalmente a equação de aplicação de recursos feita pelos órgãos competentes do Estado e cuja utilização, por prioridade e valores, fiz constar da Mensagem nº 008/2005, que submeti a essa Augusta Casa e da qual resultou este Projeto de Lei, aprovado com alterações que não puderam ser acolhidas, mas que serão objeto de estudos específicos pelo órgão rodoviário estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 114/2005 encontra-se publicado no DA nº 038/2005, em Redação Final - item 07 Discussão/Votação - pag. 04).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO GOVERNAMENTAL Nº 044/2005

P A R E C E R :

#### **Relatório**

O presente Veto Governamental é em relação ao artigo 4º, do Projeto de Lei nº 114/2005 aprovado neste Legislativo, decorre de emenda de iniciativa do ilustre Deputado Ademar Traiano, na proposição do Executivo Estadual que pede autorização legislativa para aquele Poder efetuar a transferência de recursos, provenientes do superávit financeiro, do Departamento de Trânsito - DETRAN - PR, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), para o Orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, mas que originalmente não incluía tal disposição, ora vetado, e que tem a seguinte redação:

“Art. 4º os recursos de que trata o artigo 1º desta Lei deverão ser utilizados na melhoria de rodovias, quer seja para construção, restauração, recuperação ou conservação, ficando vedada a sua utilização nas estradas ou naquelas em que haja ou esteja sendo feito estudo para a implantação de pedágio.”

A parte não vetada restou sancionada e recebeu a identificação de Lei nº 14.685, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de maio de 2005.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é por julgar a proposição contrária ao interesse público, uma vez que, na opinião do Governador, a

iniciativa parlamentar de impor a restrição na forma posta, obrigaria a modificação do plano de aplicação destes recursos pelos órgãos competentes e que fez constar na mensagem governamental encaminhada a esta Casa de Leis.

#### **Voto do Relator e sua Fundamentação**

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se analisa se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para apreciação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio plenário fará a análise direta da conveniência ou não da ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ser função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 05 de maio de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa já no dia 16 de maio de 2005. Logo o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem formal, logo, entendemos cabe a esta Comissão opinar pela justificativa da mesma.

#### **Conclusão**

Destarte, somos de parecer favorável no sentido de regular processamento do presente Veto, vez que apresentando na forma legal, devendo o feito ser remetido para apreciação no plenário desta Casa, e quanto às razões do veto, são de mérito, logo devem ser apreciados em plenária, sem o prévio parecer opinativo desta Comissão pois não são de sua competência.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Solicito à 1ª Secretária Luciana Rafagnin, para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

#### **O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)**

De forma bastante rápida e objetiva, nós somos o autor do Projeto de Lei nº 027/2005, que foi vetado no item 09 pelo Governador Roberto Requião, dispondo sobre a estadualização do trecho que liga o Bairro Bela Vista até a sede do Município de Cambira. Esse é um município carente do nosso Estado, com IDH baixo, uma estrada de suma importância para o desenvolvimento daquela região, daquele município, que evidentemente não consegue estar sempre bem conservada por conta exclusivamente da administração municipal.

O nosso objetivo, ao desenvolvermos e protocolarmos o projeto de estadualização, foi justamente dar condição à boa manutenção daquela estrada, melhorando a condição de tráfego naquela região, e conseqüentemente também a qualidade de vida daqueles que lá residem e utilizam esse trecho de estrada.

Eu gostaria de solicitar aos nobres Parlamentares que votassem favoravelmente ao nosso projeto, pela derubada do veto do Sr. Governador Roberto Requião.

#### **O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)**

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

Quarenta e um Deputados votaram, Sr. Presidente.

#### **A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de registrar as presenças do Prefeito de Realeza, Eduardo André Gaievski, e dos Vereadores Carlos Socovoski, Jeverson Tonello, Selmar de César e Sulmair Zucchi na Sessão desta tarde.

Muito obrigada!

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Devidamente registrado e esta Presidência deseja boas-vindas.

Solicito aos Deputados Plauto Miró, Antonio Anibelli e Duílio Genari para que façam a contagem dos votos.

#### **(Início do escrutínio dos votos)**

#### **O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente.

Só gostaria de aproveitar, enquanto V. Exa. aguarda o resultado da votação, para registrar os companheiros que vieram de Espigão Alto e estão nos visitando aqui: o João Ribeiro que foi candidato a Vice-Prefeito lá; os Vereadores Hilário; Dêlcio; Isaías e Rudiney, que estão assistindo à Sessão.

Muito obrigado pela presença!

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Casa quer registrar a presença desse time de

Espigão Alto.

Sejam bem-vindos!

**(Termina o escrutínio dos votos)**

Quarenta e dois votantes; um nulo; 24 SIM e 17 NÃO.

Portanto, estão mantidos os vetos.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente.

Eu só quero lamentar, profundamente, o veto que o Governador após a dois projetos: um é o projeto do Deputado Artagão de Mattos Leão e o outro, em relação ao projeto que nós apresentamos. Não sei qual é o projeto que o Artagão apresentou, mas o nosso é exatamente um asfalto que foi construído pela Itaipu Binacional há questão de uns vinte anos, ligando dois municípios, não é nem municipal o asfalto, é intermunicipal, ligando o Município de Mercedes e o Município de Marechal Cândido Rondon.

O Governador vetou o projeto; o asfalto está em péssimas condições, nem o Município de Mercedes, nem Marechal Cândido Rondon, têm condições de manter essa rodovia.

Lamento, profundamente, a visão que o Governador do Estado do Paraná tem quando diz que quer gastar oitocentos milhões de reais na recuperação de rodovias e veta um projeto autorizatório para estadualizar uma rodovia ligando dois municípios, deixando o asfalto por competência e responsabilidade dos Municípios.

Lamento, profundamente, a atitude do nosso Governador.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

**ITEM 07**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 038/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 041/2005

Curitiba, 19 de abril de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 06/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 169/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer limites máximos de número de alunos por sala de aula nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual de Ensino.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência é devida ao resultado de análise feita pela Secretaria de Estado da Educação, cujas conclusões adoto como razões fundamentais do veto apostado e seguem adiante transcrito:

“- de acordo com a Resolução nº 864/2001, que estabelece critérios para composição de turmas nas modalidades e níveis de ensino nos estabelecimentos estaduais, o número de alunos é distribuído conforme o espaço das salas de aula, 36m e 48m, tamanho padrão da maioria das salas de aula dos prédios escolares, sendo 1m por aluno e 3m para o professor, conforme página 07 da Deliberação nº 004/1999, de 05.03.1999, do Conselho Estadual de Educação. Esta Resolução foi elaborada com o objetivo de aprimorar a gestão do espaço físico na Rede Estadual de Educação;

- de acordo com a Resolução supracitada, as turmas compostas para os alunos de 1ª e 4ª séries são de 25 alunos - mínimo, e 30 aluno máximo, para salas de 36 ou 48 metros quadrados. Alunos de 5ª a 8ª séries deverão formar, em salas de 36m, o mínimo de 30 e máximo de 33 alunos; para salas de 48m, mínimo de 35 e máximo de 40 alunos; para os alunos de Ensino Médio, em salas de 36m, mínimo de 30 e máximo de 33 alunos; para salas de 48m, mínimo de 40 e máximo de 45 alunos. A mesma composição serve para a Educação de Jovens e Adultos.

Alertamos que seguindo os critérios propostos no Projeto de Lei nº 169/2003, prevemos as seguintes consequências:

1. Necessidade de maior dotação orçamentária para atender aos custos referentes a um considerável aumento de professores, funcionários e especialistas.

2. Acréscimo de turnos e turmas, se considerarmos o total de matrículas efetivadas em 2005.

3. Obrigatoriedade de ampliação da rede física, principalmente em número de salas de aulas para abrigar o acréscimo de turmas.

4. Aumento do número de ônibus para o transporte escolar municipal/estadual.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 169/2003 encontra-se publicado no DA nº 114/2004, em Redação Final - item 01 - Discussão/Votação).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
À PROPOSIÇÃO Nº 038/2005  
PROJETO DE LEI Nº 169/2003

P A R E C E R :

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 169/2003 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que determina o número máximo

de alunos por sala de aula nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública.

O projeto de lei foi vetado face parecer da Secretaria de Estado da Educação, que informou que o cumprimento do projeto de lei acarretaria as seguintes consequências:

1. “Necessidade de maior dotação orçamentária para atender aos custos referentes a um considerável aumento de professores, funcionários e especialistas.

2. Acréscimo de turnos e turmas, se considerarmos o total de matrículas efetivadas em 2005.

3. Obrigatoriedade de ampliação da rede física, principalmente em número de salas de aulas para o acréscimo de turmas.

4. Aumento do número de ônibus para o transporte escolar municipal/estadual.”

#### **Fundamentação**

O veto foi apostado no prazo legal (art. 71, § 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)  
(**Procede à Chamada Nominal**)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Sr. Secretário. Gostaria de levantar uma questão de ordem porque também não tenho certeza. Se não me falha a memória, nós não temos dezoito parlamentares pela minha contagem em Plenário. Há condições de prosseguir a sessão?

Apenas uma questão de ordem porque tenho dúvida, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Solicito ao 1º Secretário que faça a chamada nominal para verificarmos o quórum.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)  
(**Continua Chamada Nominal**)

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Sinto muito discordar de V. Exa., porque quando está em processo de votação, não pode ser interrompido o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Nós demos continuidade ao processo da chamada nominal, Deputado Neivo. Já estávamos. Não alterou em nada. Apenas demos continuidade à chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)  
(**Continua Chamada Nominal**)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

A pedido do Deputado Nereu Moura esta Casa quer registrar a presença do Prefeito de Vitorino, Valdir Picolotto, da vice Neuci Miranda, do presidente Edeimar Mysczak e do 1º secretário Luiz da Rosa Trindade, da Câmara. Esta Casa dá as boas-vindas e registra a presença.

O SR. CHICO NOROESTE (PL)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Quero registrar também a presença do presidente do PL, de Santa Terezinha de Itaipu, Claudinei Costa. Seja bem-vindo à nossa Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa registra e agradece a presença.

Dezenove votantes. Portanto, não há quórum para o prosseguimento da Sessão.

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1818, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente.

**Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1833, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

### **Encerramento da Sessão:**

Nestas condições declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 15, à hora regimetal, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 040/2004, 174 e 311/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 048 e 263/2005.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:****Despacho da Diretoria Geral**

DESPACHO DO DIRETOR GERAL

Protocolo nº 844/2005

Interessado:

Juarez de Quadros Gonçalves

Assunto:

Pedido de reconsideração do Parecer nº 214/2004, da Procuradoria Geral, emitido no Protocolado nº 4007/2004.

Despacho:

- 1) Indefiro, de acordo com o Parecer nº 137/2005 de fls. 11.
- 2) Publique-se.

Em 14.06.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

**Atas de Comissão****Comissão de Redação**

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus relatou o seguinte Projeto de Lei nº 239/2004, o qual foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**Comissão de Ecologia e Meio Ambiente**

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, reuniu-se a Sala de Reuniões, da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Deputado Fran-

cisco Bühner, com as presenças dos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse, Cida Borghetti e José Domingos Scarpellini membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Na sequência, o Deputado Francisco Bühner, Presidente da Comissão submeteu à votação o Projeto de Lei nº 262/2005, oriundo da Mensagem Governamental nº 18/2005. Relator Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Lúcia Alge de Mello, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

Ana Lúcia Alge de Mello - Secretária

**Comissão de Orçamento**

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na sala de Reunião da Comissão de Orçamento, sob a presidência do Deputado Ademir Bier, com as presenças dos Sr. Deputados Marcos Isfer, Barbosa Neto, Ademar Traiano, Duílio Genari e André Vargas membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando a palavra ao Deputado Marcos Isfer, Relator do Projeto de Lei nº 189/2005, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2006 de que trata a Mensagem nº 12/2005. Abrindo o seu parecer o Deputado Marcos Isfer fez um amplo relato dos trabalhos da comissão, e que foram apresentadas 43 emendas ao Projeto, sendo que 33 foram acolhidas. Antes da votação de seu parecer o Deputado Marcos Isfer, agradeceu aos técnicos da Comissão de Orçamento pelo empenho com que elaboraram os trabalhos da mesma. O Presidente colocou, então, em votação o Parecer do Deputado Marcos Isfer ao Projeto de Lei nº 189/2005, os membros da Comissão deram parecer FAVORÁVEL - APROVADO na forma de Substitutivo Geral. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

Ana Beatriz S. do Prado - Secretária